

A bronze statue of Tiracóndemora, a Tupi indigenous figure, stands on a classical column. The figure is depicted with a large feathered headdress and is holding a bow and arrow. The background is a solid blue color with abstract, flowing shapes in yellow, green, and black on the left side.

# 21 de julho

A Bahia na independência nacional





## Hino ao Dois de Julho

Musica: José dos Santos Barreto | Letra: Ladislau dos Santos Tita

Nasce o sol a 2 de julho  
Brilha mais que no primeiro  
É sinal que neste dia  
Até o sol é brasileiro

Nunca mais o despotismo  
Regerá nossas ações  
Com tiranos não combinam  
Brasileiros corações

Cresce, oh! Filho de minha alma  
Para a pátria defender,  
O Brasil já tem jurado  
Independência ou morrer.

Nunca mais o despotismo  
Regerá nossas ações  
Com tiranos não combinam  
Brasileiros corações

Salve, oh! Rei das campinas  
De Cabrito a Pirajá  
Nossa pátria hoje livre  
Dos tiranos não será



FUNDAÇÃO PEDRO CALMON



**Governo do  
Estado da Bahia**

Secretaria de Cultura



26

A Bahia na independência nacional



52

O papel do Cochoeiro nos lutas da independência

A guerra do Bahia

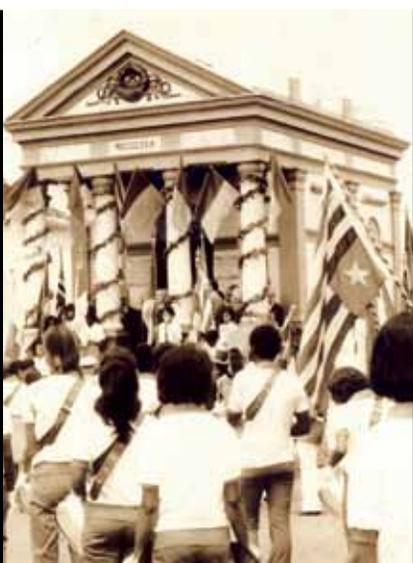


As lutas pela independência nos mares do Bahia



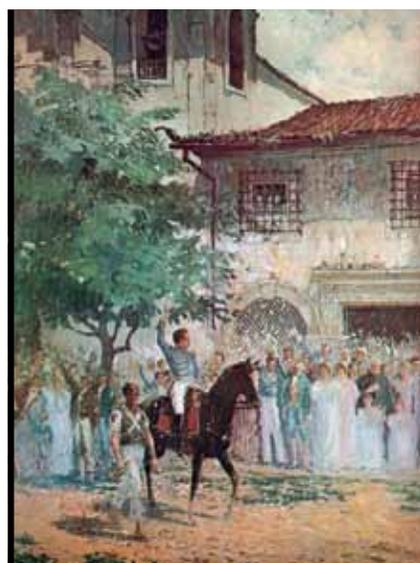
8

38



78

Patriotismo e  
conflito de classe  
no Independência do  
Bahia (1822-23)



98

A  
Festa do Dois  
de Julho:  
As comemorações  
públicas da  
independência  
nacional

Os combates de  
Pirojô e Itoporico

58



Entrada do exército  
pacificador no Bahia

93





# Apresentação

*Glória a ti neste dia de glória,  
Glória a ti Redentor que há cem anos,  
Nossos pais conduzistes à vitória  
Pelos mares e campos baianos!*

Assim cantam os baianos em louvor ao Senhor do Bonfim, agradecendo-lhe pela vitória na guerra que consolidou a Independência do Brasil, no dia 2 de julho de 1823. Após a ocupação da Cidade do Salvador pelas tropas portuguesas, em 19 de fevereiro de 1822, coube aos municípios baianos, liderados por Cachoeira, organizar a luta pela libertação da capital. No dia 25 de junho de 1822, a Câmara e o povo de Cachoeira aclamaram o Príncipe regente D. Pedro, conclamaram os demais municípios da Bahia à luta pela Independência do Brasil, organizaram o governo provisório independente e conduziram as forças brasileiras até a vitória final no dia 2 de julho. Em homenagem a este heróico protagonismo, a Lei Estadual nº. 10.695/07 decidiu pela transferência da sede do governo estadual para a cidade de Cachoeira a cada 25 de junho. E por compreender a importância de tais feitos para a história da Bahia e do Brasil, sancionei o Decreto-Lei nº 2457, de 20 de abril de 2010, que torna o Hino ao 2 de julho o hino Oficial do Estado da Bahia.

Através desta coletânea, o Governo do Estado da Bahia apresenta algumas evidências históricas do grande esforço que foi empreendido pelo povo baiano, para formar um exército e uma força naval capazes de vencer um poderoso inimigo, que dispunha de tropas profissionais, treinadas nas guerras europeias contra os exércitos de Napoleão. Vidas, inteligências, recursos econômicos, tudo foi mobilizado em favor da Independência do Brasil. Estes feitos gloriosos devem ser lembrados, a cada 2 de Julho, pela Bahia de todos nós.

Jaques Wagner  
Governador da Bahia



ENDÊNCIA OU MORTE

# Introdução

Para esta coletânea foram selecionados textos de historiadores que traçam o contexto da Guerra de Independência do Brasil na Bahia. No texto de abertura A guerra da Bahia apresento aspectos sócio-políticos do cotidiano da cidade de Salvador durante os meses de conflito. Em seguida, Sérgio Armando Diniz Guerra Filho apresenta o perfil dos adeptos da causa brasileira no texto Patriotismo e conflito de classe na Independência da Bahia (1822-23). Um panorama geral do processo político da Independência da Bahia foi delineado pelo historiador Braz do Amaral, em artigo intitulado A Bahia na Independência Nacional, publicado pela Imprensa Oficial do Estado, na edição Comemorativa ao Centenário da Independência da Bahia, em 1923. Da mesma publicação, selecionamos trechos relativos aos acontecimentos do 25 de Junho, em Cachoeira, do artigo intitulado O papel de Cachoeira nas lutas da Independência, da autoria de Alberto Rabello. Para estes textos foi atualizada a grafia da publicação original. Para a análise dos aspectos militares da campanha das forças terrestres, organizadas por Labatut como Exército Pacificador, recorremos ao artigo do historiador militar Sérgio Roberto D. Morgado, intitulado Os Combates de Pirajá e Itaparica e, para a guerra nos mares, reproduzimos o artigo do historiador Jorge Calmon, As Lutas pela Independência nos Mares da Bahia, ambos publicados pela Revista da Bahia, V.32, nº. 36. Egba, 2002. Além destes, reproduzimos a descrição da entrada do Exército Pacificador na Bahia, no dia 2 de Julho de 1823, feito pelo botânico e viajante baiano Antonio Moniz de Souza, que tudo viu e relatou no seu livro Viagens e Observações de um Brasileiro, publicado pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 2000. A conclusão ficou a cargo de um texto sobre comemorações em torno do 2 de julho, de Wlamyra Albuquerque intitulado A festa do dois de julho.

Para ilustrar esta edição, utilizamos fotos cedidas pela Assessoria Geral de Comunicação – Agecom e pelo Centro de Memória da Bahia.

Ubiratan Castro de Araújo

Diretor-geral da Fundação Pedro Calmon /SECULT



Martírio da Sórora Joana Angélica - Acervo Fundação Pedro Calmon



A guerra do Bohio

# A guerra do Bahio

Ubiratan Castro de Araújo

## A CIDADE DA DISCÓRDIA

Os mesmos ventos alísios que trouxeram para a Bahia a revolução liberal e suas Cortes começaram a trazer as más notícias, que foram alimentando as desconfianças, semeando a discórdia entre os aliados e, por fim, provocando a guerra civil. O pomo da discórdia era exatamente a profunda divergência entre os liberais portugueses e os liberais baianos sobre as características da união econômica entre europeus e americanos no que seria o regenerado império português. Os boatos vindos de Lisboa davam conta dos debates e sobre medidas que começavam a ser implementadas contra a liberdade comercial da capitania. O cônsul francês relatou ao seu governo que, já no 1º de maio de 1821, em razão de boatos que davam conta de medidas restritivas ao comércio exterior, começou a haver mobilização militar na cidade. Para os baianos a abertura dos portos ao livre comércio exterior, obtida em 1808 e estendida em 1814, era irrevogável. Esta era apenas a ponta do iceberg. A verdadeira questão dos revolucionários portugueses era: como libertar Portugal da tutela inglesa e como fazer de Portugal um país moderno e industrializado como a Inglaterra? Quem pagaria os custos desta revolução econômica? - O Brasil. Começou a se configurar um novo “pacto colonial”, logo chamado de “Recolonização”. As grandes linhas da recolonização eram:

- Toda navegação entre o Brasil e Portugal seria considerada como navegação de cabotagem e todo transporte transatlântico seria feito em navios de pavilhão português;
- O Brasil seria obrigado a consumir o vinho, o vinagre e o sal de Portugal;

- Os portos de saída para os produtos brasileiros deviam ser obrigatoriamente os de Portugal.

Um debate público trouxe à tona essa divergência irreconciliável. Começou a circular na Bahia um opúsculo anônimo, redigido em francês, sob o título *Le Roi et la Famille Royale de Bragance doivent-ils, dans les circonstances présentes, retourner au Portugal, ou bien rester au Brésil?* (Biblioteca Nacional, 1923). A primeira ideia que escandalizava era a afirmação de que Portugal, no seu estado atual, não podia absolutamente viver sem o Brasil, enquanto que o Brasil, ao contrário, não tirava a mínima vantagem de sua união com Portugal. O autor, identificado pelo ministro Thomaz Antonio como um certo português de nome Caille, demonstrava a sua tese através de três ordens de consideração:

- A inexistência de indústrias em Portugal fazia deste país um intermediário a mais, desnecessário, entre o Brasil e os países europeus exportadores de produtos manufaturados. O vinho, o sal e o vinagre, únicos produtos portugueses de exportação, somente mantinham posição no mercado brasileiro graças a medidas protecionistas;
- O Brasil poderia ter acesso a mercados mais interessantes formado por países fornecedores de produtos manufaturados, que não dispunham de colônias e, portanto, não dispunham de uma oferta protegida de produtos tropicais. Eram eles os Estados Unidos da América, a Alemanha, a Suécia, a França;
- O único produto interessante que os



Convento N. Sra. da Conceição da Lapa - Acervo Fundação Pedro Calmon

portugueses tinham a oferecer ao Brasil era o imigrante português e, mesmo assim, seria desejável substituí-los por colonos alemães, suíços, ingleses, irlandeses, dinamarqueses, suecos e franceses.

O partido da Praia reagiu violentamente através do jornal *Idade d'Ouro*, sendo assim forçado a revelar o seu projeto econômico para a Bahia. O autor, igualmente anônimo, defendeu inicialmente a corporação comercial da Bahia, terrivelmente prejudicada pela liberdade de comércio experimentada pela América Portuguesa desde 1808. Segundo ele, o único grande resultado da abertura dos portos brasileiros tinha sido a destruição da navegação mercante transatlântica portuguesa e a séria ameaça que pesava sobre a navegação mercante de cabotagem. Entre impropérios e ofensas dirigidas contra os traidores e estrangeiros, emergia a afirmação de que os “filhos da terra” eram incapazes de exercer todas as operações e ofícios da intermediação comercial e financeira e, sem a corporação

comercial portuguesa, terminariam fatalmente por se submeter aos estrangeiros.

Pela virulência xenófoba contra os estrangeiros, e especialmente contra os ingleses que se estavam aliando com os maus portugueses para tomar o Brasil, a “nossa terra”, sustentava que havia um só povo, um só reino, uma só família. Por isso, o Atlântico não passava de um mar interior pelo qual se fazia, na verdade, uma navegação de cabotagem, entre portugueses.

No terceiro parágrafo, o praísta reconhecia a inexistência de uma indústria portuguesa, cuja responsabilidade recaía sobre a incompetência do governo, e sobre a ação nefasta dos estrangeiros.

O restabelecimento do monopólio português sobre o comércio brasileiro resultaria,

**“Como libertar Portugal da tutela inglesa e como fazer de Portugal um país moderno e industrializado como a Inglaterra? Quem pagaria os custos desta revolução econômica? - O Brasil. “**

em fim de contas, no desenvolvimento das indústrias em Portugal. Os brasileiros, inclusive os baianos, agora cidadãos do novo império constitucional, irmãos dos portugueses, que tanto se haviam beneficiado com a transmigração da família real para o Rio de Janeiro,



Casa da Torre de Garcia d'Avila, Bahia, Brasil. - Wikipedia.

deveriam agora demonstrar fraternidade com os irmãos europeus fornecendo os recursos para o progresso de Portugal.

Finalmente, sobre a imigração, o autor reafirmava o direito prioritário dos portugueses virem para o Brasil, mas nunca como colonos

porque esta era “a sua terra”, a terra da fortuna, do enriquecimento, e nunca terra de trabalho. O duro labor era para os colonos estrangeiros, que deveriam ser enviados para os lugares mais longínquos e insalubres do país.

Um outro tema central dividia brasileiros e portugueses nos debates das Cortes: a nova gestão da escravidão no Brasil. Os praístas mais exaltados, na Bahia e em Lisboa, sustentavam que era iminente o perigo de um grande

levante de escravos, como a insurreição negra em São Domingos–Haiti. Era, pois, necessário enviar mais tropas para a Bahia, porque o exército português seria a única instituição capaz de assegurar a ordem pública. Os senhores de engenho e seus representantes afirmavam alto e de bom som que não havia nenhum perigo de insurreição geral de escravos no Brasil. Os deputados brasileiros nas Cortes chegaram mesmo a subavaliar a população escrava no Brasil, como o deputado Costa Aguiar, que citou a Bahia como a capitania em que registrava-se uma maior concentração de escravos e, mesmo aí, havia uma proporção de um escravo para três homens livres. (CARVALHO, 1979). Fazer da escravidão uma questão pública, uma questão de estado, era tudo o que não queriam os senhores da Bahia. Já tinham firmado a sua posição em um manifesto publicado na Bahia em que afirmavam o caráter privado da escravidão, descrita como uma escravidão doméstica que só incidia sobre africanos (AMARAL, 1957).

Para os donos de escravos, era um equívoco atribuir aos levantes, incidentes ordinários

**“Era um novo racismo europeu, filho do Iluminismo, que considerava estas populações inferiores, incapazes de se integrarem em um modelo de civilização europeia e, portanto, de exercerem plena e corretamente os direitos de cidadania.”**

mais exaltados, na Bahia e em Lisboa, sustentavam que era iminente o perigo de um grande



Sórora Joana Angélica - Wikipedia

e próprios da escravidão, o estatuto de insurreição. Isso equivaleria a aceitar o estado como juiz, colocado entre senhor e escravo, como na América Espanhola, abrindo caminho para as negociações diretas de políticos, militares e funcionários com escravos rebeldes. Consideravam também que a tropa de linha europeia era inadaptada para repressão dos levantes escravos. Na lógica dos militares de carreira europeus, um escravo sublevado era um inimigo perigoso a ser abatido. Na lógica dos senhores de engenho e das tropas locais, um escravo era uma peça valiosa que pertencia a um proprietário e que devia ser subjugado para o cativoiro. Maria Bárbara Pinto da França, senhora de engenho, assim contou para o seu marido Luís Paulino a ação desastrosa dos militares portugueses que reprimiram um levante escravo em Itaparica:

*Pobre Acciavoli, aconteceu-lhe uma grande desgraça: o administrador e o feitor do seu engenho foram mortos por alguns negros de sua propriedade, o que não é nenhuma novidade neste país. No entanto, em troca destes dois mortos, o*

*regimento que veio subjugar-los matou sumariamente 25 negros e prendeu 18. Coitado! (FRANÇA, 1980, p. 60)*

Um terceiro ponto de discórdia que desencadeou a revolta aberta dos baianos foi o projeto praísta de lusitanizar a administração local, principalmente a força armada. A rivalidade entre as tropas brasileiras e portuguesas era antiga. Os militares portugueses tinham vivido as guerras napoleônicas e as guerras peninsulares, nas quais afirmou-se um novo modelo de exército nacional, politizado, filho da revolução francesa.

Construía-se, nesta época, o paradigma do soldado-cidadão. Para eles, as tropas brasileiras eram incapazes de se ajustarem a esse novo modelo de exército europeu. Também traziam do intenso convívio com outros contingentes europeus um profundo desprezo pelas populações negras, mestiças e de cor dos demais continentes. Era um novo racismo europeu, filho do Iluminismo, que considerava estas populações inferiores, incapazes de se integrarem em um modelo de civilização europeia e, portanto, de exercerem plena e corretamente os direitos de cidadania. Para estes recém chegados da Europa, as tropas formadas por homens inferiores, de cor, deveriam ser simplesmente desmobilizadas e substituídas pelo verdadeiro exército moderno, o português.

Apesar do devotamento das tropas e dos comandantes brasileiros à causa da revolução portuguesa, os militares portugueses desencadearam uma operação sistemática, cujas linhas principais eram a desmoralização dos contingentes formados pelos filhos da terra e o afastamento dos oficiais brasileiros. Desde junho de 1821, começou a manifestar-se um forte descontentamento entre os soldados brasileiros por causa do modo como se fizeram as promoções, preterindo e prejudicando oficiais brasileiros em detrimento dos portugueses. A tensão aumentou em junho, com a notícia da partida de um contingente de 1.100 homens

de Lisboa para a Bahia. Aconteceram, então, os primeiros confrontos entre soldados brasileiros e soldados portugueses. Segundo despacho consular francês de 12 de julho:

*“Não fira a firmeza do coronel comandante do batalhão 12, composto por 400 portugueses, soldados da Europa, uma nova revolução teria eclodido, o governo teria sido parcialmente renovado e a República proclamada pelos brasileiros. (MAE/CCC. Consulat cie Bahia, fl. 137)”*

No dia 3 de novembro de 1821, os oficiais brasileiros de mais alta patente tentaram um *pronunciamento* para derrubar a Junta Governativa. Este grupo era composto pelos seguintes militares: tenentes coronéis José Egídio Gordilho de Barbuda e Felisberto Gomes Caldeira; majores José Maria da Silva Torres, José Gabriel Daltro, Francisco da Costa Brandão e Eloi Pessoa da Silva; capitães José Antonio Fonseca Machado e João Antonio Maria; cadete João Primo; bacharéis José Avelino Barbosa e Felipe Costa Ferreira. Este grupo, sem trazer consigo as tropas sob seu comando, invadiu o palácio da Câmara e tentou depor o governo. Davam vivas à revolução portuguesa e exigiam a substituição da junta de governo. Era uma manifestação mais política do que militar. As tropas portuguesas rapidamente cercaram o palácio e prenderam os manifestantes. Foram todos embarcados na fragata Príncipe D. Pedro e enviados a Lisboa com a acusação de tentarem separar o Brasil de Portugal.

A apresentação dos acusados diante do plenário das Cortes provocou viva emoção. Pela primeira vez a assembleia foi obrigada a discutir o descontentamento dos brasileiros contra as medidas de restrições econômicas e comerciais e contra o projeto de recolonização.

Até então, as divergências entre portugueses e baianos eram creditadas a bairrismos e invejas locais. O que mais impressionou a Assembleia foi que este ato de rebeldia foi cometido exclusivamente por brasileiros cultivados e ricos, o que mostrava a verdadeira complexidade e gravidade do problema. A questão foi remetida à comissão de redação da Constituição, que reconheceu a legitimidade das divergências sobre as relações comerciais entre o lado europeu e o lado americano do império. Por isso a comissão sugeriu iniciar imediatamente a discussão, dando a ocasião aos deputados de todas as capitâneas brasileiras para propor a revogação de alguns impostos que pesavam sobre províncias de ultramar.

Se em Lisboa os resultados foram favoráveis aos baianos, obtendo a absolvição a todos os manifestantes, na Bahia os praístas aproveitaram para desencadear hostilidades públicas contra os soldados brasileiros, mesmo quando estavam dentro dos quartéis. Os confrontos nas ruas foram tão violentos que provocaram o primeiro grande êxodo de habitantes de Salvador para o Recôncavo. Os

planos golpistas do partido português eram evidentes. A junta, desmoralizada, organizou a eleição de uma nova junta de governo, na qual os portugueses recusaram-se a participar. Os membros recém eleitos eram todos brasileiros. Os praístas concentraram seus esforços junto às Cortes para obterem o controle militar da cidade e, pela força das baionetas, poderem dobrar a vontade dos baianos, de modo a operar a recolonização.

**“No dia 2 de março, a desmoralizada junta governativa e a câmara municipal ouviram o juramento do general Madeira e deram-lhe posse no governo da província.”**

## A CIDADE CATIVA

No dia 15 de fevereiro, chegou ao porto da Bahia o Correio Leopoldina, trazendo o decreto real de nomeação do general Luis Ignacio Madeira de Mello para o posto de coman-



Praça 2 de Julho - Campo Grande

dante das armas da província da Bahia. Com a carta de ditador à mão, o general português pôs, imediatamente, as suas tropas em alerta. Em seguida, procurou fazer reconhecer sua nomeação pela Câmara de Salvador. A reação do partido brasileiro foi imediata. As tropas locais aclamaram o brigadeiro Manoel Pedro que, por sua vez, recusou-se a passar o comando militar para o general português. Estava armado o conflito. O afrontamento que os militares portugueses tanto procuraram tinha finalmente se tornado inevitável. Era o momento de demonstrar a inutilidade das tropas compostas por cabras. Era também a oportunidade de acabar com qualquer veleidade de autonomia política da elite baiana, organizada em torno de uma junta governativa e de uma câmara municipal tradicionalmente prestigiosa.

O afrontamento militar ocorreu no dia 19 de fevereiro de 1822. E, no dia seguinte, as tropas brasileiras tinham sido desbaratadas, deixando a elite local, como a senhora de engenho Maria Bárbara Pinto da França, pro-

fundamente indignada com a incapacidade das tropas brasileiras.

Afinal, eram tropas treinadas para lutar contra piratas e para reprimir revoltas escravas e não para o combate entre exércitos regulares, como os portugueses. No dia 2 de março, a desmoralizada junta governativa e a câmara municipal ouviram o juramento do general Madeira e deram-lhe posse no governo da província. A república autônoma da Bahia estava completamente submissa à ditadura do general português, ao partido português e à sua facção mais radical, o Clube da Água Branca. Todas as tropas da 1ª Linha e de Milícias, compostas por brasileiros, tinham sido dissolvidas e os poucos fugitivos que retornaram à cidade foram enquadrados em regimentos comandados por oficiais portugueses. Receberam todos as suas rações e o pagamento dos seus soldos. Uma anistia geral foi proclamada. Era a paz lusitana.

Seguros de sua vitória, o general Madeira e seus partidários nem suspeitavam que tinham desastrosamente destampado a Cai-

xa de Pandora. O resultado da sua pequena revolução portuguesa nesta província de ultramar tinha sido o forte abalo em toda a ordem social: as elites locais humilhadas recolhiam-se em orgulhoso silêncio ou fugiam para as vilas do Recôncavo; o poder político desmoralizado pregava no deserto; a força armada, adaptada ao controle daquela sociedade escravista, estava dissolvida; pobres, negros livres e escravos confundiam-se em uma multidão sem controle. O grande desafio para estes portugueses, impregnados por ideias e práticas das revoluções europeias e, principalmente, fascinados pelo exemplo do autoritarismo à La Bonaparte, era como reorganizar uma sociedade escravista a golpes de baioneta!

Batidas em plena rua, as tropas brasileiras foram o rastilho de pólvora que espalhou o fogo da rebelião por toda a sociedade. No dia anterior aos combates, grande quantidade de armas e munições fora retirada do Trem de Guerra, o arsenal, e armazenada nos quartéis dos dois principais batalhões brasileiros, o de artilharia, comandado pelo brigadeiro Manoel Pedro, e o batalhão de Caçadores. Para esses quartéis convergiram os voluntários do 3º e 4º regimentos de milícias, compostos por negros e mulatos, aos quais se juntaram os milicianos do 2º regimento, composto por brancos pobres e os soldados do corpo de Ordenanças, além de inúmeros civis. Receberam todos armas e munições.

O cônsul francês Guinebau assim registrou a distribuição de armas entre populares:

*Antes mesmo das jornadas do 18 ao 20, aconteceram várias concentrações de negros nas várias paróquias vizinhas. Estas reuniões foram muito numerosas. Os negros estavam armados e se abasteceram todos com armas do Trem de Guerra. (MAE/CCC. Consulat de Bahia, fl. 196)*

Logo depois da derrota, estas tropas bateram em retirada para os arrabaldes da cidade, em total desordem, fora do controle e da autoridade dos seus oficiais. Esta era a guerra deles, feita do seu jeito, não somente contra os soldados portugueses, mas também, contra os europeus e todos os brancos que apareciam pela frente. Em carta ao seu marido, deputado baiano às Corres, Maria Bárbara Pinto da França relatou que no dia dos combates teve que se refugiar em um navio holandês ancorado no porto e viu os soldados negros e mulatos, que se retiravam pela área do Comércio e de Água de Meninos, massacrarem várias famílias de brancos, aos gritos de: "Morte aos europeus!" (França, 1980, p. 20). Um único

destacamento conseguiu retirar-se ordenadamente para o norte, na direção do Açú da Torre, bastião da legendária família Pires de Carvalho e Albuquerque. Ainda assim, estas tropas cometeram vários atos de violência contra todos os que se pareciam com portugueses, o que provocou reclamações de um senhor de engenho aliado dos seus oficiais no comando.

A maioria das tropas em desordem transformou-se em vários grupos de guerrilha, aos quais se juntaram desertores e escravos fugidos, que desde já fustigavam os conquistadores da cidade. Foram registradas várias concentrações desses rebel-



des nas densas matas que cercavam a cidade, qual um cinturão, que ia de Pirajá a Itapuã. A existência desses ajuntamentos de mocambos em torno da cidade era, aliás, um fenômeno crônico. Quatro dias após os combates, em nome de senhores de engenho e de comerciantes, a Junta governativa encaminhava ao todo poderoso general Madeira a seguinte petição:

*A junta provisória de governo desta Província transmite em anexo a V. Ex. uma cópia da representação feita pelos habitantes do Cabula, São Bento, Barreiras, Pedrinhas, Pirajá e Bate Folha, a propósito dos contínuos e numerosos agrupamentos de negros armados que tem acontecido, e das mulheres que a eles se juntam, com propósitos extremamente perigosos.* (MAE/CCC. Consulat de Bahia, fl. 196)

O comando português enviou várias expedições com o objetivo de desarmar e dispersar esses bandos. A cavalaria deu várias cargas a algumas léguas pelo interior, engajou muitos combates com perdas significativas, sem qualquer sucesso real em razão da extrema mobilidade desses grupos armados.

Dentro da cidade ocupada, a tropa europeia não conseguia impedir o vaivém destes soldados e desses quilombolas que armavam a população negra contra ela. Segundo o cônsul Guinebaud, todas as noites se produziam cenas violentas que acabavam sempre em assassinatos dos dois lados. Surgiram, então, os mata-cabras, expedições noturnas de soldados e marinheiros portugueses, fora de qualquer enquadramento militar, que espancavam e matavam toda pessoa de cor encontrada nas ruas. Esta guerra surda terminou por quebrar a disciplina do exército do Madeira que passou a reprimir de uma maneira descontrolada e cega toda a po-

pulação não portuguesa da cidade, atingindo inclusive, os membros das ricas famílias de proprietários de terras. Uma rica senhora não escondeu a sua indignação:

*O partido dos comerciantes está cada dia mais insolente e perigoso. Da Praia, fonte de todo o mal, vem nossas desgraças. Que espécie de gente! Eles são ratos do porto que se apropriaram do poder. Ninguém está ao abrigo de suas ofensas.* (FRANÇA, 1980, p.67)

Essa hostilidade popular incluía até as crianças. Por ocasião da procissão de São José, no dia 19 de março, ficou evidente tanto o isolamento dos comerciantes portugueses da rua

da Praia, quanto o enfraquecimento do moral das tropas portuguesas. Durante a procissão da irmandade de São José, um grupo de garotos negros apedrejou os participantes do cortejo formado por militares portugueses, comerciantes e caixeiros. Os militares portugueses consideraram esta ofensa como sendo obra dos adversários brasileiros que teriam pago os moleques de rua. O general Madeira fez um escândalo deste incidente de grande importância, chegando a enviar cor-

respondência detalhada à Cortes no dia 23.

Os testemunhos da época atestam, no entanto, que nada foi preparado e que a reação dos portugueses foi desmesurada e ridícula e atestou tão somente o absoluto isolamento social deles. (AMARAL, 1957; FRANÇA, 1980).

*Os homens bons* da cidade, ao verem diminuir progressivamente o contingente militar por causa desses assassinatos cotidianos, ao verem instalar-se a anarquia pela debilidade de todos os meios de controle de uma população urbana, cuja grande parte era composta por escravos, começaram a abandonar maciçamente

**“Maria Bárbara Pinto da França relatou que no dia dos combates teve que se refugiar em um navio holandês ancorado no porto e viu os soldados negros e mulatos, que se retiravam pela área do Comércio e de Água de Meninos, massacrarem várias famílias de brancos, aos gritos de: ‘Morte aos europeus!’ ”**

a cidade para se instalarem nos engenhos e vilas do Recôncavo baiano. Deixavam para trás, na capital da província, os portugueses da Praia e seus soldados, sós frente a frente, com a população mais pobre, negra e em franca insurreição contra os ocupantes europeus. Esta população pobre, por sua vez, não tinha muitas alternativas. Para estes, sem laços de amizade ou de família com os habitantes das abarrotadas vilas do Recôncavo, ou bem abandonavam os seus ofícios e suas casas para se aglomerarem nas matas insalubres em volta da cidade, ou bem suportavam na cidade a progressiva falta de gêneros alimentícios e os mata-cabras praticado pelos portugueses.

Assim, antes que a elite baiana tivesse esboçado qualquer ação política ou militar, o general Madeira e seus partidários da Praia já estavam derrotados politicamente. Em pouco mais de um mês tinham demonstrado total incapacidade de assegurar um mínimo de ordem, mesmo entre os seus próprios soldados, ainda que tivessem concentrado todo o poder político e militar na capitania da Bahia. No dia 31 de março, o governo militar lançou uma proclamação à população da cidade condenando e êxodo para o interior. No dia seguinte, a desmoralizada junta civil fez o mesmo. Assim, um grupo de revolucionários portugueses, que pretendia regenerar o império, não conseguiu sequer organizar a vida cotidiana em uma cidade ocupada.

## A REAÇÃO DOS HOMENS BONS

Nos primeiros dias que se seguiram ao golpe militar do Madeira, a elite política da capitania, representada na junta Provisória de Governo e na Câmara Municipal, reagiu com uma timidez e pusilanimidade à toda prova. Na verdade, eles tentavam manter um pé na cidade e o outro no fundo do Recôncavo; lançavam seus olhares para Lisboa, de onde emanava o poder revolucionário das Cortes, prestando bem atenção ao Rio de Janeiro, de onde emanava o

poder do absolutismo real. Qualquer que fosse o destino do Império Português, esta elite tentava a qualquer custo evitar a sua exclusão dos postos e cargos de comando do regime que viesse a se instalar. Esboçou um gesto inoperante às vésperas do conflito do dia 18, ao encarregar o tenente coronel comandante das Ordenanças, a tropa de polícia, da retomada do controle da cidade. Nem o comandante tinha mais controle sobre os seus soldados que aderiam em massa aos militares brasileiros, nem tinha qualquer autoridade sobre as tropas portuguesas!

Um mês depois, a Junta experimentou outro gesto de resistência, ainda que tímido, contra a ditadura do Madeira. Em razão de uma escala forçada, arribou no porto de Salvador o navio São José Americano que transportava um destacamento de 300 soldados sob o comando do general Francisco Joaquim Carreti. Imediatamente, o general Madeira ordenou o desembarque deste destacamento para cobrir os claros deixados em seu contingente pelos combates noturnos na capital, ao que se opôs firmemente o general Carreti, apoiando-se em dois fortíssimos argumentos: inicialmente, ele tinha recebido ordem expressa do príncipe regente do Rio para conduzir este destacamento a Lisboa; em seguida, segundo os critérios da hierarquia militar, não estava ele, general brigadeiro mais antigo, obrigado a aceitar ordens de um general mais novo no posto do que ele. A Junta alegou, inicialmente, que não havia recursos para cobrir as despesas com a manutenção e pagamento dos soldados para esta tropa. Os comerciantes da rua da Praia responderam prontamente com uma subscrição em dinheiro que ultrapassava largamente a soma requerida pela Junta. Esta contra-argumentou que a tropa não deveria desembarcar porque tinham recebido ordens do príncipe regente do Rio, cuja autoridade deveria ser reconhecida.

O general Madeira reagiu através de correspondência datada de 25 de março, na qual



**“Todos estes reunidos aos 1.500 baianos não formavam um contingente suficiente para as tarefas de cerco e assalto à cidade do Salvador.”**



Praça da Lapinha

tra Madeira. Francisco Brandão era membro da Câmara Municipal de Salvador e redator do jornal Constitucional de onde sustentou a propaganda antiportuguesa, até ser obrigado a fugir para Santo Amaro que o elegeu para a nova junta governativa. Sua adesão marca a participação no governo dos brasileiros dos setores populares. Brandão era um homem de cor, um mulato, recém-chegado de Coimbra, onde havia concluído o curso jurídico. Era um dos mais ousados defensores de uma nova nacionalidade brasileira, diferente da portuguesa. Como sinal de ruptura com os europeus, acrescentou a seu nome, de origem portuguesa, sobrenomes americanos. Primeiro adotou o sobrenome de Gê-Acaiaba, em homenagem aos índios do Brasil; em seguida, Montezuma, em memória do último imperador asteca, chamando-se pois de Francisco Gê-Acaiaba Montezuma.

A presença destes dois destacados líderes da província simbolizava a aliança entre os grandes proprietários rurais e os nacionais urbanos. A eles se juntaram outros representantes das vilas insurretas. De agora por diante haveriam dois governos constituídos na Bahia: o do general Madeira, sediado na cidade do Salvador, apoiado pelos negociantes, pela tropa e pelos marinheiros, obediente às Cortes de Lisboa; o da Junta de Cachoeira, sediado no fundo da baía de Todos os Santos, apoiado por senhores de engenho, proprietários rurais e representantes do povo descon-tente de Salvador.

## A CIDADE SITIADA

Os primeiros combates entre as forças dos

dois governos não se fariam por esperar. Os portugueses tomaram a iniciativa de ataque contra a vila da Cachoeira, logo no dia 25 de junho, em que se aclamava a autoridade do príncipe regente Pedro. Uma goeleta bombardeou a Cachoeira, mas foi repelida pelos seus habitantes. No dia 10 de julho, canhoneiras portuguesas fizeram uma incursão na ilha de Itaparica, mas bateram em retirada rapidamente.

A junta de Cachoeira conseguiu reunir inicialmente uma força de 1.500 homens. O principal deste contingente era formado por milicianos do Recôncavo, aos quais se juntaram centenas de soldados errantes que tinham integrado os batalhões derrotados recentemente em Salvador. Não formavam um exército regular, mas bloqueavam com sucesso as vias de acesso para a cidade e tinham plantado baluartes em outras ilhas da baía, assegurando assim uma rede defensiva que opunha obstáculo eficaz a possíveis incursões navais contra vilas e engenhos situados no fundo da baía. Na verdade, os baianos retomaram a mesma estratégia adotada no século XVII contra os invasores holandeses. O duplo objetivo, ofensivo e defensivo, era impor o bloqueio ao fornecimento de gêneros alimentícios e, ao mesmo tempo, impedir as ações dos bandos de desertores e quilombolas, espremidos nas matas do entorno da cidade, contra as vilas e propriedades do Recôncavo.

Os portugueses contavam com uma tropa de 3.000 soldados do exército regular e mais os marinheiros portugueses dos navios que passavam por Salvador e os da esquadra de

João Félix. Na sua concepção estratégica, acreditavam que o bloqueio ao Recôncavo, impedindo os insurretos a exportarem açúcar, sua principal fonte de recursos para pagar as despesas da guerra, era a principal ação que obrigaria a capitulação do oponente.

Para completar a guerra de bloqueios, no dia 12 de novembro o governo do Rio decidiu que todo produto estrangeiro entrado pelo porto da Bahia e reexportado para qualquer outro porto brasileiro seria gravado mais uma vez pelo imposto de importação. Este era um sério golpe no grande comércio português da Bahia.

O bloqueio como estratégia não rendeu os frutos esperados para ambos os lados. O bloqueio aos gêneros de boca só atingia realmente a população pobre da cidade sitiada. Os portugueses e seus soldados podiam abastecer-se de carnes salgadas, farinhas e bacalhau por via marítima, a partir da Colônia do Sacramento. Também o bloqueio às exportações de açúcar se mostrou ineficaz.

Aquela era uma guerra imóvel, em que os oponentes esperavam mais um desfecho político do que uma definição militar.

## LÁ VEM LABATUT

O governo do Rio de Janeiro, ao romper com as Cortes pela proclamação da Independência do Brasil, tinha urgência em estabelecer sua soberania sobre todo o território americano do Império português. O jovem imperador Pedro I não tinha tempo nem paciência para uma longa negociação com o Madeira ou com as Cortes sobre a cidade do Salvador. Era chegado o momento de uma solução militar para aquele impasse. Para tal fim, o governo do Rio contratou o general Pierre Labatut, desengajado do exército de Napoleão, com experiência militar na América espanhola. A nomeação de um general estrangeiro para o comando do exército, que deveria libertar a Bahia, provocou intensa reação da elite baiana. O brigadeiro baiano Domingos Alves Branco chegou ao

ponto de insuflar um motim no navio que trazia Labatut do Rio. A manutenção do general francês na chefia desta missão correspondia ao desejo da corte do Rio em demonstrar a sua determinação de impor sua autoridade em relação à liderança baiana, concorrente e rebelde até bem pouco tempo atrás.

A chegada de Labatut mudou todo o curso da guerra da Bahia. Trazia um ultimato para o general Madeira evacuar imediatamente a praça da Bahia. Trazia também ordens expressas de transformar aqueles grupos armados sob comando de civis em um exército disciplinado, leal ao novo império do Brasil, em condições operacionais de vencer o exército do Madeira.

Trazia 5.000 fuzis, peças de artilharia, munição e grande quantidade de armas ligeiras. Trazia consigo 200 soldados negros, os Libertos do Imperador. No entanto, um general que devia formar um exército para ganhar uma guerra precisava recrutar para suas fileiras homens em quantidade suficiente. Antes de chegar à Bahia, desembarcou em Sergipe e passou por Pernambuco e Alagoas, onde recrutou cerca de 700 homens. Da Paraíba recebeu mais 200 soldados e, posteriormente, do Rio 800 homens que compunham o batalhão do Imperador. Todos estes reunidos aos 1.500 baianos não formavam um contingente suficiente para as tarefas de cerco e assalto à cidade do Salvador.

Para completar as suas fileiras, nada mais lógico para um militar profissional como Labatut do que proceder a um recrutamento maciço junto à população local, o que reavivava todos os traumatismos do recrutamento de livres e brancos pelas Ordenanças no tempo da colônia. Por isso também, a partir de sua chegada, passa a ser objeto de todo tipo de restrições por parte das lideranças do Recôncavo. Irritado, o general chegou a enviar um relatório ao Rio, no qual pedia reforços e, no caso negativo, ameaçava retirar-se com suas tropas e deixar baianos e portugueses com suas que-relas. A solução seria buscar entre os escravos,

os soldados para este novo exército.

Veterano da guerra de independência da Colômbia, sob o comando de Simon Bolívar, Labatut tinha ainda vivas em sua memória as práticas usuais dos exércitos libertadores hispano-americanos, pelas quais os escravos eram recrutados maciçamente em troca da sua alforria. Uma ampla proclamação foi lançada aos escravos da Bahia. Pedidos formais foram dirigidos às câmaras das vilas confederadas de Santo Amaro e São Francisco à também junta de Cachoeira. Labatut pedia que os senhores liberassem parte de seus escravos para a formação de um corpo de primeira linha a ser comandado pelo capitão José Gomes Moncorvo. Este pedido caiu como uma bomba nos meios senhoriais. Tem-se notícia de que apenas em Santo Amaro alguns senhores liberaram escravos pardos e mulatos claros para formarem dois batalhões. (ACCIOLI, 1937). A negativa formal dos senhores de escravos não tardou. Foi argumentado que ainda havia muitos trabalhadores livres na província e que o recrutamento deveria incidir prioritariamente e mais rigorosamente sobre estes. Argumentou-se, ainda, que a convivência na tropa de membros de famílias de pequenos proprietários, com ex-escravos que tinham sofrido castigos corporais, podia ensejar atos de vingança e rebeliões. (PINHO, p.258)

O que foi negado, foi tomado ou veio por si só. Em tempo de guerra, os militares costumam requisitar o que necessitam pela força das próprias armas. Labatut não foi diferente. Em muitos engenhos ele os apropriou de bens, víveres e escravos que foram incorporados no exército. Muitos outros fugiram de seus senhores e alistaram-se no exército para ganhar a liberdade. Além do destacamento vindo do Rio, os Libertos do Imperador, certamente formou-se um outro Batalhão de Libertos, com cerca

de 327 escravos mulatos claros. Além destes contingentes, é muito difícil estimar o contingente negro em batalhões onde se misturaram soldados negros, com recrutas escravos negros, mestiços e sertanejos no exército de Labatut. No entanto, a partir do depoimento do botanista Antonio Muniz de Souza, voluntário recusado por Labatut para o cargo de enfermeiro, podemos crer que eram muitos os negros naquela tropa.

Segundo ele, o maior flagelo do exército eram as infecções e gangrenas provocadas pelos bichos-de-pé (*tunga penetrans*). Ora, os soldados ex-escravos, habituados a andarem descalços por força da interdição costumeira dos calçados aos cativos, eram naturalmente os prováveis pacientes deste mal. Também a tradição oral consagra esta imagem do exército de Labatut como tropa negra:

**“Os revolucionários mais radicais já estavam divididos sobre a presença militar portuguesa no Brasil.”**

*Fecha a porta  
Lá vem Labatut,  
Com tropa de negro  
Parece urubu. (DP)*

A libertação de escravos para o serviço do exército, ou mesmo a libertação de escravos por uma autoridade pública, sem indenização do seu valor ao antigo senhor, era um fato político novo e revolucionário na Bahia. Mais revolucionário ainda o fato de homens de todas as cores, de todas as condições civis, estarem sendo chamados para a constituição de um exército novo, instrumento da vontade política de uma nação que se estava constituindo naquele momento. Outrosim, os comandantes e oficiais de milícias negras e mulatas acabavam de ser incorporados no exército de Labatut como oficiais de linha, com o mesmo privilégio de patentes e postos que gozavam os oficiais brancos, filhos das famílias proprietárias da Bahia. De fato, Labatut estava fazendo no Recôncavo mudanças tão estonteantes para a sociedade escravista

baiana, quanto havia feito na cidade sitiada o português Madeira. Se este havia lusitanizado o exército, expulsando de suas fileiras todos os oficiais e soldados filhos da terra, Labatut terminou constituindo um primeiro exército nacional brasileiro, formado por homens que aderiam a uma causa - o ideal da Independência comandado por oficiais vindos do Rio, de Pernambuco e por homens de cor da Bahia, e tendo no comando supremo um general estrangeiro que fazia questão de impor pela violência a sua autoridade por cima das hierarquias sociais tradicionais. Era uma espécie de pequeno Bonaparte baiano.

Assim, mais do que uma tropa libertadora, o exército de Labatut foi uma força desorganizadora da sociedade e da economia açucareira no Recôncavo. As relações entre o general e a junta de Cachoeira foram piorando de tal forma que os próprios comandantes do seu exército conspiraram abertamente contra ele e terminaram por depô-lo do comando e por prendê-lo no dia 24 de maio de 1823, apesar do sucesso militar da sua tropa. Foi acusado de cometer violência contra senhores de engenho, apropriar-se do tesouro de prata do engenho Passagem, de propriedade de portugueses, e de haver fuzilado quilombolas nos arredores de Salvador. Labatut, diferente de César, veio, venceu, mas não viu. Na liberação da cidade, no 2 de Julho, estava preso. Foi enviado para o Rio em setembro, submetido ao conselho de guerra e absolvido em fevereiro de 1824.

## A CIDADE LIBERADA

O visitante que chegar ao Museu do Exército, em Lisboa, encontrará em um dos mostruários, ao pé das bandeiras e insígnias da Legião Constitucional Lusitana, o diploma que atesta o grande feito militar do general Ignacio Madeira de Mello, comandante da praça da Bahia, que conseguiu com perfeição, sem capitulação, a retirada de toda a sua tropa com todo o seu material militar de uma praça sitiada.

O turista que chegar à cidade do Salvador, no dia 2 de julho, certamente participará de uma grande festa popular, durante a qual um desfile cívico reconstitui o trajeto do Exército Pacificador que expulsou os tiranos portugueses em 1823. As duas partes festejam mui justamente suas vitórias, porque o fim do sítio de Salvador foi, naquele momento, a melhor solução para sitiados e sitiados.

Para o sitiado general Madeira, a situação era militarmente estável. Incapaz de furar o cerco, mantinha-se bem defendido dentro da cidade e ainda dispunha de uma superioridade numérica de cerca de 12 mil homens, contados os soldados e marinheiros. Sua frota dispunha de 438 canhões. No entanto, a ditadura militar que ele havia imposto em nome do regime revolucionário das Cortes de Lisboa estava política e socialmente derrotada. Na sua praça forte não dispunha mais de nenhuma instituição para o exercício do poder civil. Isolado com o seu grupo de portugueses radicais, só podia contar com as suas tropas para conter uma população pobre, faminta e armada que contra atacava toda noite pelos becos e ladeiras escuras de uma cidade desesperada.

Também em Lisboa enfraquecia-se a posição política do Madeira. Os revolucionários mais radicais já estavam divididos sobre a presença militar portuguesa no Brasil. Nas cartas publicadas em Paris por um jacobino italiano, Joseph Pechio, que esteve em Lisboa em 1822, encontra-se o relato do estado de espírito dos jacobinos portugueses sobre a independência do Brasil. Alguns mantinham-se aferrados ao propósito de regeneração do Império marítimo português e de sua marinha de guerra e mercante, pela manutenção a qualquer preço do Brasil. (PECHIO, 1822, p. 51/55) Outros, já majoritários, acreditavam que a regeneração de Portugal passava mais pela reaproximação com a Europa e especialmente com a Espanha. Para estes, a revolução liberal era europeia. Estes não mais acreditavam na manutenção na união com o



**“O comando formal cabia ao Lima e Silva, comandante do Batalhão do Imperador, com apenas 800 homens, sem condição de impor sua autoridade sobre o baiano Felisberto Gomes Caldeira e sobre o pernambucano Barros Falcão, que disputavam entre si a liderança política sobre a tropa e o lugar de caudilho deixado por Labatut.”**

Brasil *manu militari*, até por considerarem que os seus custos seriam muito elevados para Portugal. Acreditavam que era preferível negociar com um Brasil independente um bom tratado comercial, como fizera a Inglaterra com Portugal em 1810, assegurando vantagens e privilégios para o comércio e imigração portuguesas.

Da parte dos conservadores portugueses, o evidente desastre político dos jacobinos na Bahia justificava as providências para a substituição do general Madeira de Mello pelo general José Carlos de Saldanha Oliveira e Duan, cujo decreto de nomeação chegou a ser assinado pelo rei, no dia 13 de fevereiro de 1823. O general substituto renunciou a nomeação por considerar insuficientes os meios para fazer a guerra aos brasileiros na Bahia. (AMARAL, 1957, p.306). Pior ainda para os seguidores do partido da Praia na Bahia era a progressão, em Portugal, da rebelião contra o regime das Cortes, liderada pelo conde de Amarante, contando com o apoio da Santa Aliança. Em razão do tempo de travessia atlântica, o general Madeira não podia estar informado no dia 1º de julho que as tropas da restauração absolutista alcançaram as ruas de Lisboa no dia 24 de junho, mas certamente estava a par de sua

progressão anterior e podia esperar que a sua tropa ainda pudesse ser de alguma serventia para a defesa do regime constitucional.

Um fato novo, produzido pelo governo do Rio de Janeiro, acelerou a decisão portuguesa pela retirada da Bahia. Em março de 1823, chegou à Bahia uma divisão naval composta por 9 navios, comandada pelo Lord Cochrane, um almirante inglês, jacobino expatriado como Labatut, a serviço do imperador Pedro I. Não era uma esquadra numerosa como a portuguesa comandada por João Félix. Sua tripulação ainda era mal treinada, mais parecidos a piratas do que aos marinheiros da Royal Navy. No entanto, nos primeiros combates não deixou nenhuma dúvida sobre a sua capacidade de provocar perdas crescentes à marinha portuguesa. Para os praístas da Bahia, a sua marinha era a espinha dorsal para a regeneração do império marítimo português. Na sua lógica de marotos, defenderam o porto até o último momento. Era preciso agora salvar os navios. E assim eles fizeram vela!

Para os sitiados também, estava na hora de levantar o cerco. A desorganização provocada pela guerra produzira estragos irreparáveis no Recôncavo açucareiro. Os

engenhos não moeram a safra naquele ano. Muitos engenhos de portugueses foram depredados ou abandonados pelos seus proprietários. As fugas de escravos para a guerra ou por ocasião da guerra tinham deixado muitos engenhos desertos. Os engenhos menores sofreram bastante o peso das requisições e contribuições em dinheiro, em víveres e em homens para o exército. Mesmo os engenhos mais protegidos sofriam com a desorganização da economia açucareira. Fazia falta a articulação com o porto, de onde vinham as importações de produtos indispensáveis ao funcionamento dos engenhos, o cobre por exemplo, e onde se fazia o financiamento da produção. (FRANÇA, 1980, p. 83/84). O porto continuava bloqueado para as exportações. A maior parte da população pobre, que havia abandonado a cidade sitiada, estava agora imprensada entre as linhas dos dois exércitos, dizimada pela doença e pela fome.

A situação militar dos brasileiros não era nada brilhante. A deposição do general Labatut tinha transformado o Exército Pacificador em uma confederação de destacamentos militares que se conflitavam entre si. O comando formal cabia ao Lima e Sil-

va, comandante do Batalhão do Imperador, com apenas 800 homens, sem condição de impor sua autoridade sobre o baiano Felisberto Gomes Caldeira e sobre o pernambucano Barros Falcão, que disputavam entre si a liderança política sobre a tropa e o lugar de caudilho deixado por Labatut. A disciplina dissolvia-se. Aumentavam as deserções. As tropas estavam acantonadas nas matas em volta da cidade, em condições precárias, sem medicamentos, sem fardamento e abrigo que as protegessem das chuvas.

A taxa de doentes atingiu a proporção de 10%. A moral da tropa estava tão baixa que já se havia acostumado à idéia de sua incapacidade de tomar a cidade por assalto. Restava, pois, manter o front imobilizado até o esgotamento dos gêneros de boca na cidade sitiada. Era a guerra da doença contra a fome.

Que alívio, quando nasceu o sol ao 2 de Julho! As tropas brasileiras perceberam, como que por encanto, que não havia mais um só soldado português na cidade de São Salvador na Bahia de Todos os Santos. Que mais fazer senão entrar em triunfo na cidade já desocupada?

---

#### REFERÊNCIAS

##### FONTE MANUSCRITA

MAE/CCC Consular de Bahia - Arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França. Quay D'Orsay - Correspondance Commerciale et Consulaire. Consular de Bahia. v. 1 (1673-1824). Consul Jacques Guinebaud.

##### FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLI, Ignacio de Cerqueira e Silva. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. Anotador Dr. Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1917/1937. 5 v.

AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. Salvador: Progresso, 1957.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *Le Politique et l'Économique dans une Société Esclavagiste: Bahia, 1820-1889*. Paris, 1992. 2 v. Thèse (Doctorat en Histoire) - Université de Paris IV - Sorbonne, 1992.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos para a História da Independência*. Lisboa: Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional, 1923. v. 1.

##### CÂMARA DOS DEPUTADOS

Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa. Lisboa. Imprensa Nacional, 1883-1891. 8 v.

CARVALHO, Manoel Emílio Gomes de. *Os deputados Brasileiros na Cortes de Lisboa*. Introdução de Pedro Calmon. Brasília: Senado Federal, 1979.

FRANÇA, António D'Oliveira Pinto da. *Cartas Baianas. 1821/1824*: subsídios para o estudo dos problemas da opção na independência brasileira. São Paulo: Nacional; Rio de Janeiro: Núcleo Editorial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1980.

MORTON, F. W. O. *The Conservative Revolution of Independence: Economy, Society and Politics in Bahia. 1790/1840*. University of Oxford, 1974.

MARQUES, Oliveira. *Histoire du Portugal des origines à nos jours*. Paris: Editions Horvath, 1978.

PECCHIO, Joseph. *Trois Mois en Portugal*. Paris, 1822.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, Instituto Nacional do Livro. 1977.



# A Bahia no independência nacional

# A Bahia no independência nacional

A história da emancipação dos povos é a parte mais importante da existência deles, porque exprime o pensamento mais nobre que pôde animar os seres, o da sua própria liberdade, visto ser ela a mais justa aspiração dos homens. É também a independência das nações o que mais as envaidece e exalta o sentimento pátrio pelo exemplo que representam os sacrifícios feitos para obtê-la.

Entre os povos dos quais a emancipação não custou dispêndios de coragem, perseverança e valor, desmerece e se oblitera com facilidade o patriotismo, por não terem presentes na vida os mais nobilitantes incentivos das suas capacidades e energias.

Dá-se na historia do Brasil a circunstância curiosa de se haverem passado na Bahia os fatos mais notáveis e dignos de citação da sua independência, justamente aqueles em que foi preciso empregar esforço e bravura, pois foi aqui a cena dos seus lances trágicos, dos acontecimentos de celebridade e refevo, daqueles que se consideram como mais nobilitantes entre as nações cultas.

A independência foi levada a efeito no sul do Brasil com facilidade e sem trabalho por parte do povo, visto que foi realizada pelo próprio governo.

Contra tudo o que razoavelmente era lícito esperar, foi o príncipe regente D. Pedro, o qual havia recebido do governo, português a mais alta investidura que podia existir no país, após a retirada da corte e do soberano, quem se pronunciou pela separação da metrópole, desobedecendo ao seu governo e depois declarando preferir a morte á ficar dependente da autoridade que tinha desfeito os seus atos e o havia desautorado e repreendido severamente.

Aqui não tivemos um tão precioso elemento

para levar a efeito a nossa aspiração de nos separarmos do reino europeu.

O governo, ao contrário do que se deu no Sul, era adverso ao sentimento do povo baiano, desprezava a nossa gente, se apoiava em força armada, excelente pelo seu espírito de corpo e seu valor, provado na campanha peninsular, assim como na parte mais rica e poderosa da burguesia, isto é, na classe comercial.

Esta classe conservadora se tinha tornado política, e, como os seus interesses se ligavam à metrópole, fortemente se opôs à nossa independência.

Em 10 de Fevereiro de 1821 rebentou aqui uma revolução que era destinada a secundar a grande reforma da monarquia, iniciada na cidade do Porto no ano anterior, quando a nação portuguesa havia reagido contra os seus longos sofrimentos, repelindo os princípios do regime caduco do absolutismo real.

Aqui, em 10 de Fevereiro, as tropas da guarnição, os portugueses e os brasileiros natos confraternizaram todos no mesmo pensamento, derrubaram o governo e constituíram uma junta governativa, de modo que o Conde da Palma, o qual fora investido da autoridade pela monarquia absoluta, não quis fazer parte da administração revolucionária e se retirou para o Rio de Janeiro no navio de guerra inglês Icarus. Assumiu o poder a Junta Provisional, nome que havia tomado a nova forma da autoridade executiva.

Seguiu-se a esta revolução da Bahia a que rebentou no Rio de Janeiro, no fim do mesmo mês de Fevereiro, e da qual resultou a volta da corte portuguesa e do rei D. João VI para a Europa.

O príncipe D. Pedro, ambicioso, ardente, inculto, pouco ponderado, mas valente, re-



Cabocla - Acervo Fundação Pedro Calmon - Nelson Araújo

soluta e impressionável, se deixou levar pela bela obra de ser o fundador de um Estado novo na America, o qual, mais tarde, outra vez se juntaria à coroa portuguesa, quando lhe chegasse a ocasião de ocupar o trono de seus avós, como era de lei na monarquia hereditária de Portugal.

A Junta Provisional foi substituída por outra eleita, mas, tanto uma como a outra obedeciam ao governo da metrópole, em Lisboa.

A Junta Provisional se compôs dos seguintes representantes das classes da sociedade: Francisco José Pereira, Francisco de Paula e Oliveira e Manoel Pedro de Freitas Guimarães

pelo militar; Paulo José de Mello Azevedo e Brito pela lavoura; Francisco Antônio Filgueiras pelo comércio; Luiz Manoel de Moura Cabral, pela cidade; José Caetano de Paiva Pereira e José Lino Coutinho, secretários.

A Junta Governativa eleita foi constituída por Francisco Vicente Vianna, presidente, Francisco Carneiro de Campos, secretário, Manoel Ignacio da Cunha Menezes, José Cardoso Pereira de Mello e Antônio da Silva Telles.

O instinto popular levava os baianos para o governo do Rio de Janeiro, mas este era o sentimento dos que liam e da massa dos cidadãos.

A guarnição portuguesa e os comerciantes só queriam o domínio das cortes de Lisboa e da autoridade real.

Havia um outro partido que aspirava á independência, sob a forma de uma republica.

Os portugueses tratavam os filhos do país com arrogância e desprezo, e, quando chegou aqui, em princípios de 1822, a nomeação do brigadeiro Ignacio Luiz Madeira de Mello para governador das armas, rompeu a luta.

Desde a revolução constitucionalista de 10 de fevereiro, era este cargo exercido por Manoel Pedro de Freitas Guimarães, que tinha sido um dos poderosos elementos daquele acontecimento político e que era brasileiro nato.

Depois da organização da Junta Provisional, imediatamente, havia o povo reclamado que fosse Manoel Pedro incluído entre os membros dela, o que se fez pelo que ficou este oficial na qualidade de governador das armas.

Elevado a tal comando, procurou ele reunir preparativos para o caso de um rompimento com a metrópole, e tratou de prover à defesa do porto e da província.

O partido português, alarmado com estas medidas que tendiam a uma separação completa, instou pela sua substituição e pela entrega daquele posto a um homem de sua confiança e português de nascimento.

Foi escolhido o general Madeira, cujas opiniões eram conhecidas como absolutas e dedicados e completamente à metrópole.

As duas trações do partido nacionalista sentiram o golpe e trataram de impedir a posse do brigadeiro.

Serviu-lhes de pretexto uma velha praxe, em virtude da qual eram as cartas de nomeação dos governadores das armas registradas na Câmara Municipal; e como contavam com este corpo popular, foi alegado que faltavam ao título algumas formalidades, entre as quais uma inscrição na Contadoria.

Os nacionalistas enviaram uma petição, à

Câmara Municipal, para que não fosse registrada a carta régia da nomeação e a Junta de Governo, olhando para o perigo, diante da violência das paixões políticas que levavam de vencida todas as considerações que até ali tanto preponderavam tudo, procurou pôr-se de permeio entre os partidos, pedindo á Câmara que nada resolvesse sobre o registro, ou insinuação do titulo e obtendo dos dois brigadeiros a promessa de manterem estrita disciplina nas duas forças que se ameaçavam mutuamente.

Os portugueses, mais fortes pela disciplina e pelo habito da guerra, desejavam um choque e desafiavam os adversários.

Promoveu a Junta uma reunião em palácio e nela foi resolvida a urbanização de uma junta militar para o governo das armas, da qual teria o general Madeira a presidência e indicaria dois vogais, junta da qual faria também parte o brigadeiro Manoel Pedro, que também indicaria dois vogais, entrando um sétimo militar para a Junta, pelo acaso da sorte. Esta solução paliativa e inexequível, atendendo á necessidade intuitiva da unidade na direção de todas as coisas marciais, a nenhuma das parcialidades satisfez.

Madeira declarou não a impedir abertamente só para evitar a efusão de sangue, mas protestou assumir a plenitude da jurisdição do cargo, logo que houvesse qualquer perturbação da ordem constitucional.

Quando ao partido nacionalista, tão mal foi julgado por ele o resolvido que, ao terminar a sessão da Junta mediadora, pela madrugada do dia 18 de Fevereiro, rebentou o pronunciamento receado no forte de S. Pedro, onde se haviam concentrado os elementos do partido brasileiro.

Rompeu a luta e as tropas portuguesas atacaram os quartéis dos batalhões nacionais e tomaram-os à viva força.

Espalharam-se depois pela cidade, marujos e soldados e cometeram inúmeros atentados e tropelias, chegando a matar e a ferir

Monumento ao 2 de Julho - detalhe



Camara de Sao Francisco do Conde - Acervo Fundação Pedro Calmon

inocentes e inermes, em grande número.

Passaram depois a preparar o bombardeio da fortaleza, sem atender aos pedidos da Junta Governativa.

Os defensores do forte, achando-se fartos de viveres para resistir a um cerco e conhecendo impossível a manutenção do posto, retiraram-se pelas encostas do lado da ribanceira que dá para a Gamboa, dirigindo-se uns por mar para o Recôncavo, e outros tomando por diversos caminhos a estrada das Boiadas, por onde procuraram se abrigar em varias regiões do Norte da província.

A vitória da facção portuguesa foi efêmera e precipitou os acontecimentos, tornando irreconciliáveis os brasileiros com os portugueses que insultavam a estes, impune e quotidianamente.

Cresceu por isto a irritação do povo, cujo vigor era considerável naquele tempo, e, quando chegaram notícias do Rio de Janeiro que denotavam como o príncipe regente se punha à frente do partido nacional contra os próprios interesses de sua pátria, aparente ou sinceramente, se tornou grande a alegria e animação dos nacionalistas baianos.

Ao mesmo tempo, se passavam graves fatos em Lisboa, onde, nas Cortes, os brasileiros lutavam pelas prerrogativas que deviam conservar o seu país, igual em direito às duas outras porções da monarquia.

Fo, então, que os deputados baianos dali enviaram à Câmara desta cidade e às Câmaras da província a célebre consulta sobre o sistema de governo que preferiam.

O voto das Câmaras foi claramente pelo estabelecimento de um governo autônomo, tendo a sua sede no país.

E logo, passando das questões abstratas ou teóricas á ação, as câmaras se entenderam e trataram como entidades políticas, conscientes da sua força e direitos.

A Câmara de Santo Amaro se reuniu e se pronunciou em 14 de Junho e a da Cachoeira em 24 do mesmo mês, rompeu abertamente com a metrópole, aclamando a sua adesão ao governo do príncipe regente que tendia a se rebelar contra o governo português.

A da vila de S. Francisco se pronunciou em 29 e as de Maragogipe, Valença e Pedra Branca seguiram o movimento.



Camara de Cachoeira - Acervo Fundação Pedro Calmon

Assim travou-se a luta e começou a campanha.

Esta ação das vilas da Bahia é o fato mais importante e mais honroso para nós na independência e o que mais enobrece o país, porque no Sul, no Rio de Janeiro, em S. Paulo, etc., tendo sido os atos da separação realizados pelo governo, a figura do príncipe D. Pedro foi primordial, e a sua intervenção miraculosa.

O povo, as municipalidades entram em alguns poucos quadros do drama como solicitantes.

O príncipe é quem tudo faz.

À sua ação, aos seus decretos se deve tudo.

Ele foi a *pars magna*, a iniciativa e a resolução para o grande feito.

O povo brasileiro ali foi inteiramente passivo.

No acontecimento que se tem celebrado ou considerado como o mais importante da independência da nação brasileira nenhuma parte ele tomou.

Foi o príncipe, *sponte sua*, quem se pôs resolutamente na situação de rebelde ao seu país, que era a metrópole.

Aqui na Bahia, não!

O movimento insurrecional e separatista vem do povo.

Aqui ele não foi a massa passiva que recebe tão grande presente sem nada ter feito para o obter.

Aqui se sente a nação.

São as Câmaras municipais que resolvem querer a separação da metrópole, preferindo um governo autônomo, com sede no país, como já foi dito aderem por isto ao governo do príncipe regente, e revelam capacidade política por grandes atos, pois que se entendem umas com as outras, formam uma liga, ou confederação, constituem um governo que é denominado Conselho Interino de Governo e empreendem a libertação da província.

O Conselho Interino de Governo da Bahia foi organizado com os seguintes cidadãos, em Cachoeira:

Por Cachoeira, Francisco Gomes Brandão Montezuma, pela vila de S. Francisco o desembargador Antônio José Duarte de Araújo Gondim, por Jaguaripe o capitão Manoel Gonçalves Maia Bittencourt, por Marago-

gipe o capitão-mor Manoel da Silva Coimbra, por Santo Amaro o coronel Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, por Inhambupe Simão Gomes Ferreira Velloso.

Entraram depois para o mesmo Conselho os representantes que foram chegando: Miguel Calmon du Pin e Almeida, Manoel da Silva Carahy, Manoel Dendê Bus, Teodoro Dias de Castro, Manoel dos Santos Silva e Francisco Ayres de Almeida Freitas. Tendo o governo constituído contra elas, as vilas sublevadas sustentam uma guerra contra o governo.

Este tem o seu apoio na população portuguesa quase toda, na classe comercial que é poderosa pelos recursos de que dispõe e na guarnição que é numerosa e aguerrida.

Elas, porém, não se intimidam com isto, pegam nas armas os cidadãos, formam corpos de voluntários, distribuem-se pelos postos ameaçados, constroem fortificações e vem cercar a capital.

Aqui se percebe o sentimento de uma nacionalidade que já não é a portuguesa e se nota um vigor que debalde se procura nos acontecimentos do sul.

Aqui aparece a raça brasileira que é um povo novo, reagindo, sabendo querer uma cousa, trabalhando para a conseguir e obtendo-a, através das dificuldades, porque isto não foi fácil.

Orgulhamos-nos justamente da nossa emancipação, porque ele não foi levada a efeito na Bahia pelo governo, como no Rio de Janeiro e nas províncias do Sul, onde não custou sacrifícios aos brasileiros, pois teve todas as características de um presen-

**“As vilas sublevadas foram concentrando os seus contingentes na base da península, em forma de ângulo, na qual está situada a cidade da Bahia e além disto armaram alguns barcos, com os quais organizaram uma flotilha que muito mal fez aos portugueses.”**

te principesco, de uma fortuna dada como acontece aos bens herdados, tendo bastado para alcançá-la seduzir a ambição de um príncipe.

Aqui, não foi assim, felizmente para nossa honra! Se o que enobrece os homens é o que resulta do trabalho e é conquistado pelo valor, podemos nos gloriar do grande feito que é produto da nossa vontade e da nossa constância e que alcançamos pagando a pátria o pesado tributo da guerra e do sangue.

Ganhamos a independência sem traição, nem conchavos, em batalhas da-

das à luz do sol, como os povos considerados os mais nobres da terra tem realizado as suas aspirações liberais.

Já as vilas da Bahia se haviam ligado e constituído um governo nacional, em Agosto de 1822, quando\* o príncipe regente pronunciou a resolução do Ypiranga, em Setembro, o que demonstra não ter a revolução baiana orientação vinda do Sul, nem depender do que lá se fazia. Pelo contrário, precedeu as resoluções do príncipe e começou a guerra contra a metrópole à sua revelia.

As vilas sublevadas foram concentrando os seus contingentes na base da península, em forma de ângulo, na qual está situada a cidade da Bahia e além disto armaram alguns barcos, com os quais organizaram uma flotilha que muito mal fez aos portugueses.

A cidade começou a sentir falta de víveres frescos. O terror afastou primeiro os condutores das embarcações abastecedoras, pela pressão que as tropas lusitanas exerciam sobre os nacionais, de todas as classes e condições.

Mais tarde, após os nefastos acontecimentos de Fevereiro, tendo muita gente que possuía bens e recursos se retirado da cidade, encontraram os produtores quem comprasse os seus gêneros, sem a precisão de chegar até aqui, e, quando a flotilha dos barcos armados em canhoneiras, dominou as bocas dos rios que desembocam na Bahia, as suas enseadas e estreitos, a capital ficou privada quase completamente de frutos e legumes.

Tentou o general português destruir a resistência dos independentes da ilha de Itaparica, abrindo o transito para o distrito fértil de Nazareth e Jaguaripe, mas o combate do Funil lhe foi fatal, porque as canhoneiras portuguesas encaharam na maré vazante e sofreram fogo muito vivo dos defensores da posição que eram, à principio, em muito pequeno numero, mas que foram depois consideravelmente reforçados.

O capitão Taborda, que tinha comandado o ataque, teve de retirar com perdas, ao passo que os combatentes independentes do Funil tiveram poucas baixas porque atiravam á coberto dos arbustos da praia e outros abrigos naturais.

A esquadra portuguesa destacou os seus cruzadores mais ligeiros para perseguir os barcos armados em guerra dos independentes, mas estes sempre escapavam, algumas vezes com grande custo, mas correndo considerável perigo, e arrostavam com o maior arrojo os inimigos.

Conhecendo o comando português, o erro de haver abandonado Itaparica, pois ali haviam os revoltosos se estabelecido com vantagem muito evidente, mandou atacar a ilha e inutilizar a sua fortaleza, Que os portugueses, só em parte, conseguiram, não se mantendo aliás ali.

Recebeu reforços o general Madeira e resolveu atacar o exército nacional que se organizava na base da península, em que se acha a capital, conforme já foi dito acima.

Este ataque, conduzido com vigor pelo coronel João de Gouveia Osório, comandante da legião constitucional lusitana, foi repellido com perdas consideráveis. Estiveram os portugueses à ponto de triunfar e já tinha o tenente-coronel Barros Falcão, que dirigiu o combate nas alturas de Pirajá, dado a ordem de retirada, quando um engano do cometa que o acompanhava produziu toque diverso e se mudou a sorte da batalha, porque as tropas europeias recuaram.

Pensaram os comandantes portugueses, de acordo com os negociantes da capital, sempre muito adversos à independência, fazer sair a esquadra para bloquear o porto do Rio de Janeiro e dar a mão aos defensores da praça de Montevidéu, o que nunca puderam fazer, perdendo para esta operação o melhor tempo, do que lhes resultou um prejuízo irreparável.

Já tinha, então, vindo do Rio de Janeiro um oficial superior para comandar as tropas que os independentes organizavam em Pirajá e que era preciso transformar em um exército regular.

Tal comandante foi o general francês Pedro Labatut, o qual trouxe um pequeno socorro em homens e mais considerável em armamento, cuja falta era muito sensível em toda a parte, para uns independentes, assim como a de munições.

O governo provisório, entretanto, instituído na Cachoeira, multiplicava os seus esforços e a tudo provia.

Os pontos fortificados do litoral recebiam pólvora fabricada no interior da província e assentavam-se peças tiradas dos engenhos de cana.

A vontade de querer centuplicava as energias e transformava tudo, operando milagres.

Foi nestas condições que o governo português pretendeu investir do comando geral na Bahia, ao general Saldanha.

Este oficial superior, porém, não aceitou



Câmara Municipal de Salvador - Gilberto Ferrez

a incumbência, pelo que o general Madeira continuou a sua difícil missão.

Em 7 de Janeiro, a esquadra portuguesa levou um ataque a Itaparica, a fim de se apossar da ilha e limpá-la de patriotas.

A operação devia agir como uma tenaz que, tendo o seu vértice na ponta norte, onde está a fortaleza de S. Lourenço, se fechasse com os dois braços sobre a povoação.

Os patriotas lutaram um dia inteiro, dia de perigo e de dor.

Antônio de Souza Lima, que tinha a responsabilidade do comando da ilha, e João das Bottas se cobriram de glória e o bravo Galvão a escreveu com o seu sangue, perdendo a mão esquerda levada pela metralha inimiga.

A esquadilha portuguesa foi repelida e os nocionais se mantiveram firmemente em Itaparica, chave das comunicações com a barra da Bahia, isto é, com o mar largo para o lado do sul.

A situação na cidade se tornou cada dia mais seria, por causa das divergências entre o general Madeira, comandante das forças de terra e o chefe de divisão Felix Pereira

de Campos, que comandava a armada portuguesa.

Os negociantes viam que a inação da esquadra acabaria comprometendo a causa. Alguns reforços chegados de Portugal tinham agravado a penúria de viveres, pois a cidade só os recebia quase exclusivamente por mar, do exterior, ou da vila de S. Mathus e do Rio da Prata.

Pensaram, então, pessoas importantes do partido português em destituir o chefe de divisão Felix Campos, assumindo o comando da esquadra o imediato Manoel Vasconcelos Pereira de Mello.

Houve, porém, um pronunciamento na marujada da nau D. João VI e Félix Campos continuou a comandar a frota. Foi preciso pensar em reserva de mantimentos para a tropa.

As pessoas pobres que já sofriam muito não puderam mais encontrar alimentação. Havia os portugueses proibido a saída do povo para ocultar a miséria que reinava na cidade.

Quando, porém, a falta dos gêneros de primeira necessidade se tornou tão aguda

que não havia meio de disfarçá-la mais, foi permitida a saída das bocas inúteis.

O estado da questão alimentar não era, porém, menos grave entre os sitiados do que entre os sitiados.

O exército atacante sofria também muito por insuficiência de víveres e era atormentadíssimo pelas moléstias, especialmente o impaludismo.

Estas circunstâncias tornaram atroz o sofrimento dos Joaquim Moniz Barretto de Aragão, Antônio Augusto da Silva, Manoel Gonçalves Maia Bittencourt e coronel Felisberto Gomes Caldeira.

A Junta portuguesa, reduzida a dois úni-

cos membros, realizou a sua ultima sessão no dia 1º de Julho, resolvendo levar o arquivo da sua repartição e o retrato do rei D. João VI, para Lisboa que estava no salão do palácio, embarcando com tais objetos na galera Mercúrio.

Às 4 horas da madrugada, ao sinal

convencionado de um tiro de peça disparado do forte Santo Alberto, as tropas portuguesas embarcaram nas lanchas que as esperavam e foram distribuídas as praças pelos navios para isso destinados.

O general Madeira embarcou na fragata Constituição. Havia sido numerosas as solicitações de comerciantes e indivíduos ricos para seguirem com suas famílias, mas os transportes que foram 86, não chegaram para todos os pretendentes.

O deão, julgando extinta a sua autoridade, também seguiu para Portugal. Pela manhã inteira, até cerca de duas horas após o meio dia, saíram os navios do porto, carregados de gente e objetos valiosos. Cochrane

dá notícia deste esplêndido espetáculo ao governo em um ofício que foi expedido do mar, no mesmo dia, por um navio de aviso para o Rio de Janeiro.

Assim expirou o poder português no Brasil!

Se a guarnição portuguesa se tivesse mantido aqui, quão só todo o norte do Brasil teria ficado sujeito a Portugal, como é bem provável que mesmo no Sul a independência houvesse desaparecido, pois pouco tempo depois, quando faleceu D. João VI, todos os que conhecem a história do Brasil e de Portugal bem sabem que, tendo se dado a circunstância de caber a coroa lusitana ao mesmo imperador do Brasil, não é difícil conjecturar o que poderia ter acontecido, se a independência só existisse na parte deste país onde ela havia sido feita pelo príncipe, e onde não havia o espírito de energia patriótica e revolucionária que tanto agitou aquele período da nossa vida política.

Mesmo que tais circunstâncias não viessem a ocorrer, a campanha da Bahia é o fato mais notável da independência, não somente por ter sido o lugar em que ela foi levada a efeito pelo povo com intenso sacrifício e muita glória, como pelo lado moral da questão onde não havia o espírito de energia patriótica e revolucionária que tanto agitou aquele período da nossa vida política.

Estamos há cem anos e podemos falar com verdade.

O general Madeira não era um oficial capaz de grandes operações estratégicas, mas resistiu nove meses com poucas tropas, em condições cada vez mais precárias, porque a esquadra não o ajudou como devia.

Fiel ao seu juramento militar e ao seu país, ele resistiu a todas as tentativas de suborno com serena e nobre calma, não havendo dinheiro que o comprasse nem interesse de postos e aumentos que o dobrasse a uma falsidade que era contrária ao seu caráter de homem honesto.

Nem todos fizeram a mesma coisa!

**“A independência na Bahia foi uma conquista nobilitante, cuja glória guerreira, diamantina e pura, isenta de traições e de conchavos, tem luz bastante para dar fulgor a independência de todo o Brasil.”**

Compare-se o seu procedimento ao de outros mais graduados do que ele, e é fora de dúvida, que foi Madeira quem revelou a tempera sisuda e firme dos antigos portugueses.

Se não venceu, também não traiu, nem capitulou!

Quanto a Bahia, também ela lavou o Brasil todo desta observação pouco airosa que resulta do que instintivamente sentiam os escritores que, há poucos meses, no sul do país, por ocasião das festas de 7 de Setembro, diziam que a independência se havia feito por um conchavo, combinação ou acordo, sem ter custado sacrifícios de sangue.

Felizmente aqui não foi assim, para honra da nossa nação!

Tão tenaz e firme foi a resistência dos portugueses, como impetuoso e bravo foi o ataque feito por nós, no entusiasmo de uma revolução popular, com um exército feito à pressa, saído da leva dos cidadãos, com os transes heróicos das lutas nobres, entreme-



Forte São Pedro

ada a nossa de revezes e de triunfos, vitória conquistada a ponta da espada, com o sofrimento, o altruísmo, a coragem, a abnegação levada ao sacrifício de todos os bens, do sangue e da vida.

A independência na Bahia foi uma conquista nobilitante, cuja glória guerreira, diamantina e pura, isenta de traições e de conchavos, tem luz bastante para dar fulgor a independência de todo o Brasil.

---

Braz do Amaral, Imprensa oficial do Estado, na Edição Comemorativa ao Centenário da Independência da Bahia, em 1823.



Mapa Bahia de todo os santos  
 Fonte: <http://sites.google.com/site/cenevivaricardowerneck/>



# As lutas pelo independência nos mores do Bahio

# As lutas pelo independêncio nos mores do Bohio

O Conselho Interino do Governo desejando armar alguns barcos, para afugentar as conho-neiras que ora infestão as nossas Costas, manda participar...

Quando o Secretário do Conselho ditou, ou escreveu estas palavras, em 21 de novembro de 1822, já muita água tinha corrido sob a ponte, na convulsionada província da Bahia.

Distantes estavam, já, os dias de 1799, quando, também em novembro, foram enforcados e esquartejados e, como que por ironia, na Praça da Piedade os inconfidentes acusados de ma-quinarem coisas que a maioria do povo ainda não entendia.

Menos distantes, os dias em que os pelotões de fuzilamento tornaram mais vermelha a terra do Campo da Pólvora com o sangue dos mentores da Revolução Pernambucana de 1817, quando o povo passou a entender um pouco mais porque morriam, no patíbulo, tantas pessoas, que já não eram simples alfaiates e soldados; eram "homens bons", gente da elite.

Mais próximos, ainda, os dias em que desaba- bara, afinal, o temporal político que se viera ar- mandando na própria Bahia, desde 1820. Revolta nos quartéis. Tropa e povo na rua. Renúncia do governador. Formação de uma Junta. Escolha de deputados às cortes. Madeira de Melo no gover- no das armas. Afastamento de Manuel Pedro. Reação. Assassinato de Joana Angélica. Pânico. Terror. Ódio. "Recolonização, nunca!".

A 21 de novembro, quando aquela portaria é firmada, a guerra já está em pleno curso. Na cidade da Bahia, o duro Madeira teima em opor-se à avalanche; acuado, recorre, crescentemente, à violência. Na Cachoeira, o conselho interino articula-se com as Vilas do Recôncavo, do Sul, do Sertão, entende-se com o governo do Rio de Janeiro, levanta recursos, improvisa ba-

talhões, busca mantimentos, armas, munições, barcos.

## INTIMIDAR PARA DISSUADIR

Cachoeira tivera, nos pródromos do conflito, uma demonstração bastante clara das disposições de Madeira de Melo. Vira o seu porto bloqueado por uma escuna de guerra. E ante as simples demonstrações de regozijo, festejando a aclamação do Príncipe, seu povo fora alvo de estúpido bombardeio. Não se atreveria, por certo, a tanto o preposto do brigadeiro, se já não tivesse trazido ordem de agir como agiu. E a confirmação disso foi, alguns dias mais tarde, repetir-se o ato de intimidação contra a Povoação do Santíssimo Sacramento, ou Ponta das Baleias, em Itaparica.

Realmente, só o propósito de fornecer um rude exemplo, capaz de dissuadir novas adesões à insurreição, explica o exagero da repressão, em 10 de julho de 1822, da conspirata em Itaparica. Mera denúncia - levada pelo português João de Campos - bastou para inspirar o canhoneio da povoação e a seguir os crimes e tropelias a que se entregaram os oitenta soldados da Legião Lusitana, sob o comando do Capitão Joaquim José Ferreira, portador do significativo cognome de Trinta Diabos.

Verdade que, além da tarefa punitiva, a expedição levou também o encargo de inutilizar os canhões da Fortaleza de São Lourenço, a fim de não virem a cair em poder dos insurgentes. Foi este, por sinal, um dos grandes erros de Madeira de Melo. Se houvesse compreendido, em tempo, a importância estratégica de Itaparica, cumpriria-lhe reforçar, e não destruir a posição fortificada; guarnecer a ilha, e não abandoná-la. Com as sucessivas derrotas, mais tarde, os portugueses pagaram caro a falta de visão do seu chefe militar.

Como aconteceu na Cachoeira, a brutalidade



Mapa: A Independência da Bahia - Luiz Henrique Dias Tavares

da repressão somente serviu para decidir os que ainda não tinham tomado partido; para reduzir a luta ao significado de uma ação de defesa obrigatória dos interesses mais caros a qualquer um. Um exemplo disso deram, semanas mais tarde, os habitantes da Povoação de Maré, também brutalmente bombardeada.

## BLOQUEIO CONTRA BLOQUEIO O FUNIL

A resposta de Madeira de Melo à apreensão de sua escuna em Cachoeira fora o fechamento do Rio Paraguaçu, diante de cuja barra fez postar-se poderosa canhoneira. Impedia, assim, o fluxo de comunicações e fornecimentos provenientes daquele estuário, tradicional caminho de saída de vasta porção do Recôncavo e do Sertão.

Com a colocação daquele obstáculo, levava um sério golpe a economia dos insurretos. Para estes não restou outro recurso senão utilizarem-se do porto de São Domingos da Saubara, algumas léguas ao norte. Era uma alter-

nativa insatisfatória, pois este pequeno porto tornava-se impraticável para o escoamento de um volume maior de mercadorias, dado que demandava difícil o acesso por terra. O expediente atendia às urgências da comunicação; não às solicitações do transporte, organizado segundo as facilidades da via fluvial.

Mas, se o esteiro do Paraguaçu estava vedado aos patriotas, em contrapartida, logo também outro escoadouro, este ainda aberto aos portugueses, teve igual sorte, com sua interceptação pelos itaparicanos.

A finalidade imediata do bloqueio do Rio Jaguaripe não era, aliás, cortar o abastecimento da capital. Visava à libertação dos chefes da conspiração da independência na Vila de Nazaré, que se supunha estarem na iminência de prisão e envio para a cidade da Bahia. Contudo, se nisto residia o seu objetivo primordial, serviu não só para fazer cessar o suprimento da capital, por

aquela parte, mas também para o desvio dos mantimentos em favor dos independentes.

Madeira de Melo dispunha de expeditos informantes. Logo soube do que faziam Souza Lima e sua gente, ajuntando míseras canoas para obstruírem a passagem. Julgou que uma mera operação de limpeza destruiria a ameaça pueril. E lá se foram da cidade da Bahia três barcos com algo mais de duas centenas de soldados para dispersar as canoas e ir buscar a Nazaré o gado e a farinha de que a capital precisava.

O Funil é um trecho do canal que separa a Ilha de Itaparica do continente.

As margens do estreito ali se aproximam, tendo de permeio duas ilhotas, entre as quais a água corre profunda. É um lugar ideal para a defesa. E apenas 12 homens o defendiam quando, a 29 de julho, surgiram, tentando a passagem, os três barcos portugueses. Iniciado com tão poucos defensores, breve o combate convocou maior números de patriotas, que acorreram das proximidades e sustentaram a luta, até verem retroceder o inimigo. Tudo era contra a expedição. A furiosa defesa dos invíveis atiradores, e também o vento, soprando do sul, de proa.

Repelidas uma vez, as embarcações tentaram de novo a passagem, e ainda dessa feita, ferido seu comandante, foram obrigadas a recuar.

Retiraram-se, então, para a capital, deixando entre os itaparicanos uma enorme euforia. A vitória do Funil garantia a posse da ria do Jaguaripe. Mas, apenas isto. Os portugueses ainda dominavam amplamente a Baía de Todos os Santos.

## A ILHA INDEFENSÁVEL

Por singular coincidência, do lado dos independentes havia quem pensasse do mesmo modo que o Brigadeiro Madeira, em relação a Itaparica. Na Cachoeira, entendiam figuras influentes que também os brasileiros não tinham condições de conservar a ilha. Montezuma era uma delas; a principal, pelo seu prestí-

gio. Instalado o Conselho Interino de Governo saiu a decisão: Itaparica devia ser evacuada. O despropósito teria se efetivado, apesar dos protestos dos itaparicanos, se a estes não se juntassem os líderes de Jaguaripe e Nazaré, obrigando, afinal, o Conselho Interino a ceder. Cedeu, mas se manteve relutante, sem boa vontade no fornecer os mantimentos.

## ENTRE A ORDEM E A CONVENIÊNCIA

Cachoeira era a Meca dos que desejavam pegar em armas pela independência. Para ali também se dirigia, após os acontecimentos de 10 de julho, o rico português Antônio de Souza Lima, que na Bahia chegara ainda criança; ele e diversos outros da melhor gente de Itaparica. Trataram, estes emigrados, de organizar uma força armada para a defesa da ilha e reconquista dos seus lares. Alistaram-se assim, no Batalhão Cachoeirense, que a 13 de agosto partiu da capital provisória para o desempenho de sua missão.

Desembarcando em S. Roque e seguindo, por terra, para Encarnação, traçaram, ali, os seus planos.

As instruções que o batalhão trazia era no sentido de garantir aqueles lugares, para melhor proteção da Cachoeira. Mas os oficiais chegaram a conclusão diferente. Afinal, eles é que entendiam do ofício. Pareceu-lhes que o certo seria fortificar a Ponta do Garcês, sobre a barra falsa (caminho interior para o Morro de S. Paulo, onde Cochrane estabeleceria sua base), e guarnecer de verdade o Canal do Funil, cuja passagem o inimigo queria de novo forçar.

Todas estas precauções, no entanto, seriam incompletas sem a medida principal: a ocupação militar de Itaparica. Luiz dos Santos Vilhena, duas décadas antes, já aconselhara isto aos portugueses.

Decidida a ocupação, Souza Lima e parte do batalhão atravessam o passo do Funil (19 de agosto). Alguns dias depois, preparam a primei-



Lord Cochrane - Wikipedia

ra trincheira, na praia das Mercês, do outro lado da ilha, defronte de Salvador. A esta trincheira foram seguindo-se outras, ao redor da ilha, construídas segundo iam permitindo os recursos bélicos, a custo conseguidos.

## TRINCHEIRAS

Madeira de Melo preocupa-se. No dia 25 de agosto, apenas armada, pelos itaparicanos, a

trincheira das Mercês, tenta, em vão, por duas vezes, destruí-la, com canhoneiras e tropa de desembarque. Já não é fácil descer na ilha. Nem mesmo de bordo das canhoneiras que continuam postadas defronte da povoação. Os que a isto se aventuram, passam a ser escorraçados na terra e até mesmo no mar, onde os praieiros têm canoas sempre prontas para se lançarem sobre os batéis inimigos.

A 1º de setembro, as canhoneiras, que tinham sob a mira a desarmada Fortaleza de S. Lourenço, levantam âncora. Tomam o destino da Bahia. É uma sensação que há muito não sentem os itaparicanos, a ausência de inimigos. Eis, contudo, que cinco dias depois outras embarcações armadas se aproximam, ameaçadoramente. São canhoneiras, barcos e lanchões, cheios de soldados. Querem desembarcar na povoação, onde já está Barros Galvão. A luta irrompe às 6 da tarde e prossegue até 8 da noite. Afastam-se, então, as embarcações inimigas. Ao amanhecer do dia seguinte, algumas se retiram, velejando para a Bahia, e cinco são as que permanecem defronte da localidade, a modo de bloqueio.

Madeira compreendia, por fim, o valor estratégico da ilha, e insiste em ocupá-la. Ordena nova investida no dia 23 de setembro, desta feita na direção da Ponta de Manguinho, uma saliência de terra, a uma légua da povoação. Está construída, ali, uma das trincheiras mandadas fazer por Souza Lima. Na luta, os portugueses perdem uma canhoneira, mas conseguem firmar pé no ponto desejado, donde pretendem capturar as embarcações que vêm do Recôncavo. Conquanto a povoação de Itaparica continue sitiada pelas suas barcas, seu domínio da Baía já não é completo.

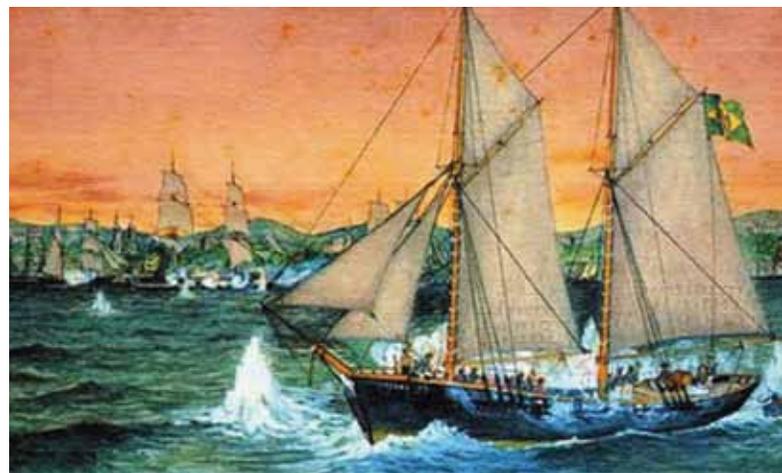
## OS CANHÕES DA FORTALEZA

Um fato vem, a esta altura dos acontecimentos, concorrer para a mudança substancial no quadro da luta: a aquisição, pelos itaparicanos, de material de artilharia. Com isto certamente não contavam os portugueses, quando tão caprichosamente encravaram as peças existentes na Fortaleza de São Lourenço. A disposição e a pertinácia do Capitão Barros Galvão, ajudadas pelo engenho de um modesto ferreiro, o soldado Eustáquio, conseguem o prodígio, graças ao qual os defensores da ilha veem-se de posse de doze canhões e logo de mais dois outros, que estavam abandonados e que a necessidade faz aproveitar. Estes canhões tornam possível guarnecer de novo a Fortaleza de S. Lourenço, e artilhar a

Ponta da Ilha dos Frades, situada em frente, de modo a expor ao fogo cruzado as embarcações inimigas que desde então se aventurem a penetrar no Recôncavo.

Até então os itaparicanos tinham enfrentado os ataques do adversário com uma peça de calibre 3, desprezada pelos portugueses, quando destruíram o armamento da povoação, em 10 de julho, tão velha e estragada que estava.

O primeiro canhão desencravado por Barros Galvão tem imediata serventia: montado sobre uma carreta feita de pedaços das que os portugueses haviam desmantelado, desaloja os ocupantes da Ponta de Manguinho, não sem antes inutilizar uma grande barca que os protegia e



Flotilha de Itaparica

afugentar as demais na direção de Salvador. É isto a 12 de outubro de 1822.

## NOVO ATAQUE

14 de outubro de 1822 traz mais um ataque a Itaparica.

As luzes festivas da noite de 12, suspendendo sobre a povoação, no céu escuro, um claro diadema, puderam ser vistas da capital. Eram os Itaparicanos em expansões pelo aniversário de D. Pedro, o seu Príncipe. Naquele mesmo dia, tinham-no aclamado Defensor Perpétuo do Brasil. E erguido vivas à independência – que ignoravam já proclamada.

Mais que o desafio, entretanto, irrita e inquieta Madeira de Melo a firme ocupação de Itaparica pelos independentes. E não só a ocupação, mas a expansão do seu poderio, com a artilha-

ria montada até na ilha situada defronte. Prova isto o número de embarcações de guerra empregadas neste novo ataque. São utilizados nele 1 brigue, 1 grande barca com 14 peças de 24, e mais 15 canhoneiras pequenas. Mas, debalde. O objetivo dos portugueses é retomar a Ponta do Manguinho. O duelo de fogo raiva de 6 às 11 da manhã. Afinal, a esquadilha atacante retrocede, aproando para a Bahia.

Por esse tempo, os portugueses, afastados, embora do sudoeste do Recôncavo, dominam ainda o restante do golfo. A comunicação entre o Recôncavo e o Morro de S. Paulo tem de ser feita através da barra falsa, entre a contra costa sul de Itaparica e o continente.



Primeira esquadra brasileira

## JOÃO FELIX

No dia 30 de outubro de 1822, entra na Baía de Todos os Santos a esquadra sob o comando do Chefe de Divisão João Felix Pereira de Campos.

Vai começar uma nova fase no curso da guerra.

Livres do bloqueio desde 14 de outubro, as ilhas e o Recôncavo voltaram, após a chegada de João Felix, a ter suas comunicações interrompidas pelas embarcações armadas portuguesas. A finalidade do novo cerco é impedir a chegada de mantimentos e munição ao Exército Pacificador, e secundariamente, sustar a navegação entre os pontos do Recôncavo. Torna a ser colocado um barco artilhado na barra do Paraguaçu, enquanto outras embarcações de guerra policiam as águas de um lado e do outro da Ilha dos Frades,

à face de Itaparica. Não escapam à ameaça os reductos brasileiros, ao norte da capital, que Labatut começara a sitiar.

Não é mais aflitivo esse bloqueio porque as embarcações do Recôncavo, manobradas pelos que conhecem todos os meandros da Baía, sempre conseguem iludir a vigilância do inimigo.

Os itaparicanos não se mostram menos ousados, nessa conjuntura; em suas canoas, põem-se a apreender as embarcações em que portugueses fogem do Recôncavo para a companhia dos compatriotas, na cidade.

Pretendem fazer mais, com a tentativa de abordagem de uma canhoneira que é vista navegando para a Costa da Margarida, perto da foz do Paraguaçu. Sessenta homens armados, num barco provido de um pequeno morteiro, devem executar a operação. A proeza, contudo, não se consuma. Na verdade, quase resulta num desastre para os itaparicanos. Dispondo de três peças de grosso calibre, a canhoneira leva imediata vantagem, no combate, e afundaria, decerto, o barco insulano se este não procurasse a proteção da bateria instalada na barra do Paraguaçu.

## DEFESA NO MAR

A fuga deste seu barco mostra aos itaparicanos que pouco poderiam esperar, no tocante à luta no mar, se não contassem também com forças ofensivas. A testemunha de todos estes fatos, Bernardino Ferreira Nóbrega, acrescenta que “Já muito d’antes Lima (Souza Lima) havia exposto ao Conselho Interino do Governo aquela mesma necessidade, fazendo ver ao mesmo Conselho, que ele não prestava o seu barco, que já estava no serviço de condução das peças do Morro, mais ainda tudo mais que se fizesse mister para sua armação; e que na mesma Ilha se achava um Capitão Tenente (José Carlos), que bem que Português se havia dedicado à defesa da Causa Brasileira, e que não havia ali, em que fosse empregado a não ser nos trabalhos marítimos”.

Não aceita, todavia, o Conselho Interino a proposta de Souza Lima. A esquadilha portuguesa é sobremodo poderosa. Faltam recursos para or-

ganizar força que se lhe possa opor.

Ante as novas instâncias do Comandante de Itaparica, o governo instalado na Cachoeira afinal acede. Não em fornecer meios para armar toda uma esquadilha. Mas, por enquanto, e apenas, em colaborar com Souza Lima, oficializando-lhe a iniciativa. E é assim que o 2o Tenente da Armada Nacional Imperial João Francisco de Oliveira Botas, que havia pouco chegara a Cachoeira, emigrado da capital, tem ordem de seguir para Itaparica, a fim de cuidar do armamento daquele barco.

Nasce, assim, a Flotilha Itaparicana.

Surge num momento extremamente importante, porque é agora do mar que depende a sorte da guerra, uma vez que a estratégia dos independentes consiste em vencer pela fome a tropa de Madeira. A batalha de Pirajá (8 de novembro de 1822) retirou ao comandante português qualquer possibilidade de obter provisões nos lugares ao norte da cidade. Resta-lhe o mar, onde os brasileiros carecem de qualquer força.

## O PRIMEIRO BARCO

Em Itaparica, o Tenente Botas consagra-se, desde logo, à sua tarefa.

Para aparelhar o barco de Souza Lima, usa o estaleiro de mestre Joaquim de Brito. Utilizando uma carreta de vaivém conseguida num engenho próximo, assenta uma peça de 12 em rodízio à proa. Recruta a tripulação e faz organizar a tropa, às ordens do Alferes Francisco Alvellos Espínola. Comandarà ele a embarcação, batizada como “Pedro 1º”.

No dia 6 de dezembro, é lançada ao mar. A primeira ação do barco artilhado dá a medida do que virá a fazer a esquadilha brasileira.

Consiste essa primeira missão em proteger um comboio de 19 barcos e lanchas que vieram de Nazaré carregados de víveres, e se destinam ao Rio Cotegipe, fronteiro à Ilha de Maré, donde chegariam ao Exército Pacificador. Labatut tem seu quartel general no Engenho Novo, em Água Comprida, a meia légua de distância da saída daquele rio. A presença de canhoneiras inimigas,

entre as ilhas dos Frades e de Maré, reteve as embarcações na povoação de Itaparica, ao abrigo dos canhões da Fortaleza.

Com vento a feição, o comboio, escoltado pelo barco “Pedro 1º”, parte no dia 8 de dezembro. A esquadilha inimiga acomete-o, logo o avista. É formada de um brigue, dois grandes barcos artilhados e oito canhoneiras. Onze contra um, vale a atenção do inimigo, enquanto as embarcações com os mantimentos se põem a salvo, chegando finalmente, ao destino. Também o “Pedro 1o” alcança, depois de muita luta, o esteiro de Cotegipe, onde o inimigo não pode penetrar. E, na mesma noite no dia 8, torna a Itaparica, mais uma vez burlando a vigilância dos portugueses.

Parece sina dos itaparicanos terem de vencer, à custa de sacrifícios, o governo de Cachoeira, antes de dele obterem maior ajuda. Isto se cumpre novamente. A proeza de 8 de dezembro - e não menos a admiração manifestada pelo General Labatut - move o Conselho Interino a facultar a Souza Lima o aproveitamento de barcos existentes em Valença e que serviam para o transporte de madeira. Coloca também à disposição da flotilha outras peças de artilharia das fortificações do Morro de S. Paulo.

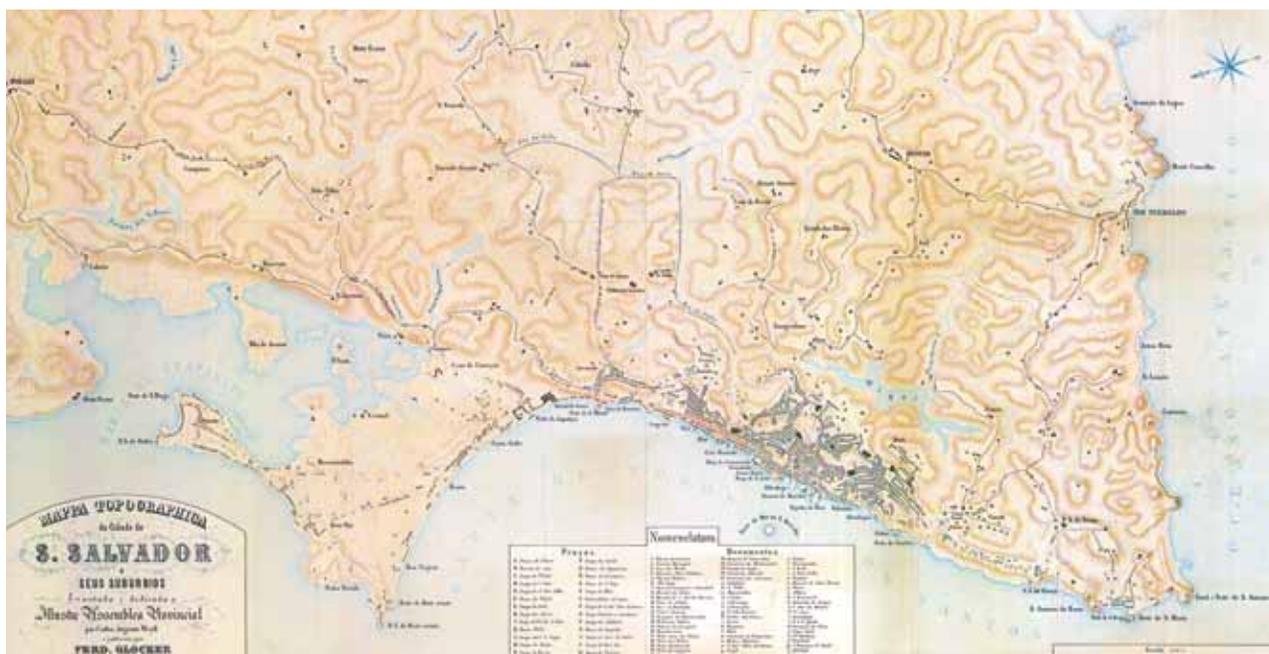
Os heróis são temerários. Não seriam heróis, se não o fossem.

O bom êxito da aventura do dia 8 ilude, por um momento, o Tenente Botas. Leva-o a acreditar que, apenas com o seu “Pedro 1º”, poderá afugentar a flotilha inimiga que ronda as águas próximas, força composta de 14 embarcações artilhadas.

Empreende a aventura no dia 23 de dezembro. O fogo concentrado do inimigo força-o a retirar-se, até se colocar ao amparo da artilharia do Porto das Amoreiras.

## 7 DE JANEIRO

A lição é proveitosa. Torna evidente serem precisas outras embarcações armadas para enfrentar o adversário. Retido, assim, no ancoradouro, o “Pedro 1º”, trata-se de armar outro barco. É este o “D. Leopoldina”. Antes de 7 de janeiro



Mapa de Salvador - Jerônimo de Athaide - Atlas do Brasil

está pronto para a ação, provido de 5 peças de calibre 12.

A 7 de janeiro de 1823, dá-se o maciço assalto português a Itaparica. Madeira de Melo e João Felix decidiram acabar de uma vez por todas com a ameaça dos insolentes itaparicanos, ocupar-lhes a ilha, desalojá-los, destruí-los. Resolveram, também, restabelecer, pela força das armas, os itinerários interrompidos até às fontes de abastecimentos, nas bacias do Paraguaçu e do Jaguaripe. E, talvez, se possível, levar o castigo às Vilas coligadas contra as Cortes e o Rei.

O ataque dirige suas duas pinças contra as praias de Amoreiras e Mocambo - a povoação principal inicialmente poupada, para ser acometida depois, por terra, pelas forças convergentes. No assalto, os portugueses empregam 42 embarcações de guerra, afora muitas outras, utilizadas no transporte de tropa e outros fins.

João Botas não dormira na noite de 6 para 7, ocupado no aprontamento dos barcos que haviam de barrar a penetração do inimigo no canal que dá acesso a Jaguaripe.

Soubera-se em Itaparica que o ataque estava iminente. Com o aviso os defensores da ilha correram às armas. “Que viessem os marotos!” A crescente confiança em suas forças, ante as pequenas vitórias seguidas, conferia-lhes a sensação de invencibilidade. “... a Magestosa Itaparica

estava pronta e disposta para receber o mesmo Portugal inteiro...”.

Quando o assalto se desata, por mar e por terra, os itaparicanos o repelem com extrema bravura, não permitindo aos inimigos consolidar qualquer vantagem momentânea. No mar, os barcos da ilha, “Pedro 1º” e “D. Leopoldina”, enfrentam 10 embarcações, de igual para igual.

Atingido por uma bala a carreta da peça do “D. Pedro 1º”, João Botas em meia hora a conserta. E volta à luta. Para ajudar a derrota dos inimigos. Com acertados tiros, afunda duas barcas, cujos comandantes morrem.

No dia 8 de janeiro, pela noite, tentam os portugueses novo assalto. E mais uma vez são repelidos. A 9, arrastam para Bahia, melancolicamente, as embarcações derrotadas.

Labatut promoveu João Botas a 1º Tenente.

O insucesso português na invasão de Itaparica tem efeito dissuasório sobre os planos de Madeira e João Felix. Depois dele, a força lusa no mar retrai-se, como que temerosa de novos confrontos, limitada ao policiamento do golfo, que também não pode manter por muito tempo.

Entre os brasileiros, ao contrário, ganha intensidade a organização da Flotilha Itaparicana. Armam-se dois novos barcos - “D. Januária” e “Vinte e Cinco de Junho” -, cada um deles recebendo duas peças calibre 12 por banda (logo, 4

peças) e uma calibre 18 em rodízio à proa. Mais um chega, pela mesma época, mandado da Vila de S. Francisco pelo Coronel Bento Lopes Villas Boas, que o equipa e artilha às suas custas. E um barco pequeno, no qual se coloca uma peça 18 em rodízio à proa. Sua incorporação à nascente flotilha ocorre a 15 de janeiro. Confia-se o seu artilhamento ao mestre Cláudio de Santa Rita.

Para comandá-lo, o General Labatut apresenta um oficial. Mas o governo de Cachoeira, cioso de sua autoridade, reclama que dele devia partir a nomeação.

Os homens abastados dos lugares próximos procuram contribuir para o equipamento do barco. Um deles é o proprietário da cordoaria existente na Ilha dos Frades. Doa toda a cordoalha requerida pelas embarcações.

Também da antiga fábrica de pólvora do Cabrito, transformada em arsenal, vêm peças de artilharia e balas no calibre desejado. Da Cachoeira, o Conselho Interino de Governo manda, igualmente, um brigue, mas ignoramos se este chega a ser incorporado. Peças de artilharia seguem também da Cachoeira.

Aumentada, assim, a esquadilha independente, pode ser assegurada proteção aos barcos de transporte e às comunicações pelas vilas dominadas pelos independentes. Resta expulsar os barcos inimigos que ainda mantêm sob bloqueio alguns pontos.

A primeira destas operações efetua-se no dia 28 de janeiro. É dirigida contra as canhoneiras colocadas na foz do Paraguaçu. Com os três barcos artilhados - "Pedro 1º", "D. Leopoldina" e "D. Januária" - João Botas investe as canhoneiras adversas. Persegue-as e afinal as alcança, já às 10 horas da noite. As unidades inimigas são nove. Raiva o combate durante três horas. O vento, a chuva e a cerração obrigam ambos os conten-

dores a suspendê-lo. "... sem a menor lesão", os barcos dos patriotas regressam a Itaparica. O fim principal foi atingido: terminou aquele bloqueio. A segunda operação é empreendida dois dias depois. Seu objetivo: o aprisionamento de duas canhoneiras inimigas que foram vistas navegando isoladas do restante da respectiva esquadilha. Pertencem à força encarregada de interceptar a navegação nas proximidades da Ilha dos Frades. Participam da operação cinco barcos armados brasileiros: "Vinte e Cinco de Junho", comandado por João Botas que tirara do comando João da

Silveira Villas Boas, "Pedro 1º", "D. Leopoldina", "D. Januária" e "Vila de São Francisco". Trava-se o combate às 9 da manhã.

Não são bem sucedidos os patriotas, na execução do seu plano. As canhoneiras inimigas conseguem evitar a abordagem e enquanto isso ocorre chega ao local da ação o restante da esquadilha a que pertencem.

Acossados por 13 barcos inimigos, os 5 itaparicanos têm

de retirar-se. E na retirada corre sério perigo o barco de João Botas, quase vítima de sua temeridade. Acerca-se demasiadamente do brigue "Audaz" e quando procura afastar-se, encalha nos bancos de areia próximos da Ilha dos Frades. Impedidas as outras embarcações independentes de prestarem ajuda, porque acossadas pelo inimigo, o "Vinte e Cinco de Junho" tem de defender-se sozinho, como um leão acorrentado. O brigue não pôde apressá-lo; uma tripulação de mais de setenta marujos e uma força de cinquenta fuzileiros venderiam caro suas vidas, numa abordagem. Pretende, pois, destruí-lo, sob as balas de sua artilharia. Afinal o "Vinte e Cinco de Junho" desencalha e, mesmo tendo perdido o leme, passa entre os inimigos, indo reunir-se às demais embarcações. Mas, ainda que danificado, volta ao combate, para infligir novos estragos à flotilha portuguesa. Maior maravilha é que, terminada a luta, não

**"Sentindo-se fortes, os itaparicanos já não admitem barcos inimigos nas cercanias de sua ilha. Resolvem, assim, expulsar um grupo deles fundeados defronte do Cabo de Manguinho."**

se conta, entre os itaparicanos, nenhum morto ou ferido.

O resultado destas ações é infundir confiança ao comércio entre as localidades do Recôncavo, tanto quanto obrigar a maiores cautelas as embarcações lusas.

Entre janeiro e fevereiro de 1823, cresce ainda mais a Flotilha Itaparicana. Incorporam-se o barco artilhado “D. Paula” e a escuna que os cachoeiranos tinham tomado aos portugueses em 28 de junho do ano anterior. O Conselho Interino atende à solicitação de Souza Lima, no sentido de aproveitar a referida escuna e, assim, a envia para Itaparica, onde é restaurada e provida de artilharia.

Sentindo-se fortes, os itaparicanos já não admitem barcos inimigos nas cercanias de sua ilha. Resolvem, assim, expulsar um grupo deles fundeados defronte do Cabo de Manguinho. São, agora, oito unidades artilhadas, as que compõem a Flotilha Itaparicana. O inimigo alinha treze. Fere-se o combate às 8 horas da manhã de 8 de março. Prolonga-se por quatro horas. Acaba sem vantagem para qualquer dos contendores. No dia seguinte, 9 a luta é retomada. Dura de 4 da tarde às 8 da noite. Ainda sem vantagem para uma parte e outra. No dia 10, porém, a claridade do sol não mostra mais velas inimigas à vista. Tinha voltado à sua base, na cidade.

## INIMIGO ACUADO

Varridos do golfo, pela Flotilha Itaparicana, os barcos adversos de menor calado estão agora fundeados no Poço, defronte de Itapagipe, do outro lado da Baía. Contentam-se com os frutos de uma pilhagem esporádica em S. Tome, Itacaranha, Ilha de Maré e circunvizinhanças.

É uma pobre colheita, mas para eles a única possível, pois do Recôncavo nada sai para a sitiada cidade da Bahia.

Já agora, os itaparicanos não temem arrostar até mesmo a reação do inimigo em seus próprios domínios. Dão testemunho disto no dia 30 de março quando, em quatro barcos armados, sempre sob o comando de João Botas, escoltam o

comboio que leva para junção ao Exército Pacificador uma tropa chegada a Itaparica na véspera, vinda de Valença e Boipeba. Ao avistarem o comboio, nove embarcações de guerra lusas levantam âncora para dispersá-lo. Não o conseguem. Desembarcada a tropa nas margens do Rio Cotegipe, Botas volta para enfrentar a esquadrilha dos portugueses. De 1 da tarde às 8 da noite, estende-se o combate. Duas barcas lusitanas são postas a pique. Por falta de pólvora as embarcações dos patriotas se retiram, recolhendo-se a Itaparica.

Em fins de abril, ou princípios de maio, ganha a Flotilha mais uma unidade, com a incorporação do barco “Maria da Glória”, cujo comando é dado ao 1º piloto Manoel Pereira da Silva.

## COCHRANE

Todos estes fatos já tinham ocorrido quando, a 24 de abril de 1823, uma quarta-feira, surgem à vista da Bahia as velas da esquadra do Rio de Janeiro, tendo por comandante Lord Cochrane.

A chegada da esquadra brasileira dissuade Madeira de Melo de uma nova tentativa de invasão de Itaparica. Seria o seu golpe de mão.

Inteirado da atuação da Flotilha Itaparicana, Cochrane, a pedido de Souza Lima, fornece aos defensores da ilha balas para peças de grosso calibre, e também peças destinadas a substituir as até então em uso.

O almirante daria outras provas de sua admiração pelo valor da esquadrilha brasileira e seus comandantes, em que pese ter, a 31 de maio, substituído João Botas nas chefias das operações, talvez porque não o conhecia e já se tinha entrosado com outro oficial. Isto ocorrerá depois da última ação que a Flotilha realiza sob o comando direto de Botas.

Esta ação pertence ao conjunto de acontecimentos que se seguiram à deposição do General Labatut, quando foi confiada à Flotilha a devolução de um dos principais personagens do episódio, o Coronel Felisberto Gomes Caldeira.

Felisberto Caldeira esteve preso na Fortaleza de S. Lourenço, por ordem de Labatut. Destituído

este do comando, três oficiais dirigiram-se a Itaparica, no dia 22 de maio, a fim de buscar aquele militar. Entregue por Souza Lima, foi João Botas incumbido de levá-lo até o Engenho Olaria, para os lados de Paripe, para reunir-se ao Exército.

Três barcos foram escolhidos para a missão: o “Vinte e Cinco de Junho”, o “Vila de S. Francisco” e o “D. Januária”.

Já perto de terra e do final da travessia, sete embarcações inimigas procuraram opor-se às Itaparicanas. Eram 2 horas da tarde. Empenham-se inicialmente no combate o “Vinte e Cinco de Junho” e o “D. Januária”. Felisberto Caldeira não consentiu que o “Vila de S. Francisco”, em que viajava, com os três oficiais, participasse da luta, exigindo que o deixasse primeiro em terra. O comandante, Felipe Álvares dos Santos, assim fez. E, desembarcados os passageiros, manobrou, rápido, na direção do combate.

No decorrer deste, um barco inimigo aproximou-se do “D. Januária” possivelmente numa tentativa de abordagem. Mas, se tal pretendeu, aconteceu o oposto. Uma bala partida da embarcação Itaparicana derrubou o mastro grande do comandante do “D. Januária”, tentou abordá-lo, mas não conseguiu, por se achar em posição desfavorável à manobra. Essa presa coube a João Botas, que “vira sobre ele, ganha-lhe barlavento e em breve consegue abordá-lo e aprisioná-lo”. Era o melhor barco inimigo. Tinha uma peça de calibre 12, duas de 9, duas de 3 e 25 espingardas, além de farta munição. Sua guarnição era de 28 homens.

O combate terminou com a perseguição, pelo “Vinte e Cinco de Junho” e “D. Januária”, das demais canhoneiras inimigas, bastante maltratadas pelas balas dos itaparicanos, até se refugiarem junto às grandes belonaves lusas fundeadas no porto da Bahia.

Tiveram os patriotas apenas quatro soldados feridos.

Correspondências de Souza Lima e João Botas colocam Lord Cochrane a par destes sucessos. Ele promove João Botas a Capitão Tenente da Armada Imperial, “ad referendum” do Imperador, e manda três mil pesos duros para serem divididos pelas tripulações das barcas que participaram da ação.

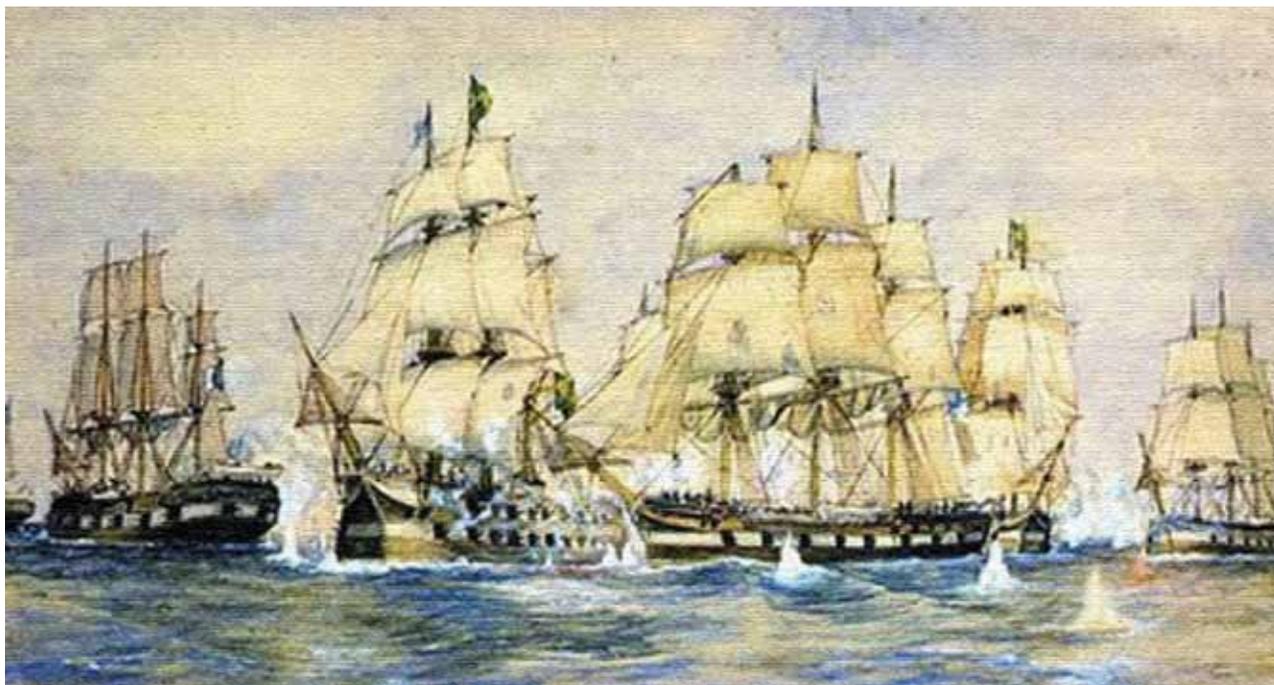
## OS PLANOS DO ALMIRANTE

O emprego da valente Flotilha figura nos planos estratégicos do Almirante Cochrane. Quer usá-la, em combinação com suas forças, para assaltar a esquadra portuguesa surta nas águas do porto. Manda o Capitão-de-Mar-e-Guerra Tristão Pio dos Santos “para dirigir e aumentar as forças navais de Itaparica”. O novo comandante, velho conhecido de João Botas, leva o material de que vai necessitar, e também engenheiros e mestres de construção naval. O seu primeiro trabalho é armar mais uma embarcação com um morteiro, “que arremessasse bombas em qualquer lugar, que se pretendesse”. Feito isso, cuida de aparelhar doze lanchas baleeiras para operação de abordagem, para o que deveriam navegar à retaguarda dos navios armados. Completada assim a Flotilha, transfere sua base para a Ponta do Mangueiro, onde é mais fácil a observação do trecho de Baía entre Itaparica e a cidade.

A missão atribuída ao Capitão Tristão Pio era atacar, durante a noite, os grupos de embarcações dispersos entre a Ponta de Santo Antônio, na saída da Barra e a Fortaleza de Monserrate, também do lado da cidade duas léguas para dentro. Incitando-os a se juntarem, para melhor responderem ao ataque, deixá-los-ia expostos à investida da esquadra de Cochrane, que irromperia então na Baía, pronta para lançar os seus brulotes.

Sob a proteção das sombras da noite, Tristão Pio realizou duas tentativas com este propósito, mas em ambas as

**“Livre o golfo de nave  
inimigas, João Botas  
dirigiu-se para a  
Fortaleza do Mar, já então  
vazia de portugueses,  
e com gente do seu  
barco guarneceu o velho  
baluarte. Sobre este  
logo surgiu, colorindo  
a manhã diáfana, a  
Bandeira do Brasil.”**



Combate de 4 de maio de 1823

ocasiões os ventos não ajudaram. Mudou, então, a Flotilha de ancoradouro, indo para a Enseada das Mercês, bem em frente a Salvador. Aí, podia mais facilmente comunicar-se, fora da Barra, com Lord Cochrane e também melhor observar os movimentos da esquadra inimiga. Veria a ocasião mais propícia para executar o novo plano, consistente em dirigir a própria Flotilha pequenos brulotes contra os navios lusos, a fim de incendiá-los.

Cientificados disto, os comandantes dos navios estrangeiros surtos no porto da Bahia cuidaram de levar seus barcos para os lados de Monserrate. Reuniu-se à Flotilha, por estes dias, outra bombardeira.

## EPÍLOGO

Mas, a guerra estava chegando ao seu fim. Bernardino Ferreira da Nóbrega comenta: “Todos estes trabalhos forão em vão; porque o inimigo já não cuidava se não de desocupar o terreno, que ocupava na capital, e o fez em pouco tempo”.

Pelos últimos dias de junho de 1823, muitas embarcações pequenas passaram a deixar a ca-

pital, transportando portugueses que buscavam refúgio em lugares do Recôncavo. Os itaparicanos poupavam-lhes a vida. Um ano antes tinham sido os adeptos da independência que haviam abandonado Salvador, também às escondidas, para se engajar na luta em perspectiva. Agora, estavam prestes a voltar. Voltaram no 2 de julho.

Os marujos e soldados da Flotilha Itaparicana não estiveram, porém, entre os gloriosos e estafados contingentes que desfilaram pela cidade engalanada, no dia da vitória. Estavam ainda no mar, últimos a darem por finda a demorada peleja.

A caça à esquadra portuguesa, na sua retirada para a ex-metrópole, operação que tanto celebrou Cochrane e Taylor, foi iniciada ainda em águas da Baía de Todos os Santos pela Flotilha Itaparicana. Seus barcos perseguiram o inimigo até à Barra, sob nutrido fogo de artilharia.

Livre o golfo de naves inimigas, João Botas dirigiu-se para a Fortaleza do Mar, já então vazia de portugueses, e com gente do seu barco guardou o velho baluarte. Sobre este logo surgiu, colorindo a manhã diáfana, a Bandeira do Brasil.

A epopéia concluía-se em alegoria. Era a sua merecida coroa.



Cachoeira - Acervo Fundação Pedro Calmon



**O papel do Cochoeiro nos  
lutas do independência**

# O papel do Cachoeiro nos lutos do independência

Alberto Rabello

Amanheceu, pois, o dia 25 de Junho do 1822 e conforme o acertado na reunião da madrugada de 24, em casa do Capitão Arnizau, a vila assistiu, tomada de emoção e júbilo, o desfilar garboso do contingente do Coronel Rodrigo Antônio Falcão Brandão, que tendo levantado acampamento das margens do Pitanga, entrara pela rua dos Currais Velhos e, passando pelo largo do Hospital, descera com o grosso das tropas do bravo comandante Coronel José Garcia Pacheco de Moura Pimentel e Aragão, para formar em continência, na Praça da Cadeia.

Foi-me difícil, senão impossível, verificar o trajeto exato dos patriotas comandados pelo Coronel Rodrigo Antônio, se eles desceram pela rua das Flores, atravessando a Ponte Velha para chegar logo ao largo do Hospital ou se vieram pela Pitanga de Cima, pois em aquele tempo era um pântano que negava passagem a atual praça Maciel.

Nos paços do Conselho, reunia-se aquela hora, a câmara, em sessão solene, assistida pelos comandantes dos diversos corpos já aderidos à nobre causa, muitas autoridades, inclusive o Juiz de fora, e grande número de homens bons, que dali saíram para a igreja Matriz, onde foi cantado um Te-Deum, lançando-se a benção às tropas em seguida.

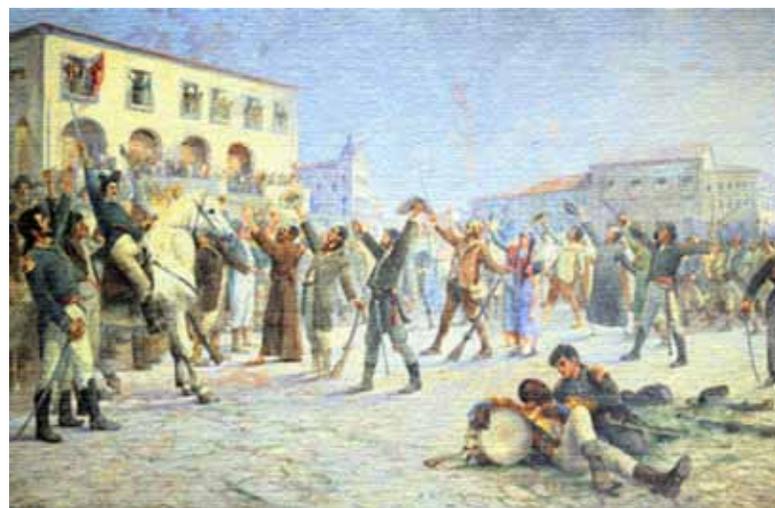
Tornados os assistentes aos Paços do Conselho, apareceu numa das janelas o presidente da Câmara que, depois de consultar ao povo e à tropa, desfraldou a bandeira e aclamou em nome de sua corporação, D. Pedro, Príncipe Regente e Perpétuo Defensor.

Não quis a guarnição da canhoneira assistir impassível aquela demonstração do patriotismo cachoeirano, e saudada a Acla-

mação pela tropa que em honra disparara seus fuzis, logo, partiram, de bordo da barca, muitos tiros de metralha e fuzilaria contra terra, onde a curiosidade do extraordinário e inédito espetáculo trouxera grande acúmulo de gente.

É fácil ajuizar-se o que teria, então, sucedido, e quais os sentimentos despertados na alma ardente da tropa ali postada!

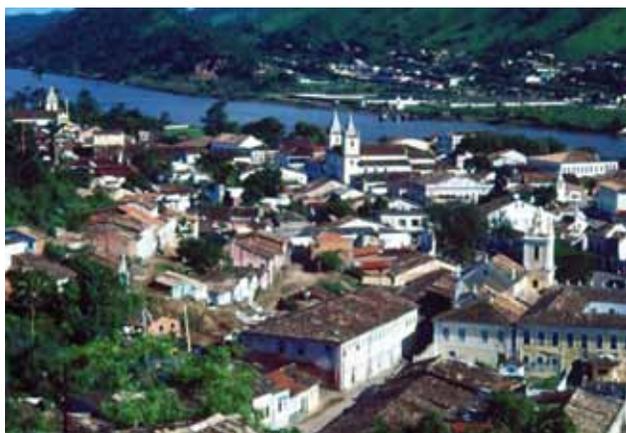
A reação foi imediata e sem calcular a que extremos poderia chegar, a defesa foi rapidamente montada, se bem que a ela se opusessem, pela mão armada, alguns elementos portugueses de terra, logo subjugados.



Aclamação em Cachoeira 25 de junho de 1822

Sem distinção de classe e idades, o povo correu para onde lhe chamava o dever; e ao longo dos cães e nos barrancos do rio, descobertos os peitos ante a fuzilaria da barca, naquele encontro desigual, sustentou essa luta de quatro dias e quatro noites, batizando com o sangue generoso de seus heróis o torrão querido da pátria, que dava, pela mão armada, o primeiro passo para a Liberdade!

E todo esse dia 25, e a noite toda, foi de nutrido fogo e incessante batalhar.



Cachoeira



São Félix

Lançando mão de todos os recursos, diz Aristides Milton que os patriotas cachoeiranos com o fim de darem proveitoso ensinamento à guarnição da barca portuguesa, que continuava a insultar os brios do nosso povo, mandaram buscar aos engenhos de açúcar uns vaivens que brocaram, montando-os depois nuns reparos improvisados para servirem de peças. Colocados, pois os vaivens tanto aqui como em S. Félix, conseguiu-se com eles dar tiros contra o navio, causando-lhe assim bem serias avarias. Durante o dia não cessou o fogo da barca para terra, secundado por certa fuzilaria de que se encarregava a gente acastelada nas casas dos portugueses Antônio Pinto de Lemos Bastos e Manoel Machado Nunes”.

Eram os vaivéns antigas máquinas de guerra com que se arrombavam as portas e os muros das fortalezas. Consistiam numa grande trave apoiada sobre uma espécie de forquilha e que impelida por um movimento de balanço lhes batia repetidas vezes.

Já então organizara-se uma “Junta Conciliatória e de Defesa” eleita em reunião, na casa do Padre Navarro sita à mesma praça e na vizinhança da do Major Arnizau, tendo como presidente o depois Barão de Itaparica, Antônio Teixeira de Freitas Barboza e que se comunicou com a Junta Provisória do Governo da Bahia, tendo antes declarado ao povo a necessidade de resistir.

O dia e a noite de 26 e 27 foram sem tréguas, sem repouso de luta recrudescida.

Era impossível identificar a muitos po-

pulares brancos que lutavam, pois tinham o rosto inteiramente enegrecido pela pólvora dos cartuchos que rompiam nos dentes, parecendo endiabradas figuras, no dizer de um dos nossos historiadores, não me recordo, precisamente, se Accioly ou Rebouças.

À frente da tropa do povo, incitando-a à resistência, foi Frei José de S. Jacintho um dos mais denodados colaboradores desse grande feito.

No termo de vereação que se transcreveu acima está seu nome com os altos títulos que possuía, de pregador régio e examinador das três ordens militares.

Por fim, a 28 de Junho, diz nas suas Ephemérides Cachoeiranas um dos mais brilhantes filhos da mesma Cachoeira, Aristides Milton, cujo nome ainda uma vez evoco respeitoso, rendendo-lhe um preito na divulgação do seu trabalho sobre a luta final e abordagem da barca, com a vitória das armas cachoeiranas:

...Já por tarde, o comandante da barca portuguesa, que desde o dia 25, fazia fogo contra o povo cachoeirano, ameaçou por meio de um ofício insolente, endereçado às autoridades locais, arrasar a vila, se esta por acaso não se lhe submetesse logo.

E, antes de receber a merecida resposta, redobrou suas hostilidades, atirando até sobre as canoas que, cheias de passageiros, navegavam pelo rio Paraguaçu.

Muito de indústria, os adversários da causa brasileira tinham feito correr insis-

tentemente o boato de que estava a chegar outra canhoneira para auxiliar a primeira, ao mesmo tempo que esta se movia para tomar posição, onde ficasse fora do alcance da fuzilaria, bloqueando, portanto, o porto.

Importa não esquecer que um troço da maruja portuguesa havia descido à terra, a noite do dia 25 e apagara as luminárias postas à casa em que o Dr. Juiz de fora morava.

Entrementes, a Junta Conciliatória, presidida pelo Capitão Freitas Barbosa, não tendo conseguido que o comandante da Canhoneira, a quem responderam moderada, se bem que dignamente, desistisse do seu propósito, proclamou ao povo, e assentou preparar cuidadosamente a desistência.

Com tamanha felicidade o fez, que, tendo começado um vigoroso fogo de fuzilaria às oito e meia da noite, antes das doze, a canhoneira se havia rendido com 26 pessoas da guarnição feridas, inclusive o próprio comandante, tendo ficado mortos 12 praças; outros fugiram a nado.

A rendição realizou-se depois de ter feito o navio calar a sua artilheria, que começara com frequência, mas pouco a pouco se foi tornando mais espaçada, e terminou por emudecer de todo, quando içou uma bandeira branca.

A barca, tendo sofrido dois tiros ao lume da água, não pode continuar o combate. Antes, algumas balas tinham já crivado o costado do navio, e cortado a cordagem de suas velas.

Então, nossos valentes conterrâneos, tomando canoas, abordaram a barca e passaram a prender o comandante e a tripulação dela.

Ainda encontraram duas peças carregadas.

Presas as vinte e sete pessoas que se achavam a bordo, foram todas enviadas, dentro de

poucos dias, para a cadeia de Inhampube, por uma escolta de que foi comandante o sargento Manoel Lino Pereira.

Nessa campanha, que terminou por tão notável triunfo para os Cachoeiranos, distinguiram-se por atos de patriotismo e valor, além dos cidadãos que já tinha mencionado, mais estes:

O Capitão-mor Joaquim Ignacio de Cerqueira Bulcão, João Pereira Gallo, João Pedreira do Couto Ferraz, José Antônio da Silva Castro, Domingos Cravador, Joaquim Antônio Moutinho, Ignacio Joaquim Ferreira Lisboa, Viríssimo Macário, Cassiano Macário, Roberto Barbosa Saldanha, José Joaquim Souza

Leite, o padre Villabom, o capitão de cavalaria Antonio de Castro Lima, Ignacio Joaquim Pitombo, capitão José Gomes Moncorvo, Manoel Ferras da Motta Pedreira, Dr. João Martiniano Barata, Tenente Francisco Gomes Moncorvo, Tenente João Borges Ferraz, Pedro Jacome, os irmãos Lesbios do Funil, José Pinto da Silva, José Venâncio Tupinambá,

os irmãos Rocha Galvão, (Lourenço, Manoel e José), Cardoso de Magalhães, Manoel Maurício Rebouças, Victor José Topasio, Pedro José Marcellino de Carvalho, José Marcelino dos Santos, Major José Antônio da Silva Castro, Miguel Barbosa Cabral, alferes José Garcia Cavalcante, sem falar em muitos outros, que seria longo enumerar.

Dentre as diversas providencias, que foram tomadas para repelir o inimigo, assinalarei como mais importantes as que menciono abaixo:

O estabelecimento de um telégrafo entre esta cidade, então vila, e a barra do Paraguaçu, por meio de sinais; incumbindo-se do respectivo serviço ao capitão José Felix da Silva.

**“O estabelecimento de um telégrafo entre esta cidade, então vila, e a barra do Paraguaçu, por meio de sinais; incumbindo-se do respectivo serviço ao capitão José Felix da Silva. ”**

A criação de uma posta para uso dos dois pontos indicados, tendo sido nomeado inspetor dela o capitão Manoel Pereira de Macedo.

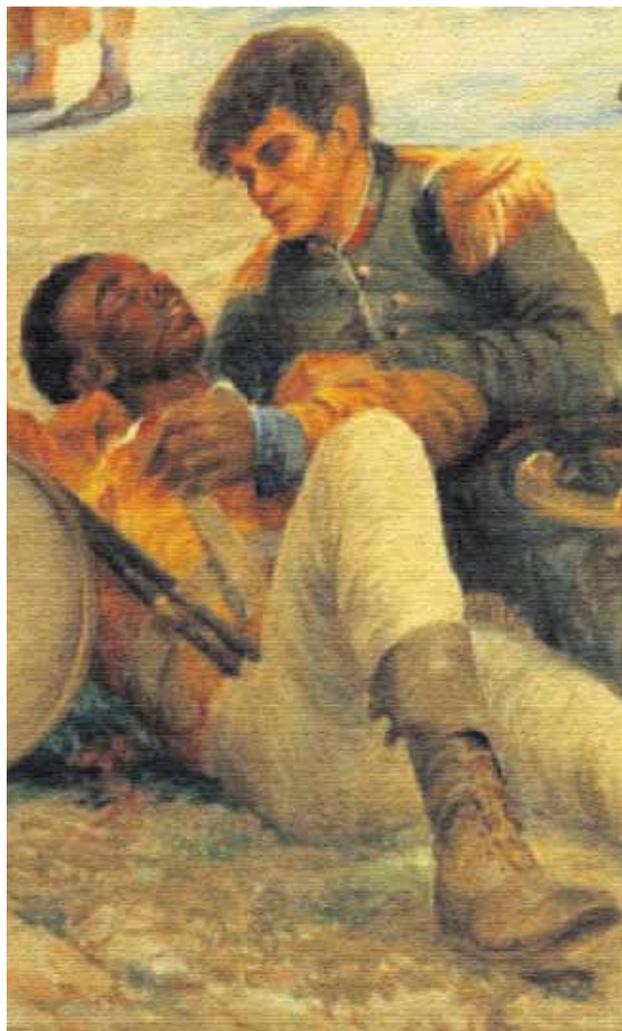
A organização de duas companhias de voluntários a que denominaram de Marte e de Bellona.

A esse tempo, existiam, no rio Paraguaçu, duas fortalezas que podiam cruzar os seus fogos: uma na Ponta da Saubara, e a outra na ponta da Barra: afora a célebre fortaleza do Paraguaçu, construída pelos holandeses.

Das peças tomadas ao vaso português, umas foram remetidas, debaixo do comando de Victor Topazio, para o engenho de Tororó, onde hoje existe a fábrica de tecidos denominada S. Carlos, a fim de fortificá-lo; as melhores tiveram destino para a referida fortaleza do Paraguaçu de que era então comandante o 2º tenente A. G. da Rocha de Queiroz Marinho Jaboticaba, e as outras foram aproveitadas, alguns nas obras de defesa de nosso porto e o resto na vila de S. Francisco a fim de proteger-lhe o porto.

A Junta não se esqueceu de providenciar sobre o fornecimento das tropas, e para acautelá-lo convenientemente fez sair o capitão comissário Francisco Manoel de Castro. Entretanto, quando correu a notícia da tomada da barca, espontânea iluminação surgiu prontamente em todos os edifícios públicos e na maior parte das casas particulares. Às 11 horas da noite, [ilegível] um aspecto brilhante e jubiloso.

No mesmo dia, a Junta provisória do governo da Bahia, composta dos cidadãos Francisco Vicente Vianna, Francisco Carneiro de Campos, Manoel Ignacio da Cunha Menezes, José Cardoso Pereira de Mello e Antonio da Silva Telles, dirigiu-se ao general Madeira, comunicando-lhe a aclamação do príncipe regente e a instalação da Junta de Defesa que aqui tinham tido lugar, mas protestando-lhe



Mártir da Independência - Tambor Soledade

não reconhecê-la e não prestar-se, portanto, a entreter correspondência com ela, cujos atos considerava tão precipitados quanto ilegais, incompatíveis além de tudo com a obediência imediata, em que se achava a província para com as cortes d'El-Rei.

Os coronéis José Garcia Pacheco de Moura Pimentel e Rodrigo Antônio Falcão Brandão, fizeram ao mesmo governo comunicação igual à que a Junta Provisória havia dirigido.”

É, de fato, essa concisa descrição, feita sem falsos adornos de estilo, mas singela e verdadeira, uma das mais belas páginas do heroísmo cachoeirano, que encerrou a façanha com a abordagem, feita em canoas, metendo a ferros toda a tripulação, desarmando e dividindo por novas fortificações, ao longo do rio e nos pontos em que se fazia mister, toda a artilharia da canhoneira.



Pirajá - 2 de Julho - Acerevo Fundação Pedro Calmon



## Os combates de Pirojô e Itoporico

# Os combates de Pirajó e Itoporico

Sérgio Roberto Dentino Morgado

O conhecimento dos aspectos militares, componentes da história da formação das nacionalidades, permite que se compreenda melhor a importância do testemunho militar como fator imprescindível para sua existência e consolidação. É por essa razão que estamos aqui para refletirmos sobre os combates de Pirajá e Itaparica, no contexto da Guerra de Libertação do jugo português na Bahia, no conjunto de episódios que caracterizam e conformam o processo de Independência no Brasil. O tema enseja uma abordagem mais ampla, talvez mais holística, pois integra duas áreas de operações distintas e interligadas, representativas, ambas, de interesses convergentes, e cuja conquista, pelas partes, caracterizariam pontos de apoio que as pudessem levar à vitória.

Se vamos analisar um processo, devemos buscar alguns aspectos que permitam estabelecer as referências com as quais possamos fundamentar nossas apreciações sobre esse fato histórico. Elas são muitas e estão distanciadas no tempo e no espaço, podendo ser observadas desde as origens de nossos povos formadores, sejam os portugueses com suas raízes celtas, sejam nossos caboclos, com suas raízes negras ou indígenas. Ao apontar para essas referências, desejamos apenas ressaltar a riqueza do tema e a sua vastidão, de vez que o tempo que nos foi concedido limita qualquer anseio maior.

E como falamos de origens, começemos por estabelecer as bases da presença militar portuguesa no Brasil e, em especial, na Bahia. Foi aqui, neste promontório, que desembarcaram, com Thomé de Souza, as primeiras tropas de linha que pisaram no território brasileiro, com a finalidade de caracterizar a pre-

sença do estado português na colônia, até então meio abandonada, em função do interesse maior pelas Índias. Atitude interessante, pois o sistema militar português era baseado nas Ordenanças, que obrigavam a população a pegar em armas para sustentar o patrimônio da Coroa. Quais eram, então, as tropas que se confrontaram nesta guerra? Quem eram os homens que as conduziram, ou lideraram? Que motivações os levaram a dispor de suas vidas nesses embates sangrentos? Que “pugna imensa” teria sido essa, que “se travara nos cerros da Bahia enquanto o anjo da morte, pálido, cosia uma vasta mortalha em Pirajá”?

O que vamos relatar, realizando uma breve análise, é a história de um cerco, suas circunstâncias, sua execução e suas consequências, bem como a da tentativa lusitana de preservar sua colônia na América.

O Brasil do começo do século XIX já viveira uma experiência de trezentos anos lutando contra a cobiça alheia, muito rica na sua multiplicidade e abrangência. Franceses, holandeses, ingleses, espanhóis e portugueses são partícipes de fatos históricos acontecidos na nossa imensidão, ao longo desse tempo, e terçaram suas armas e suas capacidades com os nossos caboclos, nossos índios, nossos negros e nossos brancos, em defesa de seus interesses, pessoais ou estatais, sejam políticos, econômicos ou sociais.

A epopeia napoleônica na Europa obrigara a Corte Portuguesa a transmigrar para o Brasil, única maneira, naquele instante, de preservar o estado luso e a dinastia dos Bragança. Com isso, o Brasil Nação transmutou-se em Estado do Brasil. A abertura dos portos às Nações amigas e a nossa transformação



Pirajá - Igreja e Panteon - Acervo Fundação Pedro Calomo

em Reino Unido a Portugal e a Algarve, com a sede da monarquia estabelecida no Rio de Janeiro, transformara os lusos em vassalos do Brasil, fato que Portugal e os portugueses não podiam admitir, pois como iriam abrir mão do cofre, da cornucópia, da burrinha, da galinha dos ovos de ouro? No fundo, a Revolução Constitucionalista do Porto, realizada em fevereiro de 1820, era a resposta a esse “statu quo” e tinha como motivação revertê-lo, trazendo o poder de volta a Lisboa e transformando o Brasil novamente em colônia. Se assim era, por que os patriotas baianos a apoiaram e deram início aos embates militares aqui, nesta cidade, entre tropas locais e tropas lusas, como os que ocorreram em 10 de fevereiro de 1821, a partir da revolta do Forte de São Pedro? “Uma revolução para obedecer a uma Constituição que ainda não havia sido elaborada”, nos diz Braz do Amaral. Segundo ele, o governo absolutista do Rio não queria que o Reino Luso da América tivesse igualdade de condições com o Reino Luso da Europa e pretendia, aqui, restringir as liberdades, as franquias e os benefícios prometidos ao povo de lá. A revolução na Bahia foi uma reação contra a distinção que se pretendia estabelecer entre os portugueses que estavam na Europa e os que estavam aqui.

Mas esse fato serve, também, para referen-

ciar o início das dissensões entre brasileiros e portugueses na sua luta pela posse do poder. Dez de fevereiro marca, ainda, a posse de um oficial brasileiro, o coronel Manoel Pedro de Freitas Guimarães, oficial do Regimento de Artilharia aquartelado no Forte de São Pedro, transformado em brigadeiro e aclamado como comandante das Armas da Bahia. Manoel Pedro tratou de fortalecer as tropas brasileiras na capital e os comerciantes de Salvador viram aí a perda da posse do poder e obraram para que um até então obscuro tenente-coronel, Inácio Luiz Bandeira de Melo, comandante do Batalhão de Infantaria 12, o substituísse no cargo. O Batalhão 12 fazia parte da Divisão Auxiliadora, estacionada no Rio de Janeiro e comandada pelo general Jorge de Avilez. Tinha vindo para o Brasil em consequência da Revolução de 1817, no Recife.

A atuação do brigadeiro Manoel Pedro também motivou a vinda de Lisboa da Legião Constitucional Lusitana, chegada aqui em 23 de agosto de 1821, para fortalecer o partido lusitano. Veio a seu pedido. Eram 1.184 homens, compondo dois batalhões de infantaria e uma companhia de artilharia. É preciso lembrar que, nessa época, o poder central do Império luso já havia retornado a Lisboa, com a volta de D. João VI, em 26 de abril.

Essa disputa de poder originou os san-

grentos acontecimentos de 18 e 19 de fevereiro de 1822, que caracterizam o início da guerra civil na Bahia. Os portugueses contavam com o Batalhão de Infantaria 12, a Legião Lusitana, uma tropa de cavalaria e a marujada. Do lado brasileiro, o Regimento de Infantaria 1, o Batalhão de Caçadores e o Regimento de Artilharia. Tudo tropa de milícias, embora considerada como tropa de linha. Experiente apenas na rotina. A tropa portuguesa, de uma maneira geral, tinha experiência de combate. Tinha participado da guerra napoleônica, na Europa. A Divisão de Voluntários Reais, estacionada em Montevideu e trazida para participar da Campanha Cisplatina, tinha sido escolhida a dedo em Lisboa. Seus homens se destacaram na Campanha da Península Ibérica, como membros do Exército de Lord Wellington, que expulsou dali as tropas napoleônicas. Da mesma forma eram os membros da Divisão Auxiliadora. A experiência de combate se traduz por ter passado as vicissitudes da guerra e ter embrutecido os seus sentimentos com as suas perdas, seus sofrimentos, suas vibrações pelos momentos gloriosos. Eram vencedores no além-mar.

No dia 11 de fevereiro, o navio Danúbio chega a Salvador com a notícia de que Madeira de Melo havia sido promovido a general e nomeado comandante das Armas, substituindo Manoel Pedro. A tentativa de impedir a substituição levou a novo choque na região do Forte de São Pedro. Ao romper do dia 19, as duas forças se enfrentaram. Fuzilaria, tiros de canhões, mortos e feridos, prevaleceram os portugueses. Madeira assumiu com mão-de-ferro. Soldados e marujos lusos depois se embebedaram e cometeram muitos excessos, inclusive mataram a Madre Sórora Joana Angélica e o Capelão do Convento da Lapa. Fato que ficou na História e serviu de emulação para a guerra.

A partir da posse da cidade, começou o êxodo para o interior. Primeiro de soldados, depois das famílias. Salvador era o centro

político, o empório, a urbe dos ricos comerciantes lusitanos. No interior, no Recôncavo, estava a riqueza, a comida, o braço trabalhador. A Bahia era uma terra de cerca de 400 mil almas. Em Salvador viviam em torno de 100 mil. Portugal era uma nação com 2 milhões de habitantes. O Brasil, naquela época, tinha cerca de 4 milhões, a maioria espalhada pelo litoral; exceção das Minas Gerais, vivendo ainda o rescaldo do ouro.

As Forças Armadas eram díspares. O Exército português tinha próximo de 24 mil homens, a maior parte estacionada na Europa. No Brasil, a tropa de 1ª linha era pouca, o grosso era formado por milícias. As frações mais experientes estavam no sul, veteranas das campanhas contra os espanhóis e seus descendentes. Na Corte, no Rio de Janeiro, havia três Regimentos de Infantaria de 1ª Linha, o Primeiro Regimento de Cavalaria, o Regimento de Artilharia da Corte e mais 15 Regimentos de Milícias.

A diferença entre as Marinhas era ainda maior. A lusitana, no início do século XIX, antes da invasão francesa, possuía 57 navios, dentre os quais 13 naus, 16 fragatas, 3 corvetas, 17 brigues e 8 charruas. Após o retorno de D. João VI, ficaram na Bahia 21 navios, a saber: 1 nau, 3 fragatas, 5 corvetas, 9 brigues, 2 escunas e 1 sumaca. Os brasileiros disputavam apenas de 7 navios, dentre os quais 2 fragatas, 2 corvetas, 1 brigue, 1 escuna e 1 charrua. A fragata era o navio mais importante da época, por ser mais rápida e melhor artilhada.

Os infaustos acontecimentos de fevereiro ocorreram entre dois fatos capitais para o processo de independência. O "Fico", em 9 de janeiro, e o embarque da Divisão Auxiliadora, no Rio de Janeiro, em 14 de fevereiro, expulsos por D. Pedro. Provavelmente repercutiram por aqui porque, em março, um de seus batalhões, trazido por um dos navios que a transportava para Lisboa, se desgarrou do comboio e aportou na baía.



2 de Julho - Acerfo Fundação Pedro Calmon

Ocorre que, em 19 de março, uma procissão em homenagem a São José, conduzida por uma guarda da Legião Lusitana, foi apedrejada pelos brasileiros e isso motivou a ordem de Madeira para que a tropa desembarcasse e fosse acolhida nos quartéis da cidade, engrossando seus efetivos. Ela desembarcou na noite de 27 de março e foi recebida à luz de archotes, pelos portugueses, com vivas e insultos aos brasileiros. Tal era o clima reinante na cidade.

No Rio de Janeiro, quando soube das atrocidades dos dias 18 e 19, D. Pedro mandou celebrar exéquias, a que compareceu de luto. Durante a cerimônia, ocorrida no dia 17 de junho, intimou Madeira a deixar o Brasil e proclamou aos baianos a que reagissem e lutassem contra aquela tirania.

A proclamação do Regente ecoou no Recôncavo e transformou-se no estopim da re-

volta. O corregedor de Santo Amaro, Antônio José Duarte de Albuquerque, chefe político de prestígio e membro da Casa da Torre, e mais o capitão-mor Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão e outros patriotas, organizaram um plano para libertar a Bahia do jugo português.

O movimento teve início na noite de 24 de junho, quando os coronéis de Milícias Rodrigo Antônio Falcão Brandão e José Garcia Pacheco, à testa de 100 homens do Corpo de Cavalaria da Milícia de Cachoeira, se reuniram num lugar chamado Belém e juntos entraram naquela vila para aclamar D. Pedro. A eles se juntaram mais quatrocentos homens. Em Cachoeira estava estacionada uma escuna portuguesa, por ordem de Madeira, para vigiar a vila.

As populações de Cachoeira e de São Félix, esta situada na outra margem do Rio Paraguassú, aderiram ao movimento. A Câmara

de Cachoeira lavrou um Ato de Adesão, onde reconheciam e aceitavam a autoridade de D. Pedro. Após a cerimônia, todos se dirigiram à Igreja Matriz onde foi realizada uma missa em ação de graças à aclamação.

Terminado o ato religioso, a multidão iniciou um desfile pelas ruas da vila e foi então alvejada por disparos, provenientes da casa de um português ali residente e por tiros de metralha, vindos da escuna de onde desceu uma patrulha de marujos para conter o regozijo e apagar as luminárias que o povo colocara, em júbilo, nas portas das casas. A escuna continuou a atirar sobre Cachoeira e São Félix. No dia 26, continuaram os bombardeios.

A população, ante a tibieza do juiz de fora

e do capitão-mor, nomeou uma Junta Conciliatória e de Defesa para dirigir e governar o Recôncavo. Criaram uma Caixa militar e intimaram o Comandante da Escuna para que cessasse as hostilidades. A resposta veio com ameaça de arrasar a vila. A po-

pulação, então, atacou a escuna usando canoas, aprisionou a guarnição e o comandante. Foram três horas de combate e era o dia 28 de junho.

De uma nota enviada pela Junta de Cachoeira ao Príncipe Regente, destacamos dois trechos. No primeiro, afirma que “o leal e brioso povo do Distrito de Cachoeira acaba de proclamar e reconhecer Vossa Alteza Real como Regente Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil”. Nota-se aí, ainda, o respeito a D. João VI, e, pela primeira vez, a outorga do título de Defensor Perpétuo do Brasil. O outro trecho proclama que “Altamente penetrado da mais viva gratidão para com Vossa Alteza Real, este brioso povo almejava por

repetir o grito regenerador dos mais felizes fluminenses, paulistas, mineiros, continentistas e pernambucanos; almejava, para apagar a feia nódoa do cisma que a seu bel prazer, sete homens levantaram entre esta e as mais províncias brasileiras”.

Essa afirmação caracterizava, antes de tudo, o sentimento de união, a noção de brasilidade que, mesmo no interior, já predominava na nossa gente. Não havia hostilidade ao luso, do qual muitos descendiam, mas não se abria mão da Nação, que trezentos anos de luta e labor já tinham forjado no coração dos brasileiros. Essa crença é que os animou e sustentou todas as vicissitudes que, a partir, daí iriam passar para preservar a integridade e o direito de se constituírem em uma sociedade livre e soberana.

Com esse ato, ao qual aderiram Santo Amaro e São Francisco, começou efetivamente o movimento. Foram criadas Caixas Militares que possibilitassem dar organização séria e eficaz às milícias que iam se formando. Não havia armamento e as velhas peças de artilharia, que os engenhos eram obrigados a manter, não possuíam mais carretas, nem pólvora, nem balas, nem artilheiros. Faltava tudo, menos boa vontade. Desde logo foram construídas trincheiras nos rios que levavam a Cachoeira e a Santo Amaro, para evitar a subida das esquadrilhas portuguesas.

O pronunciamento das vilas do Recôncavo estimulou e aumentou o êxodo dos brasileiros da capital. Itaparica também aderiu. Madeira reagiu e mandou uma expedição de 80 praças da Legião Lusitana, comandada pelo capitão Joaquim José Teixeira, alcunhado de Trinta Diabos, tomar o Forte de São Lourenço, situado na extremidade noroeste da ilha e importante ponto de controle de acesso ao interior da Baía de Todos os Santos. Impossibilitado de permanecer, inutilizou os canhões e danificou as carretas das peças. Era o 10 de julho.

No Recôncavo continuavam os preparativos para retomar a capital. A primeira pro-

**“Também, em Itaparica, Antônio de Souza Lima, português, retirou pólvora e armamento da ilha do Morro de São Paulo e levou para Cachoeira, organizando ainda um batalhão com 300 homens.”**

vidência era estabelecer uma linha de cerco. Salvador é uma cidade situada sobre um promontório que a sabedoria de Thomé de Souza escolheu com maestria. Ela está situada no lado ocidental de uma península que é banhada a leste pelo Oceano Atlântico, sem oferecer bom porto ou lugar muito apropriado para desembarques. O outro lado, onde se situa a urbe, a costa é banhada pelas águas mansas do interior da baía, cheia de reentrâncias e grotões, que tanto facilitam como dificultam o acesso. É local de trocas de mantimentos, por seus pequenos portos de onde vem e vão as embarcações provenientes de todos os pontos de sua costa interior.

A península também é caminho para o interior, através de uma antiga estrada, talvez uma das mais antigas do Brasil, que é traçada pela região alta das terras que a constituem. Conhecida como Estrada das Boiadas, era o único acesso terrestre para a grande área produtiva da Bahia.

Em julho foi que começou a se organizar a resistência. Nos conta Braz do Amaral que foi da Vila de São Francisco que partiu o alferes Francisco de Faria Daltro com um contingente do 1º Regimento de Linha e se instalou no local chamado Coqueiro, na região de Pirajá. De Cachoeira marchou o coronel Falcão Brandão e uma força miliciana reforçada por soldados que haviam fugido da capital e se instalou no Cabrito. A eles se juntou o tenente-ajudante Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, que ali acampou com um Batalhão de Caçadores. Argolo fez carreira brilhante e chegou a general, tendo se destacado na guerra contra o Paraguai.

Pirajá começou a se tornar um grande arraial, semelhante ao do Bom Jesus, estabelecido no sertão de Pernambuco, na luta contra o invasor holandês, cerca de dois séculos atrás.

O tenente-coronel Felisberto Caldeira dirigiu as primeiras obras de fortificação da Vila de São Francisco de Sergipe do Conde. Fortificou também a Ilha de Capaíba, e as ilhas do



Maria Quitéria, heroína da independência da Bahia

dios com seus arcos e suas flechas. Mais uma vez as raças formadoras da nacionalidade se juntavam para, forjando o testamento militar, oferecer seu sangue pelo Brasil. Joaquim Pires assumiu o comando do Arraial.

Também, em Itaparica, Antônio de Souza Lima, português, retirou pólvora e armamento da ilha do Morro de São Paulo e levou para Cachoeira, organizando ainda um batalhão com 300 homens. Lá, ainda, João das Botas, outro português, artilhou barcos com peças de vaivém dos engenhos, formando uma flotilha, e ainda cuidou de fortificar a Ponta de Nossa Senhora, a fim de fechar o caminho para o interior da baía.

No final de julho, Trinta Diabos volta a atacar Itaparica, desta vez no Funil, um estreito canal entre a ilha e o continente, cuja posse era fundamental para controlar o acesso à região de Nazaré, um dos distritos mais férteis do Recôncavo. Antônio de Souza Lima defendeu Itaparica, no Funil, com 12 homens. O ataque começou às 5 horas da manhã e durou até a tarde. Escondidos nos matos próximos às praias, atrás das árvores, ele emboscava os atacantes. Os habitantes de Itaparica foram

se incorporando ao combate. No fim da tarde, os lusos se retiraram e o Combate do Funil serviu como estímulo aos nacionais e causou uma tremenda decepção aos portugueses, em Salvador.

Em Pirajá continuava a chegar gente. Chegou o Batalhão de Periquitos, do qual fez parte Maria Quitéria. Chegou gente de Belona e Mavorte, 400 e 300 homens, respectivamente. A milícia de Santo Amaro reuniu e mandou 500 homens e Berenguer César chegou com mais 300. Padre Zé Maria Brayner organizou a Companhia de Couraças - vaqueiros vestidos de couro, que passaram a fazer o serviço de transporte pelas regiões inóspitas, pelos alagadiços e carrascais.

A Torre e Camamu mandaram farinha em abundância. No Engenho do Cobre começaram a se fundir peças para a campanha.

De Pirajá começaram então a inquietar a gente de Madeira, atuando até a Lapinha. A linha de cerco ia do Cabrito até Itapuã.

Nos primeiros dias de agosto, Madeira recebe novos reforços. Chega o Batalhão de Infantaria nº. 1, 600 soldados, reforçados por 100 homens de cavalaria e outros 50 de artilharia. Era o esforço de Lisboa para ajudar a manter a colônia. A propósito, convém recorrer a Hipólito da Costa, que de Londres acompanhava todo o movimento em Lisboa.

Escrevia ele, na edição XXVII do Correio Brasiliense: "Notícias de Espanha referem que a Corte de Madri fez um tratado com a de Lisboa, para esta lhe enviar um auxílio de 12.000 homens, e adiantam mais que, com efeito, um corpo de 2.000 homens de cavalaria, comandado pelo general Bernardo Sepúlveda, e um belo parque de artilharia marchava já em duas divisões, uma por Segóvia e outra por Valadolid.

Ora, o governo de Lisboa tinha resolvido mandar para o Brasil 8.000 homens, que com esses 12.000 da Espanha fazem 20.000, e como todo o Exército de Portugal (em papel)



Capela de São Lourenço - Itaparica - Foto: Tito Garcez

consta de 24.000, restam 4.000 para todo o serviço de Portugal. Como é possível que o governo atual se mantenha com tão extravagante sistema?

Em verdade, se Portugal não conseguiu mandar tropas capazes de transformar o Brasil novamente em colônia, isto se deve ao vazio de seu Erário. Fato concebível, já que a sua riqueza provinha, na sua maior parte, daqui, e não havia interesse da Inglaterra, a grande potência da época, de, naquele momento, favorecer a volta ao "status quo anti".

Faltava então, para compor o quadro, a figura do chefe maior, Labatut. Afinal, a guerra ultrapassara as cercas e os quintais da província, era muito maior que a Bahia, pois envolvia o Brasil inteiro. O Batalhão de Algarve já tinha sido expulso do Recife. No norte, o major Fidié controlava o Piauí e o Ceará. Maranhão e Pará também mantinham fidelidade a Lisboa. Na Província Cisplatina e no Rio Grande do Sul, a Divisão de Voluntários Reais, 5.000 experientes soldados de primeira linha eram mantidos reclusos em Montevideu. Entre outras razões porque seu comandante, o general Carlos Frederico Lecor, aderira ao



Forte de São Lourenço - Itaparica - Foto: Tito Garcez

processo de Independência do Brasil.

Mas por que Labatut? Desde o começo, ensina José Honório Rodrigues, quando se começou a pensar em um Exército Nacional, considerou-se que um experimentado general estrangeiro seria o mais apropriado para organizar uma força ainda dominada por portugueses. O primeiro nome aventado foi o de Sir Robert Wilson, um inglês que se distinguira comandando tropas lusas durante a campanha da Península, na guerra napoleônica, que foi o responsável pela organização, na cidade do Porto, da Leal Legião Lusitana, tropa que integrou o Exército anglo-lusitano de Lord Wellington e se destacou na expulsão das tropas de Junot do território português.

Pensou-se também no marechal Xavier Curado, brasileiro, que se destacara nas lutas no sul, mas este já era muito velho para o serviço em campanha, pois estava com mais de setenta anos. Finalmente, outro brasileiro, um baiano, o general Domingos Alves Branco Moniz Barreto, que chegou a ser convidado pelo ministro da Guerra e aceitou. Surge então o nome de Pierre Labatut, oficial francês de origem e passado duvidoso, que compro-

vadamente lutou na Colômbia, nas guerras de independência daquele país. Foi indicado pelo general Dirck van Hogendorp, um franco-holandês, este sim, ajudante-de-campo de Napoleão. A questão Labatut está relacionada com a luta interna na maçonaria, entre as duas correntes que buscavam seduzir o futuro Imperador. De um lado, Gonçalves Ledo e sua gente, representantes do ideal republicano, partidários da nomeação do general Moniz Barreto, que a esta linha pertencia. Do outro, José Bonifácio, representante do grupo mais moderado, partidário de uma monarquia constitucional, facção frequentada por Hogendorp.

Essa disputa se projetou no Campo de Batalha e, certamente, atrapalhou as operações, concorrendo para que Labatut tivesse dificuldades em exercer o seu comando.

Pedro Labatut saiu do Rio de Janeiro, coincidentemente no dia 14 de julho, com uma força de 200 homens, recrutada entre os Regimentos de linha da capital brasileira, e foi arribar em Maceió, em 21 de agosto, de onde começou a marchar para o Recôncavo. Foi primeiro ao Recife, onde arrebanhou um con-

tingente de 300 homens e alguma artilharia, comandados pelo major José de Barros Falcão de Lacerda, tendo, então se dirigido para a Área de Operações. Com ele veio, também, um contingente da Paraíba. Como no passado, e como sempre, os brasileiros de todos os quadrantes se reuniam para defender o patrimônio nacional.

Foi em Feira do Capuame, hoje Dias D'Ávila, que no dia 25 de outubro o tenente-coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque lhe passou o comando das tropas em operações. Naquela ocasião, D. Pedro, às margens do riacho Ipiranga, em São Paulo, já havia separado o Brasil de Portugal. Labatut inicia, então, a organização e o treinamento da sua tropa. Cria duas divisões, uma à direita do dispositivo do cerco, sobre a estrada das Boiadas, e dá o comando a Barros Falcão de Lacerda, promovido a coronel. Do outro lado, as bandas de Itapuã são entregues ao pessoal da Torre que, sob o Comando de Felisberto Caldeira, assume o terreno mais inóspito.

Em fins de outubro, Labatut intima Madeira a render-se. No manifesto, datado de 29 de outubro, observa que “a lealdade e a obediência dos bons e leais portugueses evitarão derramar o precioso sangue de irmãos. Que não deveria ser pela força que seria evitada a escravidão que as Cortes preparavam para o Brasil, e que não haveria de ser pela força que Sua Alteza Real desejava que a tropa sob seu comando se retirasse para Portugal, concluindo que um tiro de fuzil de vossa tropa contra qualquer brasileiro seria o sinal da nossa eterna divisão, fato que levaria o Brasil nunca mais se unir a Portugal, pelo que o tornava responsável, em nome do Príncipe de todo o Reino do Brasil”.

Naquele momento, o general Madeira acabava de receber um reforço de mais 1.400 homens, composto por 2 batalhões de infantaria e um corpo de artilharia. Tropa experiente, de primeira linha. Além disso, chegaram, também, a Nau D. João VI, o melhor navio

português da época, 1 fragata, 4 corvetas, 2 brigues, 2 escunas e 10 barcas armadas, uma esquadra que foi colocada ao comando de chefe-de-divisão João Félix Pereira de Campos.

Tais meios devem tê-lo estimulado a responder o ultimato de Labatut com fogo. Certamente, o ataque às posições de Pirajá, em 8 de novembro, tem na proclamação de 29 de outubro o seu estímulo maior. Madeira contava, agora, com cerca de 4.000 homens disponíveis para o ataque, além dos navios de João Félix.

A descrição que Braz do Amaral faz de Pirajá fala por si. Diz não ser uma povoação, mas uma posição estratégica, controlando os acessos terrestres para as terras férteis do Recôncavo. Nos lembramos, mais uma vez, do Velho Arraial do Bom Jesus, controlando os acessos para as terras férteis do Vale do Capi-beribe, na guerra do açúcar. Braz a descreve como sendo um alto promontório, por onde passa a estrada que conduz ao interior. Fala de seus arredores, das terras onduladas, cobertas de matas e onde, nas baixas, entre colinas, não faltam brejos e alagadiços. Fala da encosta, íngreme, que leva ao mar e às praias de Itacaranha e Periperi. Diz que quem desembarcar nesses pontos tem que subir sempre, a fim de galgar a estrada. Observa que a tropa que a possuir fica em posição dominante sobre a enseada de Itapagipe, como em estado de garantir, ou de impedir, a entrada de víveres frescos e de gado, na cidade do Salvador. E conclui que esta é a razão pela qual, em todas as campanhas militares que se tem feito em torno desta cidade, Pirajá tornou-se o ponto decisivo de convergência dos esforços dos combatentes.

O plano de Madeira era surpreender os nacionais. Fortalecido por homens e navios, ele sentiu que aquele era o momento de reagir ao cerco. Decidiu atacar a base de operações dos brasileiros em Pirajá.

Desconhecemos se existem partes de combate ou relatórios sobre a batalha. Se houver,

ajudará a enriquecer as análises sobre este importante fato histórico e permitirá recuperar melhor essa memória. Tivemos acesso a algumas descrições da efeméride, todas feitas por reconhecidos historiadores. Braz do Amaral, na edição de 1957 da sua História da Independência da Bahia, que, cremos, foi escrita lá pelos anos 20, como parte das comemorações do Centenário do 2 de julho; Affonso Rui, da Academia de Letras da Bahia, com o seu “Dossiê do Marechal Pedro Labatut”, obra que recebeu menção honrosa do Prêmio Tasso Fragoso de 1958 e publicada em 1960, pela Biblioteca do Exército; José Honório Rodrigues, no 3º. volume da sua coletânea “Independência: Revolução e Contra-Revolução - As Forças Armadas”, publicada em 1975 pela Francisco Alves; Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, numa preleção publicada em um tomo especial da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em homenagem ao Centenário da Independência, e de uma Conferência proferida em 2 de julho de 1942, pelo general José Joaquim de Carvalho e Albuquerque, neto do Visconde da Torre de Garcia D’Ávila e que me foi cedida por seu neto, o Dr. Cristóvão Dias de Ávila Pires Junior, este, membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

É, pois, Braz do Amaral que primeiramente nos conduz na narrativa. Conta ele que os lusos embarcaram na noite de 7 de novembro, nas barcaças que tinham vindo com o chefe-de-divisão João Félix, e rumaram para as enseadas de Itapagipe e Praia Grande, onde, ao romper do dia, a infantaria português assaltou em Itacaranha e Plataforma, nas mesmas praias onde, a menos de dois séculos, as lanchas flamengas despejaram os soldados de Nassau.

Abrimos um parêntese para meditar se os portugueses tinham, então, qualquer referência sobre este fato histórico. Seria algo genético despreocupar-se com o passado e ficar fadado a repeti-lo?



Maria Quitéria: detalhe no Monumento ao 2 de Julho, na Praça do Campo Grande (Salvador, Bahia).

Conduzia as operações o coronel João de Gouveia Osório, comandante da Legião Constitucional Lusitana.

As colunas se formaram e começaram a escalar as alturas. Ao mesmo tempo, outras tropas desembarcaram no Cabrito e ameaçavam a retaguarda dos nacionais. Para conter essa ameaça, para ali acorreram as tropas de Argolo Ferrão, que dirigiu a resistência com arrojo e coragem, apoiando-se no Coqueiro, em Bate-Folhas e em São Caetano.

Nas encostas de Pirajá a luta assumiu grandes proporções. As tropas pernambucanas de Barros Falcão, que defendiam essa posição, se engajaram num quase corpo a corpo. Do lado brasileiro combatiam a Legião de Caçadores da Bahia, o Batalhão de Pernambuco, os milicianos do Rio de Janeiro, o Corpo de Caçadores Henrique, gente do 1º. Regimento de Infantaria da Bahia e uma Bateria de Artilharia que tinha vindo do Rio de Janeiro. Os lusitanos trouxeram a Legião Constitucional

Lusitana com os seus dois batalhões, trouxeram também outros dois batalhões de Infantaria, o 4.º e o 12.º, além de um contingente de Artilharia. Durante mais de cinco horas pelejaram os soldados. O terreno ajudava a conter aquela tropa mais experiente e melhor armada. Atacar encosta acima, no meio do mato, é tarefa penosa e difícil. Num último esforço, os portugueses impeliram a linha brasileira. Se isso ocorresse, a tropa que se batia e defendia estoicamente o Cabrito ficaria em grande risco.

Barros Falcão decide, então, retrair para proteger o dispositivo e evitar ser envolvido. Manda tocar retirada. O corneteiro, Luiz Lopes, ao invés, toca - "Cavalaria avançar!", e em seguida - "Cavalaria degolar!". Os lusos, que conheciam os toques, pararam, recuaram e se precipitaram encosta abaixo, perseguidos até as praias, onde embarcaram e fugiram. Os atacantes do Cabrito também se retiraram. Estava concluída a batalha.

Mas Miguel Calmon, citando Titara, nos dá uma versão diferente, porque descreve que o principal esforço português foi realizado pela estrada das Boiadas, com a Legião Lusitana, e atribui o ataque pelas encostas da enseada de Itapagipe a um contingente de apenas 300 soldados de linha reforçados por 100 marinheiros. Relata a existência de três peças colocadas face a esse reduto de Itapagipe, que, rompendo fogo contra o inimigo, alertou as tropas do Exército Pacificador, fez com que os milicianos de Cachoeira e de Vila de São Francisco, que estavam na orla da montanha, acorressem para conter a investida. Conta que as avançadas em Bate-Folhas alertaram a vanguarda do Exército contra a arremetida da Legião.

Descreve a participação dos flecheiros tapuias dos Batalhões da Torre, que retardaram o avanço luso, mas, impotentes, cederam terreno até a planura da Campina, quando foram acolhidos pelas companhias do 4.º de Milícias da Bahia e pelos remanescentes da

Torre, para ir segurando o avanço adversário. Fala da ação do tenente-ajudante Alexandre Argolo Ferrão, que com o Batalhão da Vila de São Francisco impediu o acesso à posição, distribuindo fogos em toda a frente e possibilitando que as ordens fossem dadas e os dispositivos defensivos estabelecidos. Fala do reconhecimento de Labatut pelo valor de Argolo, tendo-o promovido ao posto de major pela importância da sua ação. Descreve uma ação de ala da Legião sobre a posição de Cabrito, de onde desaloja um destacamento baiano e o obriga a recolher-se à linha de Campina, sugerindo uma junção com as forças que atacavam pela praia e avaliando a sua importância como fundamental para ajudar a ação sobre o centro do dispositivo brasileiro.

Explica, então, que o terreno comandava as ações, pois a defesa não cedia, realizando ações de guerrilha pelo terreno matoso e ondulado, atirando nos atacantes de frente e de lado, batendo-se, inclusive, a arma branca. Diz que o ímpeto do ataque diminuiu e o avanço logo parou.

Descreve que, então, neste momento, chegou forte reforço de Salvador, composto pela força que viera recentemente de Lisboa e que isto fez com que o ataque fosse retomado, conseguindo ultrapassar a linha de defesa, sendo contidos à frente do largo do Cruzeiro pelos pernambucanos e pelos soldados do Rio de Janeiro. Que enquanto isso, na contra-encosta, à esquerda, os lusos tentam, com um artilheiro, um desbordamento por Itacaranha, para cortar as ligações com o Quartel General, mas que foram impedidos pelos Henriques, que os desviam e protegem os acessos ao Arraial. Que, no centro, os lusos conseguiram chegar junto da velha Igreja das Missões, mas foram rechaçados por um pesado ataque de arma branca e pesado fogo pelos pernambucanos.

Reporta a ação heróica dos poucos cavaleiros de Pojuca e São Francisco, comandados por Pedro Ribeiro, dificultando os movimen-

tos dos portugueses com pequenas cargas a ponta de sabre, abrindo claros nas suas fileiras e dando a impressão de um efetivo montado de maiores proporções.

Afirma, então, que passadas já mais de 4 horas de duro combate, a vitória bafejava os nossos, pois os lusos já não mais progrediam e começavam uma contra-ofensiva brasileira. É quando aparece um novo reforço vindo da capital. Neste ponto, novamente citando Titara, revela que o efetivo português lançado contra nossas forças, calculadas em 1.500 homens, chegava a cerca de 5.000 veteranos de duas campanhas, bem guiados, bem alimentados e bem armados, possuindo munição para três dias de fogo, com retaguarda coberta, uma praça para homizio, o moral ainda intacto, visto que chegados havia pouco da Europa, não conheciam a extensão do conflito.

Arremata dizendo que fraquejaram as linhas e apareceu um primeiro sinal de confusão, com os lusos avançando em ordem por todos os lados, cobrindo os claros com reservas inesgotáveis, que atapetavam de lâ azul e metal novo as fraldas das montanhas próximas. Conta ele que o sacrifício estava iminente e que todo o peso do assalto de seis batalhões ia cair sobre os 400 homens que mantinham o centro. Que nada mais se podia esperar da força empenhada na proteção da retaguarda, que se dividira e começara a realizar ações de guerrilha, mas que era praticável a retirada sobre Canguru, para compor uma nova linha de defesa no Engenho Novo.

Nesse instante, Barros Falcão, que comandava aquela frente, determina que seu cabo

corneteiro, o português Luiz Lopes, toque retirar. O cabo tocou cavalaria avançar e degolar. O toque causou indecisão, motivada, talvez, pela ação dos cavalarianos de Pojuca. Esta indecisão, acompanhada de um ligeiro recuo, foi habilmente aproveitada pelos chefes brasileiros que comandaram uma carga de baioneta, cujo choque os lusos não aguardaram, temendo ser jogados pela cavalaria montanha abaixo. Debandaram, então,

em tumulto, os da encosta morro abaixo e o grosso da tropa pelas quebradas, a caminho da cidade.

Os outros autores repetem a versão de Miguel Calmon, alguns de forma mais confusa, à exceção de José Honório Rodrigues, que não descreve o combate.

Labatut atribui 200 mortos e inúmeros feridos aos portugueses, alguns periódicos da época, como a gazeta “O Espelho”, falava em 131 mortos e 221 feridos e Madeira declarou que perdera apenas 64 homens. Na verdade, cinco horas de combate, envolvendo, talvez, 5.000 homens, terá produzido um número substancial de

mortos e feridos.

A Batalha de Pirajá é fundamental na guerra de Independência na Bahia, porque ela definiu a incapacidade portuguesa de romper o cerco e que só com novos reforços, muito mais vultosos, é que tal ação poderia ter êxito. Aumentava o problema da fome, em face do aumento de efetivos e só por mar é que havia solução para este problema. A manutenção das tropas e da cidade iria depender, então, da Esquadra.

A guerra agora seria no mar!

**“A Batalha de Pirajá é fundamental na guerra de Independência na Bahia, porque ela definiu a incapacidade portuguesa de romper o cerco e que só com novos reforços, muito mais vultosos, é que tal ação poderia ter êxito. Aumentava o problema da fome, em face do aumento de efetivos e só por mar é que havia solução para este problema. A manutenção das tropas e da cidade iria depender, então, da Esquadra.”**

Do lado brasileiro começaram a ter curso as desinteligências entre a Junta de Cachoeira e Labatut, seja por causa do serviço militar, seja por causa da descoberta de grande quantidade em ouro e prata, achada nos Engenhos da Passagem e Cachoeirinha, seja pelo uso de escravos na guerra, essenciais para a lavoura, que se desorganizara e paralisou pela falta de homens. Mas retomemos a caminhada. O dia 29 de dezembro foi um dia especial. Ele foi escolhido pelos lusitanos para realizar o juramento à nova Constituição. Mas também os nacionais o escolheram para realizar um ataque surpresa às linhas portuguesas.

Enquanto as baterias do Forte do Mar, São Pedro e Barbalho davam salvas de 21 tiros, duas Brigadas brasileiras atacava mas linhas de trincheiras. Na Estrada das Boiadas, os exploradores de Labatut chegaram até a Lapinha, onde foram contidos pela Cavalaria lusa. Pelo lado de Brotas, Felisberto Caldeira conduziu o ataque, não tendo sucesso em atravessar as linhas inimigas. Se esse ataque demonstrou a audácia e a perseverança dos nacionais, demonstrou a capacidade, a experiência e o preparo do soldado português, e a solidez de seu sistema de trincheiras.

Como em toda guerra, as endemias matam mais do que as balas. O Exército Pacificador pagava um pesado tributo às moléstias, especialmente ao impaludismo, pois nos diversos pontos onde estava acampado, ele era endêmico. Dos seus 9.000 homens, cerca de mil estavam doentes.

Por outro lado, desertava muita gente, atemorizada pelo pesado serviço de cerco, pela dureza da disciplina e pelo trabalho áspero de uma campanha em que havia falta de tudo. As tropas eram mal alimentadas, não existiam hospitais e o medicamento e o equipamento eram escassos. Essa campanha se fez sem abrigos, sem abarrancamentos, sem qualquer conforto ou cuidados. No decorrer da campanha, os sofrimentos inerentes à todas as guerras desfizeram todos os uniformes, e quando



Igreja da Lapinha - Acervo Fundação Pedro Calmon

o Exército entrou em Salvador, em julho de 1823, os vestuários estavam em farrapos e os pés dos soldados estavam nus. O novo estado do Brasil precisava criar, novamente, os serviços que foram montados quando o reino se instalou na América e que foi quase todo desmontado, quando do regresso das Cortes. Esse Exército Pacificador foi formado por elementos heterogêneos e despreparados, e em circunstâncias difíceis. Prevaleceu a nossa capacidade de improvisação, o jeitinho, como sempre, aconteceu.

A cidade, defendida por tropas regulares e de veteranos, oferecia uma resistência que o Exército Pacificador não poderia romper. Mas a fome já se apresentava com sombrios aspectos. Os lusos perceberam o quanto erraram em abandonar a Ilha de Itaparica. Imaginaram que com as forças navais que possuíam, poderiam retomá-la quando o desejassem. A necessidade de conseguir gêneros alimentícios os inspiraram a atacar Itaparica, e de sua posse, investir contra o Recôncavo e suas ricas lavouras.

No dia 14 de outubro do ano anterior, já tinham feito uma tentativa fracassada. Apoiados por um brigue e quatorze canhoneiras,

tentaram um desembarque no Manguinho, mas foram repelidos.

O povo de Itaparica, a partir de então, começou a reforçar as defesas da ilha. Cavaram trincheiras na costa leste, trouxeram artilharia do Morro de São Paulo e colocaram 16 peças na Fortaleza de São Lourenço, na Ponta Noroeste. Sua guarnição atingiu 3.257 homens, dos quais 2.357 eram ilhéus. Comandava-os Antônio de Souza Lima, um português.

Itaparica também tinha sua Marinha. João Francisco de Oliveiras, o João das Botas, outro português, artilhara seis navios, com peças de Engenhos, e os equipara com 710 tripulantes, escolhidos entre a marujada e os naturais da ilha. Com eles fez guerrilha nas águas da baía e dificultou, e às vezes impediu, o trânsito das embarcações lusitanas que buscavam as vilas do Recôncavo, realizando façanhas memoráveis e dignas de serem reproduzidas nas telas ou transformadas em histórias de ficção nas páginas dos nossos livros.

Um novo ataque foi então planejado. O interessante é observar a sua semelhança com o ataque realizado pelos patriotas brasileiros, 176 anos antes, contra os holandeses que aí estavam estabelecidos, também querendo a posse de Salvador. A Fortaleza de São Lourenço, construída por eles, era o pivô da sua defesa. Tal como agora.

Foi colocada artilharia em Boa Vista, nas Amoreiras, em Mocambo, no Porto de Santos, Manguinho e na Fonte da Bica.

O plano de ataque português se assemelhava a uma tenaz, convergindo para as duas costas e com o vértice dirigido para a Fortaleza.

Às 7 horas da manhã, do dia 7 de janeiro, houve um reconhecimento. Às 9 horas iniciou-se o ataque. Toda a flotilha atirou e

as baterias de terra responderam ao fogo. Ao meio-dia a artilharia de terra diminuiu o fogo. O chefe-de-divisão, João Félix, que comandava o ataque, retirou-se para Salvador. Os portugueses iniciaram as operações de desembarque. Quando entraram na distância de tiro dos defensores da ilha, que estavam escondidos nas matas próximas da praia, foram dizimados por uma intensa fuzilaria. Ao cair da noite, não tendo tido sucesso em nenhuma de suas tentativas, se retiraram amargando sérias perdas. A partir desse dia, renunciaram ao domínio do interior da baía.

Labatut ofereceu a primeira Bandeira Brasileira que foi hasteada na Ilha de Itaparica e Antônio de Souza Lima foi nomeado seu primeiro governador. No continente continuava o impasse.

A junta de Cachoeira pressionava para que um ataque geral fosse desfechado contra Sal-

**“A junta de Cachoeira pressionava para que um ataque geral fosse desfechado contra Salvador. Corria a notícia de que os lusos seriam reforçados por 5.000 homens. Labatut convoca, então, no dia 9 de fevereiro, um Conselho de Guerra que decide pelo ataque. Mas este não se realiza. Não havia munição suficiente e a falta de material tornava grande o risco do insucesso. O número de doentes aumentava e o serviço ”**

vador. Corria a notícia de que os lusos seriam reforçados por 5.000 homens. Labatut convoca, então, no dia 9 de fevereiro, um Conselho de Guerra que decide pelo ataque. Mas este não se realiza. Não havia munição suficiente e a falta de material tornava grande o risco do insucesso. O número de doentes aumentava e o serviço de saúde em campanha era precário. Além disso, do outro lado, os portugueses estavam bem fortificados. Aproveitando as características do terreno, tinham melhorado seu sistema de trincheiras, com fogo cruzado e bem artilhadas. Seus engenheiros haviam disfarçado emboscadas nos matos e prepa-

rado abrigos onde a infantaria podia atirar, a salvo do fogo inimigo. Por essas razões decidiram adiar o ataque.

Desembarcando em Jaraguá, chega ao cenário da luta o Batalhão do Imperador. Eram 800 homens, escolhidos pessoalmente por D. Pedro, em uma formatura no Campo de Santana. Seu comandante, o coronel José Joaquim de Lima e Silva, e seu porta-bandeira, o tenente Luiz Alves de Lima e Silva. Labatut reorganiza o seu dispositivo e cria a Brigada do Centro, com base no Batalhão do Imperador, e entrega o comando a Lima e Silva. Transfere também seu Quartel-General para Cangurungu, mais próximo do acampamento de Pirajá.

Os portugueses, por sua vez, também são reforçados. No dia 1º de abril, chegam mais dois batalhões de infantaria e três de caçadores. Ao todo 2.500 homens, que teriam que ser alimentados. O partido luso também tem seu plano. Convencendo os comerciantes de Salvador a empregar mais recursos, pretendem ir buscar a Divisão de Voluntários Reais, que estava cercada em Montevidéu, aproveitando os transportes que trouxeram a tropa de reforço. Mas precisavam bloquear o porto do Rio de Janeiro, além de comboiar os transportes. Afinal, contavam com uma boa esquadra em Salvador. Mas João Félix não se mexeu, perdendo a oportunidade.

No final de abril chega na boca da Baía de Todos os Santos a Esquadra Brasileira, de 7 navios, comandada por Lord Cochrane, almirante inglês de renome internacional que havia sido contratado para organizá-la e conduzi-la em combate.

Em 3 de maio Labatut investe contra a

cidade pelo Cabula, com o Batalhão de Caçadores a Pé da Bahia e com os milicianos da Paraíba, pela estrada das Boiadas. Na Conceição, o Batalhão do Imperador atacou e tomou algumas trincheiras. Teria sido neste dia e neste local que se dera o batismo de fogo do Patrono do Exército, o Duque de Caxias, ainda então um valoroso, mas inexperiente tenente. Com os batalhões da Torre, o Cel. Felisberto Caldeira atacou Brotas.

No dia seguinte, Cochrane atacou a Esquadra lusitana dentro da baía. Embora inferiorizado, lançou-se sobre a linha de navios

inimigos e só não teve sucesso porque as demais embarcações não corresponderam, havendo indícios de traição dos marinheiros portugueses incorporados à sua equipagem. Cochrane foi obrigado a abandonar o combate e o fez sem ser molestado pelo inimigo, que deixou escapar mais uma boa ocasião de afirmar sua supremacia no mar.

O almirante inglês toma então uma decisão audaciosa, que só os grandes chefes são capazes. Na enseada do Morro de São Paulo, ele

abandona cinco dos seus navios e equipa as duas fragatas mais velozes com gente escolhida e de confiança e, apenas com elas, auxiliado pelas embarcações de João das Botas, bloqueia o porto de Salvador. Estava completado o cerco.

No dia 9 de maio, o general Madeira declara Salvador em Estado de Sítio e expulsa cerca de 10.000 civis da cidade. Ele só tinha víveres para no máximo 50 dias.

Mas do lado brasileiro, a situação também era preocupante. Descobrendo uma conspiração para depô-lo, Labatut prende o coronel Felisberto Caldeira. Em consequência, é pre-

**“Na enseada do Morro de São Paulo, ele abandona cinco dos seus navios e equipa as duas fragatas mais velozes com gente escolhida e de confiança e, apenas com elas, auxiliado pelas embarcações de João das Botas, bloqueia o porto de Salvador. Estava completado o cerco.”**

so e deposto do Comando do Exército Pacificador, sendo substituído pelo coronel José Joaquim de Lima e Silva. Era o dia 20 de maio de 1823 e estes episódios não ilustram as páginas de nossa história.

Em Salvador, Madeira quis destituir João Félix por incapacidade de comando, sendo impedido pela marinhagem da Nau D. João VI, a capitânia.

Todos estavam convencidos da extrema dificuldade de tomar a cidade pela força. Situada em magnífica posição estratégica, que a natureza facilitava sua defesa pelas águas e também pelas trincheiras, que, guarnecidas por tropas experientes e habituadas à guerra, tornavam o acesso terrestre muito caro; estava provado, depois de várias tentativas, que o Exército Pacificador, com os meios que dispu-



Igreja Matriz Itaparica - Acervo Fundação Pedro Calmon

nha, não a podia conquistar.

Só restava, então, levá-la a capitular pela fome. O objetivo, pois, foi esfaimá-la. E o Exército seguiu essa diretriz, como dela não se descuidou Lord Cochrane.

No dia 20 de junho, Madeira reuniu um Conselho de Guerra, no qual foi decidido o abandono da cidade. Foi mandado um emissário ao coronel Lima e Silva, informando a retirada e propondo que ela não fosse inquietada.

A resposta de Lima e Silva continha o seguinte: “Responde o Comandante do Exército Pacificador que tem todas as notícias da cidade marcadas até por horas, de todos os passos da tropa inimiga e que, logo que saiba que esta principia a embarcar, pretende atacá-la, e, neste momento romperá o fogo no mar;

No dia 2 de julho de 1823, às 04:00 horas da manhã, o Fortim da Lagartixa deu um tiro de espingarda e as tropas portuguesas, já prontas em ordem de marcha, embarcaram nas lanchas e nos navios e deixaram a cidade. Foi também o sinal para que o Exército Pacificador iniciasse a sua marcha.

Ele entrou na cidade em colunas, desembocando pela estrada das Boiadas, na seguinte ordem: na vanguarda vinha um corpo de exploradores, sob as ordens do coronel Antero de Souza Brito, que ocupou as trincheiras abandonadas pela guarnição portuguesa; entraram, então, o coronel Lima e Silva, comandante-em-chefe, com o seu Estado-Maior, seguido pelo coronel Barros Falcão, pelo Batalhão do Imperador e pelo Batalhão de Pernambuco. Depois vinham as tropas baianas,

demonstrando, pelo estado de nudez e pela completa falta de equipamento, além do deplorável estado físico, os horríveis sofrimentos causados pela guerra. Completava o dispositivo um contingente do Batalhão dos Henriques, cujo grosso do efetivo havia ficado de guarda ao acampamento.

**“A Bahia e a cidade do Salvador guardam, até hoje, marcos históricos dessa guerra. O Forte de São Pedro, o Parque de São Bartolomeu, a estrada das Boiadas, o alto de Pirajá, o Canal do Funil, os Fortes de Itaparica, a Torre de Garcia D’Ávila, a cidade histórica de Cachoeira e tantos outros pontos que esperam ser recuperados para servirem de referência ao orgulho de ser brasileiro.”**

que se o General inimigo deseja retirar-se tranquilamente, proponha uma capitulação, que será concertada entre os comandantes de mar e terra, de uma e outra parte contratantes”.

A operação de evacuação da cidade foi muito bem realizada, a retirada não foi presenciada e não ficou um único soldado em Salvador.

Madeira foi vencido pela fome, mas ao Exército Pacificador, no final do cerco, também tudo faltou. As vilas do Recôncavo estavam igualmente esgotadas na sua capacidade de apoiá-lo. Os retirantes da cidade, em grande parte, morreram de fome ou de doença, perambulando pela terra de ninguém.

A divisão da esquerda entrou por Brotas, com o 1º batalhão ocupando igualmente as trincheiras vazias e com o batalhão nº 4 entrando na cauda da coluna.

O pavilhão nacional foi içado, pela primeira vez em Salvador, pelo alferes José Adrião, na Fortaleza do Barbalho.

As tropas fizeram alto em frente ao templo construído, no início da construção da cidade, pelos portugueses, no Terreiro de Jesus. A partir daí dispersaram e se dirigiram aos quartéis. Estava consumada a Independência do Brasil na Bahia.

A guerra envolvera efetivos consideráveis. Segundo Varnhagen, as tropas brasileiras chegaram a 13.500 homens e os portugueses



Fote São Marcelo - <http://ftp.setur.ba.gov.br>

atingiram um efetivo de 10.500 soldados. A campanha durara 1 ano, 5 meses e 13 dias, portanto mais do que a campanha da Força Expedicionária Brasileira na Itália. Sobre mortos, feridos e desaparecidos, os números são desconhecidos, mas se contarmos os civis que foram envolvidos e considerarmos os sofrimentos e as perdas de toda a sorte, incluindo as destruições e o desmonte de fazendas, engenhos e lavouras, o capital humano, social e financeiro empenhado e perdido foi muito elevado.

A Bahia e a cidade do Salvador guardam, até hoje, marcos históricos dessa guerra. O Forte de São Pedro, o Parque de São Bartolomeu, a estrada das Boiadas, o alto de Pirajá, o Canal do Funil, os Fortes de Itaparica, a Torre de Garcia D'Ávila, a cidade histórica de Cachoeira e tantos outros pontos que esperam ser recuperados para servirem de referência ao orgulho de ser brasileiro. Nos países onde a

memória é reverenciada e lembrada pelos seus habitantes, as sociedades que formam são matizadas, respeitadas e admiradas.

Quando aceitamos esse honroso convite de falar para os baianos sobre sua história, moveu-nos o desejo de cooperar para que esta memória fosse preservada e sua divulgação despertasse orgulho.

Representamos aqui a Fundação Cultural Exército Brasileiro, que está presente na cidade através de uma representação, cujo objetivo é participar, com os baianos, do notável esforço que realizam na divulgação de sua história e de sua cultura.

Este ciclo de palestras, por si só, demonstra o vigor da caminhada que baliza a busca desses objetivos.

Permitam que continue a participar convosco de tão ingente tarefa. Muito obrigado pela vossa atenção



# Patriotismo e conflito de classe no Independência do Bahio (1822-23)

# Patriotismo e conflito de classe no Independência do Bahio (1822-23)

Sérgio Armando Diniz Guerra Filho

Os estudos sobre a independência do Brasil avançaram, na última década, em direção à compreensão dos processos históricos que levaram à formação da identidade nacional brasileira. A elite baiana construiu, em torno do nascente Estado, um discurso com conotação patriótica que, apesar de estar em sintonia com os acontecimentos e atos emanados do Rio de Janeiro, respondia e se adequava às especificidades e acontecimentos locais.

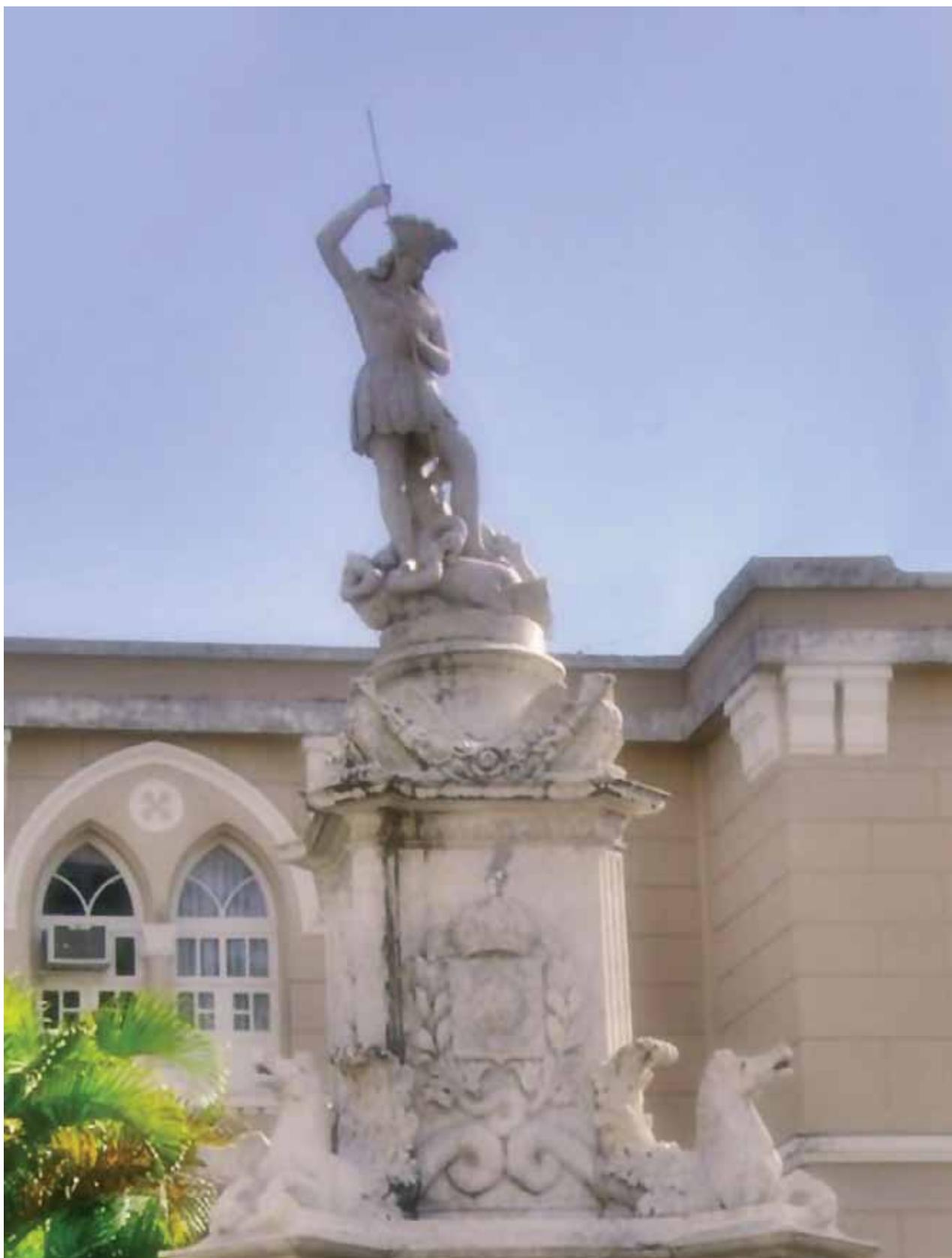
O termo “patriótico” aparecerá neste texto a partir do sentido em que se encontra nos documentos que aqui foram utilizados, em geral querendo indicar um referencial próindependência, em oposição àqueles que se alinhavam com interesses metropolitanos, como primeiro e provisório esboço identitário de afirmação/construção de uma nacionalidade “brasileira” e negação de outra, “portuguesa”. Este discurso patriótico se caracterizava pela ambiguidade e sofria de um equilíbrio bastante delicado, pois, por um lado, era necessário para a aglutinação das forças que atuavam contra as tropas portuguesas; mas por outro não deveria chegar ao extremo de ameaçar a ordem social vigente, nem os negócios da Província.

Isso exigiu do Conselho Interino de Governo – instância política maior da guerra contra os portugueses e nicho dos grandes proprietários – manobras políticas tortuosas. Os nascidos em Portugal estavam geralmente integrados com seus negócios à dinâmica sócioeconômica baiana. Ocupavam posições e papéis sociais lado-a-lado com os proprietários nascidos na Colônia, os chamados “brancos da terra”. Além

disso, as definições de nacionalidade não podiam deixar de implicar em posições políticas, num momento de ebulição como este. Por isso, deve-se relativizar o que significava ser “português” ou “brasileiro”, no justo momento em que se inauguram ou se reconfiguram muitos dos termos políticos relacionados às identidades nacionais.

As identidades coletivas, relacionadas com as idéias de pátria, país e nação, possuíam caráter provisório, fluido e contraditório no cenário do começo da década de 1820. Eram experiências políticas que exigiam novas formulações e imediatas aplicações práticas. De bahiense, americano e português a brasileiro, tudo isso frente às tensões regionais, raciais e de classe, num processo que se foi constituindo e teve seu devir acelerado diante das transformações políticas ocorridas, no Brasil e em Portugal, no começo do século XIX. Portugueses todos passariam, gradativamente, e no decorrer da guerra, a serem europeus e portugueses, uns; brasileiros, outros.

Naturalidade e nacionalidade não se confundiram durante a Guerra. O fato de se ter nascido em Portugal ou no Brasil não necessariamente significava pertencimento automático a um dos lados do conflito. Os interesses – patrimoniais e de rendas para os proprietários, e de acesso à liberdade, à política, e ao trabalho para as camadas não proprietárias – falaram alto no momento das definições (e auto-definições) do que seria “nação” e das identidades nacionais. Alguns dos personagens centrais da Guerra, apesar de pertencerem ao que se con-



Praça dos Aflitos - Monumento ao 2 de Julho - Wikipedia

siderava ser o lado “brasileiro”, eram naturais d’Além Mar, caso do Comandante João das Botas, que liderou as embarcações improvisadas que deram combate aos navios lusitanos na Baía de Todos os Santos, assim como o polêmico Corneta Lopes, só para citar alguns dos que ficaram famosos dentre os que lutaram

pela expulsão das tropas do General Madeira de Melo ou se declararam favoráveis à “Causa”.

Assim, mesmo os nascidos em Portugal puderam se integrar ao lado brasileiro. Por outro lado, os que na Bahia haviam nascido podiam ser, durante a guerra, acusados de pertencer ao “partido europeu”. O baiano Luis Paulino

d'Oliveira Pinto da França, da vila de Cachoeira e deputado pela Bahia às Cortes de Lisboa, foi proibido, mesmo acabada a Guerra, de voltar ao solo baiano. Pagava o preço por suas posições políticas, consideradas demasiadamente moderadas pelos seus conterrâneos. Já sua esposa, nascida em Portugal, além da tragédia pessoal de ter sua família separada pela Guerra, parece não ter sido importunada quanto a sua identidade nacional.

Essas idas e vindas aumentavam a necessidade e a urgência da consolidação do discurso patriótico contra os portugueses por parte das autoridades pró-independência. Era necessário separar os lados em guerra. Quem estivesse contra a ruptura seria considerado inimigo e estes eram, em sua grande maioria, portugueses de nascimento: militares de altas patentes, ocupante dos altos cargos coloniais e o grosso do capital comercial na Bahia estava assentado nos portugueses d'além mar, e os interesses políticos e econômicos destes estariam mais garantidos com o restabelecimento do status colonial.

O projeto de ruptura não era tão radical assim.

Concluída a Guerra de Independência, o capital e o know-how portugueses no comércio de exportação seriam necessários à elite baiana. É por isso que, muitas vezes, o discurso antilusitano proferido pelo Conselho Interino de Governo precisou ser por ele próprio freado. Temia-se a insubordinação, a “desordem” e a “anarquia”, no dizer dos documentos da época. Podemos, para efeito de análise, distinguir dois tipos de patriotismo que, apesar de antagônicos, permeavam-se, dialogavam e contrapunham-se constantemente na fluidez que o momento propiciava: um, das elites; outro, popular.

Dois aspectos do patriotismo de elite merecem aqui destaque: a “brasilização” dos nomes; e a elaboração das Listas Patrióticas, imediatamente após a Guerra e enviadas de muitas vilas da Província para a sede do Governo, já novamente instalado em Salvador.

No calor das disputas político-militares que contrapuseram “brasileiros” e “portugueses”, um número significativo de pessoas abraçou seus nomes, retirando ou substituindo os originais por outros, de temática nativista, renegando sobrenomes de família que pudessem ligá-los a uma origem lusitana. Não foi um fenômeno meramente local, mas aqui na Bahia, “no movimento contra o domínio português (...)

o nome tomou para muitos acentuada conotação patriótica”. Há registros de casos de portugueses de nascimento que assim o fizeram, como sinal de adesão à Causa Brasileira, e mesmo brasileiros também procederam dessa maneira, como que para reafirmar sua opção política pela independência. Alguns publicaram a mudança de seus nomes na imprensa da época, para que seus

**“Mirandela, pequena vila do nordeste da Bahia, enviou uma Lista com os nomes dos quase 50 soldados voluntários daquela localidade que foram para a guerra. Consta nela, inclusive, os que morreram durante os conflitos. ”**

negócios não fossem atrapalhados.

Frei Bastos, que era natural de Salvador, fez questão de acrescentar ao seu nome monástico o sobrenome Baraúna, no calor dos acontecimentos de 1823. O exemplo mais conhecido de mudança de nome é, sem dúvidas, o de Francisco Gê Acayaba Montezuma, como passou a chamar-se Francisco Gomes Brandão. Não era um patriota qualquer: fora escolhido para o Conselho Interino pela vila da Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira – principal vila da província e capital interina durante a guerra – e lá exerceu o cargo de Secretário. Desta forma, Freitas, Araújo, de

Melos e Bragas tornaram-se Dendês, de Itapajipes, Borboremás e Brasileiros.

A mudança de nome pode ter sido apenas uma operação de retórica, ou mesmo uma manobra para se livrar da desconfiança patriótica popular. É provável que mudar de sobrenome não tenha sido uma atitude exclusiva dos mais ricos dentre os habitantes da Bahia. No entanto, não se pode negar que seus nomes – somados a sua condição de proprietários – remetiam a uma origem portuguesa com mais frequência, e foram substituídos como uma estratégia política de inserção na nova ordem.

Alguns destes novos nomes aparecem no segundo aspecto desta externalização nacionalista aqui analisado: as Listas Patrióticas. Finda a Guerra, o Governo da Província da Bahia solicitou às Câmaras de todas as Vilas, por indicação de portaria imperial, que enviassem listas onde constassem os que mais se destacaram na luta pela “Causa da Independência”. Dentre as listas elaboradas, analisaremos as que foram enviadas pelas vilas de Inhambupe (contendo 32 nomes), Camamu (40 nomes), Barcellos (22 nomes), Conde (5 nomes), Alcobaça (5 nomes), Mirandela (49 nomes), São Francisco do Conde (42 nomes), Jacobina (8 nomes), Maragogipe (18 nomes) e Viçosa.

Tais listas não seguem um padrão único, mas geralmente consistem em nomes enumerados, após um breve cabeçalho indicando o objetivo da mesma. Em algumas delas, constam os feitos e as doações de cada um dos arrolados em prol da Causa. Foram formuladas em sua maioria pelas Câmaras das vilas, quando não, por autoridades como juízes de paz e capitães mores. Nestas listas, portanto, encontramos a versão das autoridades sobre o que significava ser patriota: um patriotismo informado por seus valores, visão de mundo e, certamente, seu projeto de Estado e de Nação. Por isso, não constitui nenhuma surpresa a ausência de nomes de mulheres, assim como de referências diretas a pessoas do povo.

Mirandela, pequena vila do nordeste da Bahia, enviou uma Lista com os nomes dos quase 50 soldados voluntários daquela localidade que foram para a guerra. Consta nela, inclusive, os que morreram durante os conflitos. Mas a lista de Mirandela, onde não se acha registrada nenhuma doação material, é uma exceção. As vilas de Jacobina, na Chapada Diamantina, e a de Conde, no litoral norte, também não registraram doações materiais, mas os 8 nomes constantes na primeira lista e os 5 da seguinte eram todos de autoridades locais. Todas as outras listas mais parecem um desfile de feitos heróicos e de substanciais doações dos proprietários locais, referidas como atos de patriotismo.

“Serviços prestados à Causa”, feitos “heróicos”, ou mesmo ações que demonstravam bravura e patriotismo, também eram utilizados para recheiar as listas. Vitoriano Gomes da Costa foi referido na Lista Patriótica da vila de Barcellos porque, “Por amar a causa e defender a aclamação de sua majestade imperial, foi atacado em seu cartório pelos Europeus Antonio José da Cruz, José da Silva Penixe e José Cardozo Pereira”. Em Inhambupe, o Capitão Francisco Xavier de Souza foi referido na Lista daquela vila pois “Pagou os vencimentos do capitão Pedro Gomes Leão Ferreira, seu filho, para não exigirem da nação.” Na Lista de Maragogipe, o Capitão-mor Manoel da Silva Carahy aparece como benfeitor da Causa em várias oportunidades, sendo por isso “amado pelo povo como patriota benemérito”.

Em São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, foram contabilizadas doações em dinheiro de dois contos, quatrocentos e sessenta e cinco mil réis; e o empréstimo aos cofres públicos de outros dois contos, cento e setenta e quatro mil réis. Uma das mais prósperas vilas do Recôncavo, dali saíram duas listas patrióticas, a segunda aumentada em relação à anterior com os nomes das próprias autoridades que escreveram a primeira lista e de outros 17 oficiais, entre alferes, tenentes, capitães e aju-

dantes de infantaria. Três dos enumerados na lista em São Francisco do Conde pertenciam à abastada família Sá Barreto. Além de dinheiro, houve, em muitas vilas, doações de gado, armas, munição, fardamento e até aguardente.

A lista da vila de Camamu se destaca por contar com dados mais completos sobre grande parte dos cerca de quarenta “patriotas” da localidade. Constatam ali, nome completo, doação, profissão e até qualidades pessoais de caráter daqueles mencionados na lista. Entre os arrolados, há cinco capitães (inclusive o capitão mor), três juizes, três vereadores e o procurador da Câmara. Dos vinte relacionados, cuja ocupação não está registrada, dois emprestaram escravos e dezesseis fizeram doação em dinheiro, variando entre 10 e 600 mil réis (no total foram 21 doações em dinheiro); quatro deles não tiveram sua ocupação registrada, mas doaram farinha (do total de nove) e dois, gado. Eram, portanto, proprietários de razoável cabedal. Apenas cinco dos listados cederam unicamente “serviços pessoais”: eram dois vereadores, um tenente, um juiz ordinário e os outros dois eram membros da Caixa Militar. Em tais funções, deviam ter certa posição social, como os patriotas de Jacobina e do Conde.

Na Lista Patriótica de Camamu, como em quase todas as outras, as maiores doações ou feitos em favor da Causa foram elencados primeiro, as menores, mais para o fim, sinalizando que os organizadores da Lista deviam acreditar que o grau de patriotismo podia ser medido pela capacidade de desprender-se de parte do seu patrimônio. As doações, que foram em dinheiro, serviço dos seus escravos, mantimentos – a região onde se encontra a vila era grande produtora de farinha, como pode ser visto pelo número de pessoas que doaram o gênero – ou serviços pessoais, consistiam em diferencial entre ser ou não patriota. E mais: o tamanho da doação poderia indicar qual o grau deste patriotismo.

O maior doador de uma soma em dinheiro,

que doou também farinha e serviços pessoais, o Juiz Ordinário e membro da Caixa Militar, João José Tárccio, foi alvo de manifestações populares – “pessoas insignificantes”, no dizer dos que registraram o fato – que pretendiam sua destituição da vara em que atuava, alegando para tanto o fato de Tárccio ser europeu. Não deve ser uma mera coincidência. O europeu provavelmente se sentiu forçado a fazer doação de tamanho vulto para provar seu patriotismo frente à população em geral. Sua doação correspondeu a quase metade do valor registrado na Lista. Homem da Lei, provavelmente imaginara ter com isso um argumento de sua, digamos, conversão à Causa para escapar à sanha patriótica da justiça popular.

Seus pares foram em sua defesa. Não achavam que fosse “merecedor de semelhante insulto, pois tem servido nesta [terra] a todos os cargos públicos com toda a honra e zelo (...) e tem dado todas as provas de [ser] um fiel Vassalo de Sua Majestade Imperial e amante da Santa Causa”. Proprietários e brancos como o Juiz Tárccio, as autoridades temiam que a revolta contra portugueses logo se generalizasse contra eles próprios: “porque Semelhante absurdo não deixa de Ser despotismo ou ousadia feita aos Magistrados, e ficando isto sem exemplo passarão a fazer o mesmo insulto, a nós, ou a outra qualquer Autoridade”.

Neste trecho por mim grifado, evidencia-se a percepção, por parte das autoridades, de que a fúria antilusitana podia se aproximar perigosamente de um conflito de classe. Os brasileiros brancos e proprietários podiam ser identificados pela plebe com os portugueses, também brancos e proprietários, apesar de todo o esforço daqueles para estabelecer a diferença. Se o nascimento não bastava, a riqueza e a cor os aproximavam aos olhos das classes populares. Era necessário, para as autoridades brasileiras, demarcar campos, estabelecendo um limite entre o que acreditavam ser patriotismo, quando o povo agisse em sintonia com os seus interesses, e o que classificariam como



Pavilhão Dois de Julho, onde se encontra a imagem do Caboclo, símbolo da independência da Bahia - Wikipedia

anarquia ou desordem, quando, ultrapassando os limites previstos, a arquitetura de poder envolvendo a elite e a plebe fosse colocada em xeque.

Protagonismo deveria ser virtude exclusiva do patriotismo dos proprietários. Entre os pobres livres, agir por conta própria os levava, aos olhos das autoridades, para o nebuloso campo da desobediência. A não ser que tais ações pudessem ser creditadas na conta corrente patriótica de algum proprietário. Isso valia não apenas para as ações político-militares, mas também para outras, digamos, mais inocentes, como as próprias doações.

O vereador Antonio Feliciano Barbosa, elencado como patriota na lista de Camamu por ser doador de farinha e serviços de seus escravos, ficou responsável por arrecadar entre populares a quantia 800 réis para o conserto de embarcações durante a guerra. Sua ação foi relacionada como um feito “patriótico”. Interessante notar que aqueles que doaram tais quantias não aparecem na lista de patriotas, posto que a menor doação em dinheiro que mereceu registro foi de 9\$000 – e, registre-se, este patriota não doou apenas dinheiro. As ditas doações foram realizadas por pessoas do povo – provavelmente pescadores, pequenos proprietários ou trabalhadores livres pobres. Posicionar-se a favor da independência, e mais, dispor de quantias em favor da Causa, não lhes bastou para serem relacionados e considerados como patriotas.

Aliás, o trecho final da Lista Patriótica de Camamu é bastante ilustrativo: “Todos os mais indivíduos desta Vila e Seu Termo se prestaram na defesa da mencionada Causa estando prontos a qualquer Rebate”. No entanto, só aparecem nominalmente na lista, proprietários, fazendeiros, pessoas capazes de doar, no

mínimo, 10\$000, ou dispor seu tempo em prol da “Causa”. A população pobre, não importando os serviços que havia prestado em favor da independência, foi, portanto, afastada da possibilidade de ser considerada como patriota e registrada nas Listas. Em Camamu, ser patriota também tinha preço...

Já na lista de Viçosa, ao invés de citar nomes, a “comissão” preferiu definir quem eram os patriotas:

“informamos que durante o choque dos inimigos e opressores da Independência Brasileira todos os chefes dos Governos Militares, Civis e Eclesiásticos desta dita Vila não só empenharam particulares providências em defesa da Justa Causa, como também sacrificaram seus peitos armados em repetidas ocasiões de desconfiança de invasão dos cruéis insurgentes, acompanhados do Povo quase geral, que formaliza esta mencionada Vila dando todos visíveis demonstrações de verdadeira coragem, e Patriotismo.”

**“A guerra e os conflitos envolvendo portugueses e brasileiros ocorreram num momento de rearranjo nas relações políticas locais.”**

Os “Patriotas” eram uma coisa – chefes dos Governos Militares, Civis e Eclesiásticos –, o “Povo quase geral”, outra. Esta dicotomia foi identificada pelos representantes do Conselho Interino de Governo, que buscaram incutir no povo o seu patriotismo. Foi assim que o dito Conselho sugeriu, em 17 de setembro de 1822, ainda no começo da guerra, ao Capitão mor da Vila de Maragogipe que fizesse:

“uma subscrição de serventes, escravos, ou livres, e Oficiais mecânicos, os quais se comprometam a servir gratuitamente nos diversos misteres da Caixa Militar (...) por esta forma se vem a diminuir os gastos públicos, e ao mesmo tempo aguçar o patriotismo em todas as classes, fazendo-os concorrer para a causa da Regeneração da Pátria, que é geral não se fazendo preciso bulir nos dinheiros públicos que só

devem servir nos últimos lances de cainhesa, e penúria.”

Os voluntários de “todas as classes” deveriam prestar serviços gratuitamente à Causa, imbuídos da identidade nacional que ora se formava e lhes era sugerida. No discurso que o Conselho Interino formulou, havia a explícita identificação deste sentimento de patriotismo com os interesses das elites: a manutenção da guerra sem abalar a ordem social. Daí a aproximação que fizeram, e encontra-se explicitada no trecho acima, entre patriotismo, voluntarismo e ordem. Toda ação de obediência era, para o Conselho, uma atitude patriótica. O que não quer dizer que soldados e populares, oriundos das classes subalternas, ausentes da roda política a que pertenciam o Conselho Interino, não interpretassem e praticassem, à sua maneira, o sentimento nacional-patriótico durante a guerra, à revelia do tal Conselho.

A guerra e os conflitos envolvendo portugueses e brasileiros ocorreram num momento de rearranjo nas relações políticas locais. A crise que afastava portugueses dos lugares de poder propiciaria o acesso de outros – agora brasileiros – a estas posições, gerando atritos e movimentações dos possíveis candidatos e seus “padrinhos”. Novas redes de clientela e dependência deveriam ser tecidas, ou, ao menos, as velhas redes poderiam ser repactuadas. No entanto, em momentos de crise como este, os termos destes acertos eram testados, negociados, reconstruídos, e “a luta de classes” afluía.

Isto pode ser confirmado pelo grande número de desordens e deserções, constantes em todo o período da guerra da Bahia e também nos anos imediatamente seguintes ao seu desfecho. Esta atividade rebelde – assim considerada pelas autoridades pelo desalinho em relação aos seus planos políticos – não pode ser julgada, apressadamente, como espontânea ou pré-política: era informada pelo horizonte político das classes populares e tencionava as

autoridades e os grandes proprietários locais a recuar ou a rever suas ações, fazendo com que a legitimação do poder paternalista fosse, muitas vezes, vendida caro.

São muitas as narrativas de episódios que expressam o cuidado (e até o temor) das elites com as desordens ocorridas durante a guerra, causadas pelas camadas populares. Estavam sempre prontas a desconfiar e a repelir tais ações de rebeldia e desobediência. Precisavam manter-se no controle e, para isso, deveriam tornar hegemônico o seu discurso que definiria o que era ser patriota. Mesmo ações de autoridades que pudessem destoar a ponto de comprometer o arranjo político das redes de patronagem-clientela foram atacadas.

Foi assim que, em determinado momento, ocorreu o atrito envolvendo o Conselho Interino e o General Pedro Labatut, comandante do Exército Libertador. Às vésperas do final da guerra, o General foi destituído do cargo e viu a vitória brasileira da prisão. Fora ele, no entanto, o responsável pela organização do Exército Libertador, e isso as próprias autoridades reconheceram. Mas isto não impediu a crise. A disputa era, aparentemente, sobre a nacionalidade do comandante e sobre seus métodos militares e disciplinares. Investido na tarefa de afastar Labatut do comando das tropas, o Conselho Interino disparou: “é um brasileiro quem deve salvar a Bahia, não um Estrangeiro sem Pátria, sem outro laço social que não o interesse”.

Mas isso apenas, talvez houvesse passado em brancas nuvens. Outras questões faziam as lideranças locais lembrar a nacionalidade do comandante para detrá-lo. O General também foi atacado por seu rigor e violência. Em uma outra oportunidade, a reprovação era porque andava “arcabuzando, sem nenhuma forma de processo, e somente ao seu arbítrio, a alguns paisanos: não esquecendo a barbaridade com que mandou de mesmo modo metralhar aos cinquenta e uns pretos, depois de presos”.

A disputa mais grave, portanto, assentava-se em outros motivos: mais do que “metralhar pretos”, medida extrema e inapropriada aos olhos dos baianos de posses, Labatut contribuía, segundo os membros do Conselho, “com a organização de um Brasil (...) de negros cativos, crioulos, e africanos, que o general tem formado, e está disciplinando, com a mais crassa impolítica, em notório dano a esta Província”.

A libertação de escravos para a sua incorporação às fileiras do Exército aparecia para as elites como uma ameaça não só de desorganização produtiva, mas, principalmente, de desarrumação da ordem social. Junte-se a isto que o rigor disciplinar sem a contrapartida da complacência e do perdão – elementos fundamentais da relação paternalista que os grandes proprietários compartilhavam com o povo – esgarçavam o já prejudicado tecido social baiano. A guerra terminaria como quiseram os grandes proprietários do Recôncavo baiano, com um brasileiro ao comando do Exército Libertador que adentrou a cidade do Salvador, aos dois de julho de 1823: o Marechal Lima e Silva.

Aliado à nacionalidade, é possível que tenha pesado a seu favor o fato de possuir uma visão mais apropriada das relações sociais vigentes.

Fora as questões internas, as autoridades ainda precisavam evitar o surgimento de lideranças intermediárias que polarizassem os anseios políticos populares, prejudicando as novas-velhas configurações políticas. Foi o que aconteceu com o Cabo de Polícia do Arraial da Purificação, Joaquim de Souza, ao realizar a prisão do europeu Antonio Magalhães de Aquino Machado. Mesmo tendo este lhe apresentado um passaporte expedido pelo Conselho Interino – necessário ao trânsito dos europeus, em especial os portugueses, na par-

te da Província controlada pelos brasileiros – disse-lhe “que não lhe importava disso”. O fato tornou-se mais intrigante a partir da intervenção do Vigário Francisco José de Miranda, Deputado pela Vila de Água Fria, que presenciou o acontecido. Houve bate-boca e a solução encontrada, dado o exaltar de ânimos, foi solicitar o parecer do Conselho.

A decisão do Conselho não poderia ser outra: ordenou “que, procedendo Vossa Mercê [o Juiz de Fora da Vila da Cachoeira] as precisas averiguações, castigue nos termos da Lei ao Cabo de Polícia de que se trata”. Apesar da sugestão de que o Juiz de Paz procedesse “averiguações”, o veredicto já estava dado, posto o imperativo subsequente: “castigue”! O portador do passaporte era, para o Conselho, um

“amigo da Causa”, pois tinha em mãos tal documento. Não portar tal licença levaria Machado à sorte de muitos outros lusitanos, considerados inimigos, durante a guerra: prisão, transferência para outras províncias onde fossem menos perigosos, e mesmo o sequestro de seus bens. O português pesou mais frente ao Conselho

**“Lobo foi preso em novembro de 1822, e assim ficou até pelo menos janeiro de 1823, quando foi transferido para a cadeia de Cachoeira – ironia do destino, o lugar para onde tinha enviado, meses antes, seu desafeto português.”**

do que o brio antilusitano do Cabo Joaquim, cujo patriotismo não estava equalizado com as intenções daquele órgão.

Os atos que encerram o caso representam mais que um mero desconhecimento dos procedimentos técnicos sobre o trânsito de portugueses de nascimento pela província. A desautorização da licença e do Deputado e a interferência de todos que apoiaram ou foram contra a prisão do Cabo Joaquim indicam a falta de unanimidade em torno do Conselho e da sua interpretação do que era ser patriota. O Cabo, seus seguidores e defensores, ao não reconhecer a legitimidade dos atos das autoridades demonstraram que não compartilha-

vam com o Conselho e seus representantes de uma mesma visão de patriotismo.

Outros casos que mereceram a atenção e os cuidados do Conselho Interino de Governo foram os que envolveram, nas vilas do baixo sul baiano, o Alferes José Clarque Lobo e João Tavares de Melo, que se autodenominava “capitão mandante”. Estes dois personagens se sucederam em trajetórias muito parecidas: ocupando certa posição de liderança, entraram em choque com autoridades mais graduadas, não por acaso, envolvendo prisões de portugueses. Foram, por isso, penalizados com a prisão.

O primeiro caso teve como pivô o Capitão de Milícias José Gonçalves Régis, português e proprietário, que foi preso por Lobo na vila de Valença. Os proprietários da região – “rudes lavradores”, como preferiram assinar – foram em defesa do Capitão Régis. Para ser mais exato, foram ao ataque, e o alvo era o Alferes Clarque Lobo. Para os rudes lavradores, Lobo era, dentre outros adjetivos, ladrão, déspota, usurpador, opressor do povo e, num toque de ironia, “lobo devorador” de “temidas ovelhas”. O medo das indefesas presas era a incitação que o dito lobo causava aos populares.

Régis, apesar de europeu, era bem querido pelos proprietários locais, e seus pares deram depoimento em seu favor, alegando que:

“ele é aqui bem conduzido, o primeiro Proprietário que anualmente paga maior pensão de uma de suas Propriedades, foi o primeiro que formou nesta Vila nos diferentes Prédios, que edificou: é Europeu e por isso talvez se lhe acumulem [crimes] que não cometeu, sustenta e anima a Agricultura deste País, Suprindo anualmente em Seu cabedal aos Lavradores deste Continente”

Não aceitavam – na verdade, condenaram – o fato dele ter sido preso e “remetido a ferros na maior ignorância” para Cachoeira. Era ousadia demais. A tarefa para a qual Lobo tinha sido mandado era a de proclamar a dita

vila o Príncipe Pedro, mas havia ultrapassado suas prerrogativas. Ao prender o proprietário português, mexera nas hierarquias e desautorizara as lideranças locais. O Alferes se defendeu. Enviou correspondência ao Conselho dando satisfações de suas tarefas e explicando seus atos, sempre em nome da nação. Desfazia das acusações de opressor, dizendo-se afagado por um povo que lhe via como “restaurador”. Como provas disso, narrou um episódio no qual, incitada a pegar em armas contra ele, “a Tropa, sim, pegou, porém foi para me defender, e postou-se a meu lado, gritando ‘morra o maroto, que estava comprado’, e as suas ações assim o davam a entender”.

Não adiantou. O patriotismo de Lobo ultrapassava os limites do que os proprietários baianos esperavam. Segundo eles, o alferes havia chegado ao cúmulo de amarrar ao tronco a quem possuísse dívidas, e apreender e vender propriedades de portugueses. Acusado de abusar de poder, Lobo foi preso em novembro de 1822, e assim ficou até pelo menos janeiro de 1823, quando foi transferido para a cadeia de Cachoeira – ironia do destino, o lugar para onde tinha enviado, meses antes, seu desafeto português.

João Tavares de Mello, segundo escreveram as autoridades de Camamu ao Conselho Interino de Governo, “não tendo em parte alguma do mundo nomeação, apenas não passa[va] de paisano”. No entanto, deu-se uma patente que ele próprio inventara para legitimar seu protagonismo patriótico radical, e passou a identificar-se como capitão-mandante. Ainda mais, agia como fosse um, o que quer que esta patente pudesse significar. Além de desautorizar os mais altos cargos da vila, soltando presos, por exemplo, “repartiu pelo povo” as armas arrecadadas naquela localidade para a guerra.

Isso era “anarquia” e “despotismo”. As acusações sobraram de parte a parte. João Mello acusara o seu detrator de ser “faccioso e inconfidente”. Mas a ameaça que o “capitão mandante” representava ia além das palavras: as

autoridades temiam prendê-lo “por não haver algum levante entre Povo, em que estão todos os parentes deste rebelde Revolucionário”. Parece que João Tavares de Mello havia conseguido para si um grande poder de influenciar o povo de Camamu, reconfigurando as redes locais de dependência. As autoridades solicitaram ao Conselho “punição deste absurdo, sendo prestes no pronto remédio a tão grandes males, para exemplo dos tumultuosos”. Lideranças desse tipo, era melhor que não estivessem à solta.

Estabelecer um novo arranjo político e conseguir o apoio popular para a independência passava, de alguma forma, pela consolidação da ideia de que os representantes do novo regime seriam competentes na chefia das rela-

ções elite-povo. Em outubro de 1822, o Conselho Interino, escrevendo para o Major Comandante do Batalhão de Caçadores Voluntários sobre soldados amotinados, propunha ao mesmo “dar um exemplo que sirva de manter a disciplina nos corpos, tão necessário quanto dela só é que pode resultar o público repouso, sem, todavia, deixar de

muito atender aos sentimentos de piedade, que amam os governos Paternais”. Tinham, portanto as autoridades, uma equação difícil de resolver: castigar para manter o controle social, mas nunca ultrapassar os limites que levariam a uma ruptura das relações paternais.

O comandante do Quartel da Vila de Jacobi-na, José Baptista Camargo, em 16 de março de 1823, foi mais explícito. Assustado com o pos-

sível controle por parte dos portugueses de vilas do oeste baiano como Carinhanha, e tentando resolver o alto número de deserções e desordens com que tinha que lidar, propunha “que não se trate de prisão contra os desertores, antes convocados por meio de perdão”. E concluía: “Se a Vossas Excelências parecer conveniente esta medida se dignem por sua Portaria haver por declarado o perdão para estes Soldados”. Não era uma reflexão isolada sua: havia discutido o assunto “com alguns homens cordatos”.

As imagens são fortes, a simbologia, bastante corrente. Piedade, amor paternal, coração... tudo remetia a uma representação de uma relação elite-povo que se pensava harmônica, complementar e terna. Mas a explicitação destas engrenagens também remetem a uma preocupação, só confidenciada entre os seus pares, de uma ruptura destas relações pela via da revolta. A situação era delicada para o arcabouço paternalista e exigia um maior cuidado no manejo dos instrumentos de dominação deste tipo. As diferenças e perspectivas de classe precisavam ser entendidas e operadas para a recomposição do poder, para que tudo voltasse ao seu devido lugar.

O patriotismo popular diferia do de elite e ameaçava estourar em forma de rebeldia. As atitudes populares antilusitanas em 1822-23 (e que depois da guerra se desdobrariam, pelo menos por mais uma década, em eventos de violência de rua – os mata-marotos) foram além dos alvos pessoais, atingindo politicamente o Conselho Interino de Governo. O patriotismo popular expôs à luz, durante a guerra de independência na Bahia, um conflito de classe, ao qual os membros do Conselho e os comandantes do Exército Libertador estiveram atentos, às vezes assustados, mas sempre agindo no intuito de debelá-lo.

A preocupação do Conselho Interino com arroubos deste “outro” e indesejado patriotismo levou os seus membros a esboçarem uma proposta política de “educação patriótica”

**“O patriotismo das elites não se estabeleceu de forma harmoniosa e nem foi aceito pelas camadas populares tranquila e pacificamente. A ele se contrapôs um patriotismo popular, radical, antilusitano e, mesmo, antielitista, identificado e combatido pelas autoridades baianas via Conselho Interino de Governo, formulador do patriotismo oficial.”**

para a nação. Era necessário que as camadas populares compartilhassem do patriotismo pregado pelas autoridades, mas sem exageros, para que a caminhada em direção à independência conservadora que almejavam não fosse atrapalhada. Pretendia-se, com isso, diminuir o abismo entre as concepções patrióticas de proprietários e de pobres livres.

Tal proposta estabelecia princípios simbólicos, como a utilização massiva da imagem do Imperador D Pedro I, mas também aspectos pragmáticos para a construção do sentimento patriótico entre as classes populares. As armas e as fardas, com sua disciplina, ensinar-lhes-iam a amar ordeiramente sua terra-pátria.

“Nada importa tanto como cuidar da educação de jovens, que um dia devem fazer a grandeza, e opulência do Império, e por outro lado, cumpria extremar os que devem ser entregues ao honroso exercício das armas na crise de tanto risco, e perigo, como a em que nos colocou nossa boa fé mal jurada pela fratricida ambição de Portugal: por isso ordenou o Conselho que os Párocos dessem o alardo de seus fregueses meninos e rapazes de cinco a vinte e cinco anos, declarando seus empregos, e misteres, se vadios, e perturbadores (...) Espera o Conselho que desta forma mui fácil se lhe torne o recrutamento forçado”

Se a utilização das armas por parte dos soldados não bastasse para despertar-lhes o espírito patriótico, não haveria nenhum escrúpulo por parte das autoridades e comandantes em usá-las contra eles, frente a uma situação limite. Porém o mais importante no documento acima é a relação estabelecida entre alistamento-recrutamento e patriotismo. “Vadios e perturbadores” deveriam ser alvo do recrutamento forçado; aos outros, “que um dia devem fazer a grandeza e opulência do Império”, provavelmente referindo-se a membros das

elites, ou pelo menos aqueles homens livres “ajustados ao sistema”, a proposta de educação bastava. Para o Conselho Interino de Governo, estavam definidos os papéis que deveriam ser ocupados por jovens de elite, de um lado, e “vadios e perturbadores” – uma alusão explícita a elementos rebeldes oriundos das classes populares –, e de outro, na nova nação.

A Pátria que as elites baianas se esmeraram em construir apresentava-se paternalmente para as camadas subalternas. Castigar e usar a força contra seus filhos, assim como perdoar e amenizar conflitos, era uma prerrogativa sua, quando não fosse obedecido. Para os mais abastados, a pátria significava uma condição de virtude afirmativa, de ocupação dos negócios que levariam o país ao progresso e à riqueza.

Às demais classes, a pátria deveria significar uma condição de obediência e restrições. Seriam punidos, caso ultrapassassem os limites do script que lhes era relegado, restando-lhes uma sempre esperada, e às vezes alcançada, clemência paternal. Para pobres livres, libertos e escravos, ser patriota significava não se rebelar, trabalhar, obedecer, não contestar..., enfim, submeter-se aos desígnios um sistema social, onde eram parte subordinada e onde o acesso aos canais de representação política e de efetivo exercício de poder continuaria restrito ao rol dos grandes proprietários, os genuínos patriotas.

O patriotismo das elites não se estabeleceu de forma harmoniosa e nem foi aceito pelas camadas populares tranquila e pacificamente. A ele se contrapôs um patriotismo popular, radical, antilusitano e, mesmo, antielitista, identificado e combatido pelas autoridades baianas via Conselho Interino de Governo, formulador do patriotismo oficial. A identidade coletiva de cunho nacional brasileira não se constituiria, na Bahia da Guerra, a não ser sob tensões de classe.



# Entrada do exército pacificador no Bahio

# Entrada do exército pacificador no Bahio<sup>1</sup>

Antonio Moniz de Souza

O dia 2 de Julho, dia eternamente memorável nos Anais do Império Brasílico, amanheceu puro e brilhante, como destinado para o glorioso triunfo da Bahia. Pelas 4 horas da manhã, a retaguarda dos lusitanos se embarcou fugitiva, e precipitadamente a bordo dos seus transportes; e a cidade, purgada dos tiranos, que a oprimiram, não gozava ainda da presença dos seus libertadores. Esta situação singular, esta suspensão total de todo o governo prolongou-se até a uma hora da tarde, porque seriam mais de oito, quando chegou a Pirajá um desertor lusitano, e pouco depois um Oficial que foi de propósito participar ao comandante em chefe, coronel Lima, o embarque clandestino do inimigo. Tal notícia se comunicou à maneira de uma comoção elétrica, a todo o exército; que rapidamente pegou em armas e se forma-

ram os corpos a voz do chefe, que inteirado da desesperada intenção dos sitiados, tinha traçado antecipadamente o plano da entrada. Já cada um sabia das obrigações que lhe tocava cumprir. Principia-se a marcha: saúda-se para sempre aquela posição de Pirajá, testemunha de tanta constância, de tanto patriotismo. Um Corpo de Exploradores precede o Exército, visita e ocupa os pontos e trincheiras abandonadas. O quartel-mestre general, coronel Antero, natural da província do Rio Grande do Sul, os comanda com o mesmo semblante sereno, e satisfeito, com que os havia capitaneado no dia 3 de junho, debaixo de vivíssimo fogo inimigo.

O comandante em chefe acompanhado do Estado-Maior seguia imediatamente os exploradores. Aquele jovem militar, esperança do Brasil, passando repentinamente de um comandante subalterno ao primeiro grau de poder, desenvolveu, como por encanto, todas as qualidades de grande general, não achando em sua elevação, senão novos motivos de ser modesto e prudente. Sua alma nobre se entregava às mais lisonjeiras ideias; como as de libertar e restaurar uma cidade importantíssima, de completar a obra da Independência da sua pátria e de tomar assento na lembrança da posteridade.

O ajudante general, tenente-coronel Torres se fazia, naquela brilhante comitiva, credor da atenção pública, pelos seus talentos, desde o princípio, consagrados à santa causa: e que vítima do dia 3 de novembro, nos padecimentos da prisão, achou novos motivos de se dedicar ao serviço deste Império. Ao lado do comandante em chefe do Exército, distinguia-se o co-



Praça do Riachuelo - Gilberto Ferrez

<sup>1</sup> Antonio Moniz de Souza. Viagens e Observações de um Brasileiro, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 2000. Quadro Entrada do Exército Libertador, de Presciliano Silva.



Exército brasileiro adentrando Salvador após a rendição das forças portuguesas, 1823. Presciliano Silva.

mandante da Divisão da direita tenente-coronel José de Barros Falcão, chefe leal e valoroso das tropas auxiliaadoras de Pernambuco; inabalável na defesa da pátria, e cercado de seus dignos filhos ele desfrutava o doce prêmio de suas marciais fadigas.

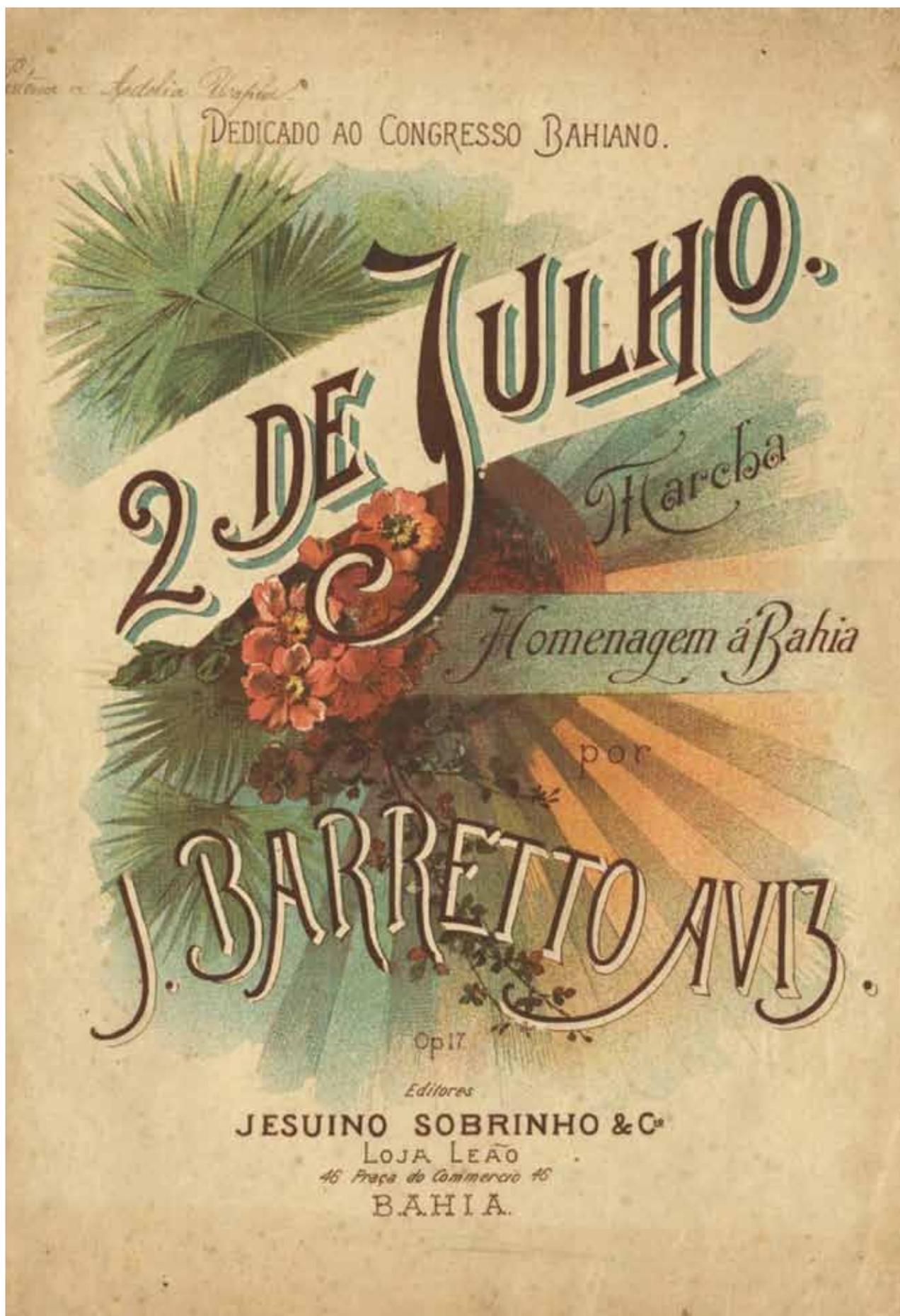
O Estado-Maior precedia ao batalhão do imperador, do qual cada soldado é um modelo de disciplina, e valor; cada oficial merecia um elogio particular. O major Lima brilhava à frente (o nome de – Lima – é de bom agouro para a província da Bahia. Os três irmãos vindos do Rio de Janeiro e o benemérito comandante das forças de Itaparica, têm gravado, pelos seus feitos, aquele nome na memória dos baianos).

Após o Batalhão do imperador, vinham os valorosos pernambucanos, primogênitos do Brasil no amor da Liberdade, guiados pelo digno major Tomás e seus beneméritos oficiais, chefes e soldados mostravam, em seus semblantes, o entusiasmo do valor premiado, do patriotismo triunfante. Estes dois corpos bem fardados, e mui peritos no manejo e manobras militares não invejam aos melhores da Europa. As tropas que os seguiam, ofereciam um espetáculo muito diferente; porém mais interessante, talvez aos corações patriotas. Elas apresentavam o quadro das mais extremas privações; sem fardas, sem calçado; mas ornados da sua nudez e ricos de seus sofrimentos,

quem deixaria de os contemplar com admiração e enternecimento!

O novo Henrique Dias, tenente-coronel Manoel Gonçalves, cujo valor iguala à perícia no serviço de tropas ligeiras capitaneava aquela coluna, composta do Batalhão do seu comando, e dos libertos, que conquistaram a própria liberdade pelo preço do seu sangue, dando nova prova de ser a cor um acidente, como a coragem uma virtude, que se acha em todas as condições.

O resto das tropas daquela divisão conservou-se na guarda dos pontos e abarracamentos, e fiéis às leis da disciplina, viram-se sem murmurar, precedidos no triunfo por aqueles, que os não deixara, atrás no perigo dos ataques. Tal foi a ordem de marcha da divisão da direita. A divisão da esquerda sabia, ao mesmo tempo dos pontos, e se dirigia pelo caminho do Rio Vermelho. Um corpo de explanadores a precedia e, à frente dela, o seu comandante coronel Felisberto Gomes Caldeira era o alvo da admiração pública. O patriota Felisberto cujo gênio abrange o plano geral, e o menor detalhe dos negócios; cuja incansável atividade não recusa trabalho que seja útil à pátria; Felisberto, enfim, cuja perda foi considerada pelo Exército, como o sinal da perdição desta causa, recebia a recompensa de uma dilatada carreira de virtudes, de valor e de sofrimentos.



A ilustração é de uma peça musical composta (entre 1894 e 1896) para homenagear a data por um português, José Barreto Aviz, e faz parte da história musical do período, recuperado no pioneiro trabalho do professor e maestro Manuel Veiga, da Escola de Música da Universidade Federal da Bahia. Fonte: <http://bp1.blogger.com>

Após, ele veio ocupar a fortaleza de S. Pedro, o Batalhão do capitão Pitanga, um daqueles valorosos e patriotas comandantes, que mereceram o amor do corpo que comandavam e a estima do exército inteiro; digno Êmulo dos Leites, Argolos, Sátiros, Catetes, e de muitos, que a querer comemorar todos os beneméritos era preciso dar a lista de quase toda a oficialidade, e mesmo de um grande número de soldados.

As tropas desta divisão não apresentavam o brilhante aspecto das tropas da direita; pois todas elas pertenciam à província, e eram compostas daqueles generosíssimos cidadãos, que deixaram casas e famílias para acudir à salvação da pátria; e que acharam prazer em não haver um só gênero de privações e de perigos, que não sofressem. Elas não tinham de militar senão as boas espingardas, habilidade no manejo delas e garbo da marcha.

Entretanto a divisão da direita se adiantava, já ela tinha passado as trincheiras; (obra louca; inútil esperança do inimigo estúpido). Já tinha chegado ao Convento da Soledade. As freiras, dignas filhas do Brasil, tinham armado espontaneamente um arco triunfal e cheias de alegria ornavam de coroas de flores, embalavam com perfumes os seus libertadores. Aquelas tímidas e recatadas esposas de Deus, tinham sem receio, aberto as portas do seu claustro, nenhuma barreira as separava daqueles militares, que o insensato opressor da cidade representava com bárbaros, sequiosos de sangue, e ruína, senão a invencível barreira da honra. O espetáculo tocante, e admirável! O valor patriótico coroado pela inocência! O entusiasmo até então comprimido rompeu em inumeráveis vivas ao Imperador, ao chefe livremente escolhido pela Nação que tantas esperanças nele deposita. Estes vivas entre as lágrimas do prazer, os gritos do júbilo, os

hinos da religião, as girândolas de fogo, o repique dos sinos, foram mil e mil vezes repetidos. O comandante em chefe, continuando a marcha, chegou à altura do forte do Barbalho; e lembrando de que a bandeira Imperial não tremulava ainda em nenhum dos Pontos da Bahia restaurada, deu ordem para que ela fosse arvorada; desencravando-se duas peças de artilharia do mesmo forte, cujo trovão saudou as cores brasileiras, emblema das riquezas, e das esperanças sem limites do Império Diamantino! O inimigo, que então silencioso e cheio de vergonha, e de raiva se fazia à vela, pode distinguir a vitoriosa bandeira, e ouvir o som das mesmas peças, que ele não tinha sabido empregar, proclamando a sua desonra e o nosso triunfo.

Ao partir da Soledade, não tinham cessado os vivas ao Imperador, à nação, ao exército. E nunca mais cessaram em todo o dia e toda a noite. De todas as janelas, os infelizes habitantes pagos em um dia, de um ano de opressão e de padecimentos, não se podiam faltar de contemplar, e de celebrar os seus Libertadores. A bandeira nacional e imperial aparecia por toda a parte.

Uma chuva de flores e de perfumes cobria o exército. Na praça do terreiro, houve repentino armamento das tropas e se fizeram as devidas continências. Logo depois, determinaram-se as guardas; organizaram-se as rondas; ocuparam-se os fortes e os edifícios públicos; e distribuíram-se quartéis com mais ordem e sossego do que quando uma guarnição, em tempo de paz, vem render outra; acontecimento inaudito, que encheu de admiração e de arrependimento os corações dos alucinados inimigos da causa, que, fiados nas promessas do honrado comandante em chefe, preferiram prudentes o perdão do crime, ou do erro, aos riscos de um embarque desesperado.



FELIZ SALVADOR  
DE SECCAO

# A festa do Dois de Julho: As comemorações públicas do independêncio nacional

# A festa do Dois de Julho: As comemorações públicas da independência nacional

Wlamyra R. de Albuquerque

Na Bahia, desde 1824 que no dia dois de julho repete-se uma entusiasmada e concorrida comemoração cívica e popular. Com as ruas enfeitadas com adereços azuis, vermelhos e brancos – as cores da bandeira da Bahia - e folhas de crótons verdes e amarelas – as cores da bandeira brasileira – a população sai às ruas para recontar a mesma saga: a conquista da independência do domínio português, depois das lutas ocorridas na Bahia entre 1821 e 1823.

Sendo uma festa que marca o fim da condição de colônia do Brasil, o Dois de Julho rememora a fundação do império brasileiro e a liberdade nacional. Em todo o Brasil celebra-se a independência nacional proclamada no Rio de Janeiro por D. Pedro, no dia 7 de setembro de 1822. Entretanto, o fim do domínio português só se efetivou depois das lutas ocorridas na Bahia, que resultaram na retirada das tropas portuguesas do solo brasileiro no dia 2 de julho de 1823. Daí porque esta data é tão importante para os baianos.

Desfeita a ordem Imperial e instituída a República, as comemorações pelo fim do domínio colonial persistiram, atravessaram o século XX e continuam a ser uma das mais importantes do calendário festivo da Bahia. A longevidade da festa é tão intrigante quanto as raízes históricas e culturais que a sustentam.

## A HISTÓRIA QUE EXPLICA A FESTA

Em 1820, enquanto D. João VI governava seu império a partir do Rio de Janeiro, explo-

diu em Portugal a revolução liberal do Porto. Uma das principais reivindicações dos revoltosos era o retorno imediato de Dom João VI à Europa, de onde, em 1808, ele havia escapado das investidas imperialistas de Napoleão Bonaparte. Embora tenha relutado a retornar, D. João VI e a realeza embarcaram de volta para Lisboa em 1821, deixando no Brasil seu filho Pedro como príncipe regente.

A volta de D. João VI a Portugal foi decisiva para o processo de independência do Brasil. A partir daí uma série de atos metropolitanos visando reiterar a soberania lusitana aguçava dia a dia o desejo das elites brasileiras por autonomia política e administrativa. Tornava-se evidente o desconforto dos brasileiros com os limites que a condição colonial imprimia a um país continental e em franca ascensão econômica, graças aos lucros obtidos com a lavoura açucareira, então concentrada no Recôncavo baiano.

A ânsia brasileira por autonomia e liberdade corroía a condição metropolitana de Portugal. Em reação, no dia 7 de setembro, D. Pedro, o príncipe-regente, foi informado de que seus decretos haviam sido revogados e que D. João VI determinara seu retorno imediato para Portugal. Diante daquela situação nada lhe pareceu mais oportuno do que decretar a independência do Brasil. Mas nem de longe a atitude do então imperador D. Pedro I amenizou o clima de instabilidade e os conflitos entre portugueses e brasileiros, que ocorriam em várias províncias.

Da Bahia vinham as piores notícias. Em de-



Caboclo - Festa do Dois de Julho em Salvador. Acervo da Fundação Pedro Calmon

zembro de 1821 foi nomeado pela metrópole, governador das Armas, importante cargo militar, o brigadeiro português Inácio Luís Madeira de Melo, em substituição ao brasileiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães. A nomeação de Madeira de Melo não foi reconhecida pelos militares brasileiros na Bahia. Desde então, uma série de conflitos entre tropas de uns e de outros foram compondo, ao longo de meses, o clima de guerra. Com a notícia do ato de D. Pedro às margens do rio Ipiranga no dia sete de

setembro de 1822, a situação se agravou, pois a existência de um governo central e independente de Portugal não era mais só uma aspiração, tornou-se real. Como era de se esperar, os portugueses não aceitaram de pronto a emancipação política do Brasil, afinal não estavam dispostos a abrir mão de um território rico e próspero.

Com a iminência da guerra, quem tinha recursos suficientes para afastar-se de Salvador o fez. Muitos se abrigaram em suas proprieda-

de do Recôncavo, área recuada dentro da baía de Todos os Santos e sob o controle dos grandes senhores de escravos, engenhos de açúcar e plantações de fumo. Mas a grande maioria da população permaneceu em Salvador e experimentou os horrores de uma cidade sitiada pelas tropas portuguesas que chegavam de Lisboa para garantir o governo militar de Madeira de Melo. Os brasileiros, por sua vez, eram chefiados pelo general Labatut, enviado do Rio de Janeiro para comandar o Exército Pacificador e expulsar os portugueses das terras brasileiras.

É o fato de ter sido cenário para batalhas decisivas, cercos, mortes e, é óbvio, da vitória sobre os portugueses que tornou as comemorações do Dois de Julho tão representativas.

Quando, enfim, a guerra eclodiu em junho de 1823, quem de fato reinava na Bahia era a instabilidade política. Isto porque, embora pareça que existiam dois campos rivais bem demarcados, portugueses versus brasileiros, a situação era bem mais complexa e mesmo caótica. Entre os portugueses via-se mais hegemonia. Eles estavam dispostos a lutar pelo controle político e comercial de Portugal sob o Brasil, mantendo-o como colônia devidamente subordinada a D. João VI.

Já entre os brasileiros havia planos diferentes. Alguns proprietários de terras e escravos desejavam gerir seus negócios sem a interferência da Coroa portuguesa, mas a guerra certamente comprometeria a atividade comercial, além do risco de o movimento se expandir para as senzalas, dando vazão a rebelião escrava. Por isso empenhavam-se por uma conciliação capaz de manter o Brasil unido a Portugal, mesmo através de laços coloniais.

Dentre os partidários da radicalização da rebeldia brasileira estavam militares, profissionais liberais e outros proprietários de escravos que viam no controle metropolitano o principal empecilho para sua prosperidade econômica e ascensão social. A ideia da autonomia política mobilizou principalmente se-

nhores de engenho, que trataram de criar e financiar batalhões patrióticos e garantir alimentos e armas para as tropas nacionais. Para estes senhores, negociantes e comerciantes nacionais, a independência do Brasil tornava possível a administração de seus negócios sem a interferência da Coroa portuguesa, mais preocupada em atender aos interesses das suas elites.

Ao lado deles, a gente pobre, urbana e livre incomodada com os privilégios reservados aos portugueses, a exemplo do monopólio no comércio de produtos básicos na época, como a farinha de mandioca. Para esta gente era na vida cotidiana das feiras e bodegas que a subjugação aos portugueses ganhava nitidez. A carestia e a escassez de alimentos penalizavam os mais pobres, que estavam à mercê do monopólio dos comerciantes lusitanos.

Não por acaso, nos primeiros anos que se seguiram à independência, durante as comemorações do Dois de Julho aconteciam protestos e ataques da população contra comerciantes portugueses. Conta o cronista Melo Moraes que

“Ao começar da véspera [dia 1º de julho], o comércio português fechava as portas, em razão dos ataques e violências das turbas, onde a capadoçada ínfreme embriagava-se, zombando dos direitos do taverneiro amedrontado, que tudo franqueava, contanto que os deixassem vivos”.

Eram os chamados “mata-marotos”, conflitos que envolviam a população local e os portugueses que permaneceram na Bahia depois da expulsão das tropas lusitanas chefiadas por Madeira de Melo.

Em cena, ainda havia os escravos atentos às divergências entre os senhores brancos, fossem eles brasileiros ou portugueses. E meio à guerra, arrefeceu-se a vigilância sobre os cativos e quem pretendia fugir tinha a seu favor a confusão e o desespero dos senhores. Deste



Campo Grande - Festa do Dois de Julho em Salvador (século XIX). Acervo da Fundação Pedro Calmon

modo, a disputa pelo controle do país criou uma atmosfera de instabilidade social que beneficiava os escravos rebeldes. Além disso, a guerra ainda abria-lhes outra porta para fora do cativeiro, o exército libertador.

Na Bahia, atentos aos rumos dos acontecimentos, escravos incorporaram-se ao lado brasileiro nos campos de batalha. É verdade que muitos o fizeram compulsoriamente, uma vez que os seus senhores os “alistavam” para as tropas patrióticas. Outros eram escravos fugidos que apresentavam para o recrutamento nas fileiras patrióticas. Era uma forma um tanto extrema de escapar da escravidão: caso sobrevivessem à guerra poderiam pleitear a alforria com o nobre argumento de que haviam servido a pátria. De fato, alguns escravos assim conquistaram a liberdade.

Não há dúvida de que sem a organização das autoridades políticas e militares e dos senhores de engenho do Recôncavo baiano a resistência às tropas portuguesas na Bahia seria inviável. A articulação política, a organização das tropas e o bloqueio de envio de alimen-

tos para Salvador foram artimanhas de guerra que garantiram a expulsão dos portugueses na madrugada do Dois de Julho. Mas os principais protagonistas desta vitória estavam nos pelotões patrióticos vindos do Recôncavo, do sertão e Chapada Diamantina para enfrentaram, além dos portugueses, a fome, a sede e o cansaço na longa jornada até os campos de batalha nos arredores de Salvador. Eram muitos negros libertos, escravos e alguns brancos pobres. A vitória contra os portugueses só foi possível com o recrutamento desta gente.

Deve ser por isso que o fim do domínio português foi, desde o princípio, uma festa popular, que em Salvador tem nos Caboclos seus principais símbolos.

## A FESTA QUE RECRIA A HISTÓRIA

No período imperial, os festejos começavam no dia 27 de junho, quando uma guarda de honra do exército percorria as ruas de Salvador anunciando a programação e fixando panfletos da Câmara, em exaltação ao patrio-



Festa do Dois de Julho em Salvador (século XIX). Acervo Osvaldo Gordilho

tismo dos baianos. Nas noites seguintes, aconteciam bailes públicos a disputarem com os tantos outros oferecidos pelas famílias mais tradicionais e importantes da cidade.

A noite de primeiro de julho era reservada ao bando anunciador. Eram grupos mascarados “usando ricos disfarces” ou elegantemente vestidos de branco que seguiam as bandas marciais e, vez por outra, paravam para reci-

tar poesias em comemoração ao Dois de Julho. Embora tal descrição possa nos levar a imaginar uma festa exclusiva aos bem vestidos e bem nascidos, a festa do Dois de Julho sempre contou com significativa e ruidosa participação popular. Em 1867, por exemplo, um viajante francês, ao participar das comemorações ao Dois de Julho, notou “grupos de rapazes e de pretos caminhando pelas ruas, seguindo orquestras com bandeiras e tochas. Os cantos,



Festa do Dois de Julho em Salvador (século XIX). Acervo Osvaldo Gordilho

ou melhor, os gritos patrióticos, o ruído das bombas, de flautas e de tambores, os foguetes que cruzam os céus, todo este alvoroço se prolongará até tarde da noite.”

Mas tudo isto era apenas a véspera.

O auge das comemorações era, como continua a ser, o desfile do dia dois de Julho. Este cortejo cívico teria surgido logo depois que os portugueses foram vencidos na decisiva batalha de Pirajá, área suburbana de Salvador. Conta-se que as tropas brasileiras, com o contingente de 9.515 homens, ao adentraram a cidade entusiasmadas com a vitória, apropriaram-se de uma carroça abandonada pelos lusitanos, a enfeitaram com folhas verdes e amarelas e colocaram sobre ela um índio. Inaugurava-se, assim, a festa da independência, que ainda tem início no bairro da Liberdade, local de chegada das tropas vitoriosas.

Em 1826, o velho índio foi substituído por uma escultura de madeira. O caboclo passou então a ser uma figura atlética, guerreira e altiva, ornada de penas. Numa das mãos ele segura uma lança apontada para uma serpente, representação da tirania portuguesa e, na outra, empunha a bandeira nacional. Já a cabocla foi criada em 1840 com o intuito de substituir a imagem do caboclo, visto naquele momento como hostil à presença portuguesa e mesmo incitadora de conflitos, os já citados mata-marotos. Graças à força simbólica do caboclo, em vez de substituí-lo, a cabocla foi incorporada ao cortejo ao lado dele. A cabocla é a representação da lendária Ca-

tarina Paraguaçu, a índia que, nos primórdios do Brasil, teria encantado Caramuru, o aventureiro e naufrago português que viveu entre os tupinambás, na região de Porto Seguro.

Ambos são conduzidos em duas carroças adornadas com diversos símbolos nacionais, como brasões e nomes de batalhas e heróis da guerra, chamadas de carros emblemáticos. Na Lapinha, no bairro da Liberdade, foi construído, em 1860, o pavilhão patriótico, a fim de abrigar os caboclos enquanto o dia dois de julho não chega. De lá, eles só saem para o cortejo cívico levados pelos populares até a praça do Campo Grande, onde foi inaugurado, em 1895, o majestoso monumento ao dois de julho que, como não poderia deixar de ser, tem como principal destaque a escultura de índio armado de arco e flecha, o qual, da altura de vinte cinco metros, impõe-se sobre os demais símbolos nacionais e os milhares de transeuntes que diariamente passam pelo lugar.

No principal dia da festa, logo pela manhã, bem cedo, os batalhões patrióticos começavam a tomar os seus lugares, enfileirando-se segundo a lógica social da época: autoridades, acadêmicos, militares, jornalistas, estudantes e caixeiros vinham à frente. Em seguida, surgiam os batalhões representando os sertanejos que se engajaram nas lutas de 1822-23. Trajavam roupa, chapéu e gibão de couro. Fechando o cortejo, o “populacho”, como a imprensa se referia, na época, àqueles que se colocavam próximos aos carros emblemáticos

e os seguiam cantando, sambando e reverenciando os caboclos.

Ainda hoje, a festa do Dois de Julho é palco para manifestações desse civismo impregnado de referências culturais afro-brasileiras, nas quais cabem sambas, missas, batuques, jogos de azar e, sobretudo, o desfile do caboclo e da cabocla. A primazia das representações indígenas nas comemorações da independência na Bahia só pode ser entendida se considerarmos o movimento nativista do começo do século XIX, que tinha na imagem do índio valente, ágil e vencedor, como se saído das páginas do romancista José de Alencar, a sua principal referência de nacionalidade. É por aí que podemos entender porque vários daqueles que se envolveram com as lutas pela independência na Bahia, depois do dia 2 de julho, adotaram sobrenomes indígenas, a exemplo do bacharel Francisco Gomes Brandão, que passou a assinar Francisco Gê Acaiaba de Montezuma.

Não se faz um Dois de Julho sem o desfile cívico e popular com os caboclos. Eles não só constituem o núcleo central do desfile como simbolizam o complexo sentido de pertencimento que a festa recria a cada dia. Digo isto porque nas ruas festivas da cidade estas representações indígenas extrapolam a encarnação do mítico selvagem das matas brasileiras dos românticos. Dentro do universo religioso afro-brasileiro, caboclos também são seres encantados, os “donos da terra”, ou seja, entidades que já habitavam o Brasil quando os africanos chegaram com os seus orixás. Para adeptos do candomblé, reverenciar o nativo, reconhecendo figuras indígenas como encarnações do que seria genuinamente nacional, expressa um sentido de pertencimento tanto à nação brasileira fundada em 1822, quanto a tradições religiosas afro-brasileiras.

Temos, assim, na festa que celebra a independência nacional, evidências da singularidade dos cruzamentos culturais no Brasil. Sob a escravidão os diferentes povos africanos reinventaram identidades, recriando formas de pertencimen-



Festa do Dois de Julho em Salvador (século XIX).  
Acervo Osvaldo Gordilho

to e mesmo incorporando divindades de outras crenças ao seu universo religioso. Ainda devemos considerar que o significado do termo nação se tornou importante para os africanos escravizados neste lado do Atlântico. Para o povo do candomblé, herdeiro de tradições africanas, dizer-se de uma determinada nação implica em assumir valores, princípios e rituais que os distinguem de outros.

Neste sentido, há nos terreiros de candomblé uma ambivalência para o termo nacionalidade, ao tempo que significa pertencer a uma comunidade herdeira da história e de culturas africanas, também quer dizer fazer parte de um povo cujo ancestral é o índio, o dono original da terra Brasilis. Por isto, na Bahia, os caboclos também são entidades religiosas a serem reverenciadas enquanto se rememoram os feitos dos patriotas de 1822-23. É deste modo que podemos compreender porque todos os anos, depois que os carros emblemáticos são recolhidos ao pavilhão da Lapinha, são encontrados sob os pés dos caboclos vários bilhetes e cartas agradecendo-os por graças alcançadas ou renovando pedidos e promessas.

Antonio Viana conta um caso interessante a este respeito em *Casos e Coisas da Bahia*. Disse ele sobre uma discussão entre um comerciante português e um caixeiro brasileiro que insistia em abandonar o serviço para ver passar o “santo Dois de Julho”, numa flagrante associação entre os símbolos da festa da independência e as imagens religiosas que desfilavam nas procissões católicas. O português, alheio ao jogo simbólico do brasileiro, não entendeu o quanto aquele sincretismo era significativo para a população local.

Deste modo, os caboclos representam, a um só tempo, os heróis da guerra da independência, a ânsia por liberdade e a fé religiosa dos descendentes daqueles que lutaram pela liberdade nacional. Por tudo isto, as comemorações da independência demonstram o quanto festas públicas são espaços de reconstrução da história que compõe a memória local. E comemorar a independência é também uma das maneiras de contar sobre as trocas sincréticas e a riqueza simbólica que estruturam a nossa cultura.

---

Referências Bibliográficas:

- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *Algaçarra nas ruas: comemorações da independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas: UNICAMP, 1999.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10. ed. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.
- KRAAY, Hendrik. “O abrigo da farda”: o exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800 – 1888. *Revista Afro Ásia*. Salvador, n. 17; p. 29 – 56, 1996.
- \_\_\_\_\_. “Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador, século XIX”. *Revista Afro Ásia*. Salvador, n. 23; p. 9-44, 1999.
- UERINO, Manuel. *A Bahia de Outrora*. Salvador: Livraria Progresso, 1946.
- REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SANTOS, Jocélio Telles dos. *O Caboclo nos candomblés da Bahia*. Salvador: Sarah Letras, 1995.
- VERGER, Pierre. *Notícias da Bahia (1850)*. Salvador: Corrupio, 1988, p. 110.
- VIANNA, Antônio. *Casos e Coisas da Bahia*. Salvador: Museu do Estado, 1950, p.12.

Governador

**Joques Wagner**

Secretário do Coso Civil

**Evo Mario Dello Val Chiovon**

Secretário de Cultura

**Môrcio Meirelles**

Diretor geral da Fundação Pedro Colmon

**Ubiraton Castro de Aroujo**

Diretor geral da Empresa  
Gráfico do Bahio

**Luiz Gonzaga Froga**

Diretor de Arquivos da Fundação  
Pedro Colmon (DIARQ/FPC)

**Paulo Cesar Oliveira de Jesus**

Colaboração

**Doniele Santos de Souza**

**Luís Henrique Silve Sant'Ana**

Projeto gráfico

**Carlos Vilmar**

Impressão

**Empresa Gráfico do Bahio – EGBA**





**FUNDAÇÃO PEDRO CALMON**



**Governo do  
Estado da Bahia**

Secretaria de Cultura